

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

MOACIR FRANCISCO PIRES

ORIENTADOR: ARI PAULO JANTSCH

FLORIANÓPOLIS

2005

MOACIR FRANCISCO PIRES

TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Curso de Mestrado, Centro de Ciências da
Educação da UFSC

Orientador: Prof. Dr. Ari Paulo Jantsch

FLORIANÓPOLIS

2005

Moacir Francisco Pires

TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado, Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 04 de outubro de 2005

Prof. Dr. Ari Paulo Jantsch (Orientador)
Centro de Ciências da Educação, UFSC

Profª Drª Sônia Aparecida Branco Beltrame (Membro titular)
Centro de Ciências da Educação, UFSC

Profª Drª Teresa Kleba Lisboa (Membro titular)
Centro Sócio Econômico, UFSC

Profª Drª Maria Ignez Silveira Paulilo (Suplente)
Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC

SUMÁRIO

| | |
|--|------|
| LISTA DE FIGURAS | vi |
| LISTA DE ABREVIATURAS..... | vii |
| RESUMO | viii |
| ABSTRACT | ix |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU | 7 |
| 1. 1. Caracterização de Campos Novos | 7 |
| 1. 2. Caracterização do assentamento Sepé Tiaraju..... | 16 |
| 2. PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA..... | 20 |
| 2. 1. O MST e a cooperação | 20 |
| 2. 2. O trabalho coletivo na Associação Sepé Tiaraju..... | 37 |
| 2. 3. O trabalho doméstico na Associação Sepé Tiaraju | 47 |
| 2. 4. Gênero | 52 |
| 2. 4. 1. Gênero nos documentos do MST | 70 |
| 2. 4. 2. Pesquisas de gênero no MST..... | 77 |
| 3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INTERFACE DOS PROCESSOS DE TRABALHO NO SEPÉ TIARAJU | 91 |
| 3. 1. Caracterização dos assentados..... | 91 |
| 3. 2. Trabalho e lazer no assentamento..... | 94 |
| 3. 3. Trabalho doméstico | 115 |

| | |
|----------------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 141 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 146 |
| ANEXOS | 151 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 01 – Idade dos assentados no Sepé Tiaraju | 83 |
| Tabela 02 – Escolaridade dos assentados | 84 |
| Tabela 03 – Estado civil dos assentados | 85 |
| Tabela 04 – Setores de trabalho no assentamento | 86 |
| Tabela 05 – Horas dedicadas ao trabalho no assentamento | 87 |
| Tabela 06 – Horas semanais trabalhadas pelos homens | 89 |
| Tabela 07 – Jornada diária trabalhada pelas mulheres no setor de produção | 89 |
| Tabela 08 – Prática de lazer dos trabalhadores do Sepé Tiaraju | 91 |
| Tabela 09 – Frequência de lazer dos trabalhadores do Sepé Tiaraju | 92 |
| Tabela 10 – Setores de trabalho preferidos pelos assentados/as do Sepé Tiaraju | 93 |
| Tabela 11 – Horas de trabalho doméstico das mulheres | 102 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--|----|
| MST= Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra | 01 |
| UFSC= Universidade Federal de Santa Catarina | 01 |
| IBGE= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | 06 |
| AMPLASC= Associação dos Municípios de Planalto Sul de Santa Catarina | 07 |
| EJA= Educação de Jovens e Adultos | 17 |
| SCA= Sistema Cooperativista dos Assentados | 26 |
| ITERRA= Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária | 26 |
| CPA= Cooperativa de Produção Agropecuária | 27 |
| CONCRAB= Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil | 31 |
| COPANOR= Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada Ltda | 31 |
| CETAP= Centro de Tecnologias Alternativas Populares | 31 |
| CLT= Consolidação das Leis do Trabalho | 44 |
| PEA= População Economicamente Ativa | 46 |
| ANMTR= Articulação Nacional de Mulheres Agricultoras Rurais | 65 |
| MMA= Movimento de Mulheres Agricultoras Rurais | 65 |
| OMTR= Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais | 72 |
| MMTR= Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais | 72 |

Moacir Francisco Pires. “Trabalho e relações de gênero no assentamento sepé tiaraju”. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Dr. Ari Paulo Jantsch

RESUMO

Esta pesquisa estudou as relações de trabalho produtoras dos sujeitos e as relações de gênero no assentamento Sepé Tiaraju (MST) localizado no município catarinense de Campos Novos. O objetivo foi compreender como ocorrem as relações de gênero na interface do trabalho entre os sem-terra. A articulação entre o trabalho coletivo e o trabalho doméstico organiza a vida no assentamento e remete às relações de gênero, configuração que se desdobra em uma específica divisão sexual do trabalho. Por que há divisão sexual do trabalho onde tudo é coletivo? Por que são as mulheres que continuam a realizar de modo predominante o trabalho doméstico? Os procedimentos de coleta de informações utilizados para responder as questões de pesquisa foram entrevistas abertas gravadas com homens e mulheres, aplicação de um questionário e observação das atividades dos sem-terra que seguem diretrizes do trabalho coletivo, sugerido pelo MST. Fundamentado nas concepções marxistas, esta pesquisa buscou analisar as relações de trabalho no assentamento que combina o trabalho coletivo e o trabalho doméstico e as relações de gênero que esta organização constitui. No capítulo um são feitas as caracterizações sociais e econômicas de Campos Novos e do assentamento Sepé Tiaraju. Campos Novos se insere como produtor de matérias primas destinadas à exportação a serviço da acumulação do capital. O Sepé Tiaraju também produz excedentes para viabilizar sua existência no âmbito da sociedade capitalista. No capítulo dois se aprofunda teoricamente as relações de trabalho produtoras da existência. O trabalho no assentamento combina os cinco setores coletivos com o trabalho doméstico e no capítulo três se analisam as relações de gênero na interface dos processos de trabalho no assentamento. Homens e mulheres realizam dupla jornada de trabalho. Os sem-terra não inauguram um assentamento totalmente coletivo, pois combinam antigas formas individuais de trabalho com novas, provocando a emergência de conflitos de gênero. Os principais resultados podem ser assim anunciados: 1) Os sem-terra organizam o trabalho coletivamente, fato que tem provocado transformações na vida dos assentados. 2) As responsabilidades pelo trabalho são de todas as famílias. Fato que tem modificado a divisão sexual do trabalho e alterado algumas atividades atribuídas historicamente aos homens e às mulheres. 3) Outros trabalhos, porém, perpetuam no assentamento determinados padrões relacionais cristalizados, os quais sugerem uma naturalização do trabalho masculino e feminino. Pois, a organização da vida coletiva dos assentados se inscreve nos limites e possibilidades da sociedade capitalista.

Palavras-chave: trabalho coletivo, trabalho doméstico, relações de gênero, MST, assentamento, divisão sexual do trabalho, trabalhadores rurais.

ABSTRACT

The aim of this project was to study the gender relations in a working environment between members of the Movimento dos Sem Terra (MST) at the settlement Sepé Tiaraju - municipality of Campos Novos, Santa Catarina. In particular, the analysis focused on the evaluation of subject production through work relations that defines their mode of existence. The articulation between collective and domestic work drives the organization in the settlement and results in a specific gender division of work. Why is there a gender division of work in a collective community? Why are women predominantly in charge of domestic tasks? Marxist conceptions were the underlying basis for the study of the gender relations in the settlement combining collective and domestic work. Chapter one deals with the social and economic characterization of the municipality of Campos Novos, and the settlement of Sepé Tiaraju. Chapter two depicts an in-depth theoretical analysis of the existence-producing work relations. Chapter three describes the analysis of the gender relations in the interface of work processes at the settlement. The information used in this study was collected through recorded open interviews to men and women, questionnaires, and observations of everyday activities of the "sem-terra" that followed the collective work directions suggested by MST. The main results could be summarized as follows: 1) the "sem-terra" organize their work in a collective fashion that leads to lifestyle transformations in the settlers; 2) all families share the same work responsibilities –which has modified the gender division of work, and some activities historically attributed to men and women; 3) other activities, however, confirm certain relationship patterns suggesting a natural distribution of work for each gender. Consequently, the organization of the collective lifestyle of the settlers could be considered between the limits and possibilities of social capitalism.

Key words: collective work, domestic work, gender relations, MST, settlement, gender division of work, rural workers.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa enfoca a articulação entre o trabalho coletivo e o trabalho doméstico realizado por trabalhadores rurais sem terra, e as relações de gênero que emergem como expressão da produção da existência na Associação dos Agricultores Rurais Sem Terra do Assentamento Sepé Tiaraju, no município catarinense de Campos Novos.

Ante o desafio de compreender como ocorrem às relações de gênero fui desafiado a investigar a maneira como estes assentados do MST produzem sua existência no contexto da sociedade capitalista, devido à interface entre gênero com o complexo mundo do trabalho. Inicialmente foi preciso realizar a busca teórica concernente às categorias de análise histórica trabalho e relações de gênero, instaurados como produto das relações humanas. Em um segundo momento realizei a pesquisa de campo¹ no assentamento Sepé Tiaraju para verificar a sua organização, as relações de trabalho estabelecidas entre os sem-terra e o processo de produção da vida.

Para realizar o levantamento bibliográfico acerca de relações de gênero no MST, tomei como ponto de partida o endereço eletrônico do CNPq², o qual indicou 40 obras relativas ao MST, embora haja pouca explicitação nestes trabalhos a respeito de relações de gênero e divisão sexual do trabalho. Também tomei como referência os dados compilados pelo próprio MST, reunidos em Cadernos do ITERRA – Ano II – n° 4 – Março de 2002. Este documento indica sobre gênero apenas três obras³ produzidas pelo MST. Prosseguindo a procura por pesquisas sobre a temática, encontrei no banco de dados da UFSC uma tese sobre gênero e subjetividade⁴. No início do ano de 2003 fiz contato com Giovana Salvaro que estava realizando pesquisa sobre os *sentidos produzidos por trabalhadores rurais e a divisão*

¹ Conforme Lakatos & Marconi (1996, p. 75), a pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta”.

² www.cnpq.br, acessado em 03/10/2003.

³ MST. **A questão da mulher no MST**, São Paulo, 1996; MST. **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo, 1998; MST. **Mulher sem terra**. São Paulo, 2000.

⁴ SILVA, C. B. **As fissuras na construção do ‘novo homem’ e da ‘nova mulher’ – Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979/2000**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis. 2003. O leitor pode encontrar esta obra publicada em forma de livro sob o nome: **Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

sexual do trabalho no assentamento Sepé Tiaraju, a qual compartilhou três estudos⁵ sobre gênero no MST. Este foi o caminho inicial que resultou nesta dissertação.

O contexto capitalista tem privilegiado a posse dos bens e seu uso de forma privativa. Neste contexto sócio-cultural hegemônico que dispõe e utiliza os recursos e bens de maneira individual quão grande são os desafios que os sem-terra precisam enfrentar na luta pela terra e, principalmente se intencionam instaurar uma sociedade contra-hegemônica que privilegie o desfrute das riquezas e recursos naturais de maneira coletivizada para experimentar relações sustentadas pela cooperação, solidariedade e companheirismo. Apesar das dificuldades de instauração de relações coletivizadas há várias experiências de trabalho e uso da terra de forma cooperativa protagonizadas pelos sem-terra. Entre diversos estudos acerca desta questão darei destaque às pesquisas de Navarro (1995) e Poker (1999).

Navarro (1995) pesquisou a formação e o desenvolvimento de assentamentos no estado gaúcho. Conforme o autor, em 1989, o MST inicia um amplo processo de coletivização no assentamento Nova Ramada, envolvendo 70 famílias que fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada Ltda – COOPANOR. Entretanto, diversas famílias rejeitaram a experiência de cooperação e optaram pelo trabalho em lotes individuais. O autor fala que o motivo da não aceitação do processo de coletivização ocorreu porque havia *diferenças culturais* entre os sem-terra e não demorou o aparecimento de *conflitos* diante de dificuldades de ordem econômica. O autor inclui no rol das *dificuldades* de ordem sócio-culturais: nível educacional, diferença de idade, tamanho da família, local de nascimento, diferenças étnicas e laços de parentesco entre os referidos assentados.

O estudo de Navarro (1995) nos remete a Poker (1999). Este autor também realizou estudos em assentamentos do MST localizados no estado paulista. Pesquisa a instauração do processo de coletivização implementado através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Conforme o autor, o projeto de cooperação proposto pelo MST encontra *resistências*

⁵ LECHAT, N. M. P (1993). **A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande Do Sul**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo.

MELO, D. M. (2001). **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. Piracicaba – SP. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo.

PAVAN, D. (1998). **As Marias Sem-Terra – Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão** – SP. Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

entre os assentados, os quais percebem a coletivização como uma ameaça ao projeto de vida sustentado na autonomia que representa o uso familiar da terra.

As pesquisas destes autores constataram *resistências* (POKER, 1999), *conflitos e dificuldades* (NAVARRO, 1995) para instaurar assentamentos coletivos, especialmente ante a cultura de posse e uso familiar da terra. Por isso, nesta pesquisa assumo como hipótese a afirmação dos autores de que há *conflitos e resistências* à instauração de assentamentos com trabalho coletivizado devido à questões econômicas e sócio-culturais, tais como as relações de gênero.

Mesmo antes de ter escolhido o local para realizar esta pesquisa, alguns requisitos já estavam previstos: estudar em um assentamento organizado coletivamente e também entrevistar não apenas as mulheres, mas também os homens, considerando que quase todas as pesquisas sobre relações de gênero estão focadas nas mulheres.

No processo de escolha do local de pesquisa em outubro de 2003 acompanhei uma comitiva de pesquisadores da UFSC que estava apresentando um projeto para desenvolver a construção e instalação de biodigestores em assentamentos do MST localizados em Fraiburgo e Campos Novos. Nesta ocasião tive a oportunidade de apresentar à direção dos assentamentos visitados meu interesse de realizar a pesquisa de campo em um destes locais e a resposta dos assentados foi afirmativa. Entretanto, ainda não havia decidido pelo local. Por isso, em janeiro de 2004 também visitei os assentamentos em São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Oeste catarinense.

Após estes contatos iniciais já possuía os dados preliminares para escolher o local de estudo. Finalmente decidi que a pesquisa de campo ocorreria na Associação Sepé Tiaraju, assentamento localizado no município de Campos Novos, SC. O motivo primordial por este lugar foi devido à organização coletiva e também pelo fato de não haver muita pesquisa sobre trabalho e relações de gênero neste assentamento.

Com a finalidade de obter as informações necessárias para responder as proposições da pesquisa, isto é, para compreender como ocorrem às relações de gênero na interface do trabalho no assentamento, fiz observação direta *in loco* das relações sociais, especialmente como ocorriam as relações de gênero e onde trabalhavam os homens e as mulheres. Observei a vida dos assentados no trabalho nos setores, no lazer, em jogos, em reuniões e na convivência domiciliar durante os quatorze dias que convivi com os sem-terra. Realizei

entrevistas com nove assentados (cinco mulheres e quatro homens) indicados pelo setor Social, responsável entre outras, pela relação social e política do Sepé Tiaraju.

Os critérios de escolha dos sujeitos para a entrevista⁶ foram definidos também segundo o interesse do pesquisador que queria estudar não somente as mulheres, também os homens, devido ao fato das relações de gênero serem configuradas pelo relacionamento de ambos. O setor Social indicou alguns representantes para serem entrevistados, os quais fazem parte de todos os setores de trabalho do Sepé Tiaraju. Também apliquei um questionário⁷ a todos os homens e mulheres do assentamento (23) que realizam o trabalho coletivo e o doméstico.

O trabalho em qualquer sociedade é a única maneira de produção de riquezas materiais que garantem a existência humana. Desde os primórdios da humanidade o trabalho aparece historicamente como um processo mediante o qual o ser humano intervém modificando a natureza e também a si próprio. Sendo assim, o trabalho é responsável por uma dupla criação: os bens que são utilizados para suprir as necessidades humanas e neste processo, o ser humano também aparece como produto do próprio trabalho.

Na sociedade capitalista, o trabalho adquire um duplo caráter: é criação de coisas úteis e, ao mesmo tempo, exploração econômica de uma classe sobre a outra: os proprietários dos meios de produção que extraem mais-valia dos que vendem sua força de trabalho (MARX, 1996).

O processo de produção de riquezas sob o modo de produção capitalista implica o empobrecimento da classe trabalhadora. A riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos donos dos meios de produção que acumulam, progressivamente, aumentando o capital. Riqueza e pobreza são, portanto, expressões contraditórias de um mesmo processo, no qual ocorre o embate entre capitalistas e classe trabalhadora.

⁶ O roteiro da entrevista encontra-se anexo a este trabalho. As entrevistas foram feitas com homens e mulheres, pois se fazia necessário que ambos explicitassem o sentido da existência em um assentamento coletivo a fim de expressar como estão configurados o trabalho e as relações de gênero. As entrevistas foram realizadas até o momento em que as respostas dos assentados/as responderam os objetivos propostos pela pesquisa. As respostas foram transcritas servindo como material de análise para este estudo.

⁷ O questionário encontra-se anexo a este trabalho. Este questionário tomou como referência o roteiro preparado por Cardoso (2002).

Pensar questões acerca do mundo do trabalho evoca a compreensão de que os seres humanos criam relações entre si, isto é, relações humanas que incluem as relações de gênero, entre outras categorias possíveis de análise histórica.

Neste estudo, gênero aparece como uma categoria de análise que expressa a constituição social dos homens e das mulheres mediada por relações de poder, empreendidas como produto de relações sociais historicamente datadas.

Uma das marcas das pesquisas de relações de gênero, realizadas no âmbito do MST, tem sido destacar a fala de mulheres e de seus significados nos processos de luta pela terra e pela reforma agrária. De modo geral, os homens não são ouvidos sobre esta questão. Entretanto, neste estudo, pretendo dar visibilidade ao trabalho coletivo e doméstico no Sepé Tiaraju, dimensão que configura socialmente homens e mulheres.

Os assentados do Sepé Tiaraju produzem suas vidas coletivamente por meio do trabalho realizado nos cinco setores: Animais, Lavoura, Reflorestamento, Social e Subsistência. Entretanto, em casa, persiste o trabalho doméstico individual, o qual é realizado quase que exclusivamente pelas mulheres.

As mulheres realizam o trabalho doméstico no período de quatro horas (matutino) e a tarde dedicam mais quatro horas ao trabalho coletivo, fora de casa. Os homens trabalham oito horas diárias nos diversos setores do assentamento e quando chega à noite, o trabalho doméstico prossegue sendo realizado pela família (pais e filhos), permanecendo mesmo assim, sob responsabilidade primordial das mulheres.

Por que existe a divisão sexual do trabalho onde as relações são coletivas, inclusive a terra, neste assentamento? Por que são as mulheres que continuam a realizar de modo predominante o trabalho doméstico para além das horas estabelecidas?

A partir destas indagações houve a necessidade de refletir sobre a vida neste assentamento, mais especificamente, sobre a configuração das relações de gênero em um contexto onde se combinam trabalho coletivo e trabalho doméstico devido à dificuldades de superação das relações hierárquicas estabelecidas ao longo dos séculos e por causa da comodidade de se perpetuar no assentamento determinadas relações fortemente enraizadas.

Por conseguinte, estes são os objetivos que direcionaram este estudo:

- analisar as relações de gênero e de trabalho no Sepé Tiaraju;

- verificar como os homens e as mulheres enfrentam uma dupla jornada de trabalho;
- identificar as pessoas que realizam o trabalho doméstico e;
- verificar a participação dos homens no trabalho doméstico.

No primeiro capítulo deste trabalho destaco a caracterização social e econômica do município catarinense de Campos Novos, região onde se situa o Sepé Tiaraju. Neste município, a produção é realizada segundo a lógica do capitalismo, que insere a produção agropecuária na divisão internacional do trabalho como produtores de matéria prima, produtos primários, destinados à exportação.

O Sepé Tiaraju também produz excedentes para viabilizar sua existência no âmbito do sistema capitalista, porém com uma peculiaridade: a produção é realizada através do trabalho coletivamente, o que supostamente, contraria a lógica burguesa.

No segundo capítulo apresento o modelo de organização preconizado pelo MST para os assentamentos, abordando, no primeiro subtítulo, a respeito do projeto de cooperação pretendido pelo MST; no segundo subtítulo sobre o trabalho coletivo realizado no Sepé Tiaraju; no terceiro, comento acerca do trabalho doméstico no assentamento estudado e no quarto subtítulo abordo a temática gênero nos documentos do MST e pesquisas de gênero realizadas no MST.

No terceiro capítulo discuto o processo de trabalho que o Sepé Tiaraju engendrou, combinando o trabalho coletivo com o trabalho doméstico e as relações de gênero que esta configuração possibilita. Realizo a caracterização dos assentados, apresento dados sobre o trabalho e o lazer e concluo apresentando como é realizado o trabalho doméstico.

1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

1. 1. Caracterização de Campos Novos

Conforme dados do IBGE⁸, no decorrer dos séculos XVII a XIX paulistas e gaúchos estabeleceram as primeiras fazendas de gado no planalto catarinense onde viviam os índios Kaingang, Xokleng e Guaranis.

As tribos indígenas viviam da pesca, caça, coleta e realizavam deslocamentos pela região a procura de condições mais favoráveis para garantir sua existência. Estas tribos praticavam uma agricultura rudimentar, onde produziam milho, batata-doce, mandioca e transformavam-nos em farinha e quirera para sua alimentação. A culinária indígena incluía, portanto, alimentos coletados como o pinhão, fruto da araucária, abundante na região; frutos; mel; a caça e a pesca que complementavam os produtos cultivados.

Estas tribos indígenas foram por muitos anos donas deste território, o qual foi apropriado pelos colonizadores para expansão da exploração agropecuária. A partir do momento em que foram estabelecidas as primeiras fazendas na região do planalto, os índios foram sendo expulsos de suas terras ou exterminados. Portanto, ocorreu no planalto catarinense, o que tinha sido regra em outras regiões do Brasil a partir do processo de colonização iniciado por volta de 1500.

No ano de 1854 instalou-se o distrito denominado Freguesia, o qual seria chamado posteriormente, de Campos Novos. Este povoamento ocorreu não muito depois da fundação de Lages (1767), havendo a região sido alcançada por João Gonçalves de Araújo, fazendeiro procedente de Curitiba. A ocupação do planalto catarinense, onde se localiza Campos Novos, intensificou-se depois de 1839 com a vinda de inúmeros fazendeiros, quando também estavam sendo povoados os campos de Palmas, no vizinho estado do Paraná. Além dos fazendeiros afluíram para o planalto catarinense, entre outros, fugitivos da Revolução Farroupilha (RS)

⁸ Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros-Gestão Pública 2001 (www.Ibge.gov.br acessado em 25/09/2004 e 30/05/2005).

(1835-1845). O município de Campos Novos foi criado oficialmente em 30 de Março de 1881, por meio da Lei n.923/1881, desmembrando-se do município de Lages.

O processo de colonização iniciado pelos tropeiros paulistas, paranaenses e gaúchos recebe mais tarde (Século XIX) os imigrantes italianos e alemães, entre outros, os quais foram atraídos pelo desejo de melhores condições de vida. Por isto, a cultura camponovense é diversificada devido à colonização feita por descendentes de portugueses, italianos, alemães. Há influências destes colonizadores na arquitetura, na religiosidade e na culinária. Até hoje a gastronomia é composta pelo arroz de carreteiros, pelo charque, pelo revirado de feijão, pelo churrasco, pelo chimarrão amargo, pelas massas, polenta e gosto pelas carnes de aves e saladas.

Campos Novos situa-se no planalto catarinense. O seu desenvolvimento está diretamente relacionado à posição geográfica, situada no encontro das rodovias BR 282, 470, SC 455 e 458. O município localiza-se em um raio de 380 Km dos principais portos do litoral, capitais como Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre e pode ser considerado o Pólo Regional do Mercosul, pois é passagem obrigatória para o mesmo, o que constitui um elo que integra a região aos principais centros comerciais.

Campos Novos pertence a AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina. Ao todo, são sete os municípios filiados, possuindo sede nesse município. São eles: Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem, Zortéa e Campos Novos.

Segundo o Censo do IBGE 2000, a população de Campos Novos totaliza 28.707 habitantes, sendo 22.532 na área urbana e 6.175 na área rural. A quantidade de homens corresponde a 14.245, e mulheres 14.462, com crescimento anual de 0,52%.

Através da ponte sobre o Rio Uruguai, que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul pela BR 470, cerca de cem municípios do nordeste gaúcho escoam sua produção para os portos de Paranaguá, Itajaí e São Francisco do Sul, tornando-se Campos Novos mais um corredor de exportação para o Mercosul.

Campos Novos possui características adequadas à agropecuária e o cultivo é mecanizado nas grandes propriedades rurais. Há também grande extensão de terras dedicadas ao reflorestamento, o qual é utilizado pelas Indústrias Madeireiras, para produção de Celulose e Pré-Moldados. O município possui também diversas indústrias ligadas ao ramo Metal e

Mecânico, sendo que há 134 empresas no ramo de Comércio, 15 Indústrias e 387 Prestadoras de Serviços.

As grandes extensões de terras são dedicadas à agropecuária. Sua área é de 1.632 Km². Ele é o quarto município do estado em extensão territorial. A sede municipal situa-se a 369 km de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Campos Novos faz limites: ao *Norte*; com Erval Velho, Herval do Oeste, Ibiã, Tangará e Monte Carlo; ao *Sul*; com o Rio Grande do Sul, Celso Ramos e Anita Garibaldi; ao *Leste*; Abdon Batista, Vargem, Brunópolis e Frei Rogério e a *Oeste*, com Capinzal e Zortéa. Campos Novos localiza-se no Planalto Sul Catarinense, cuja latitude é -27,40167 e longitude, -51,225.

O município é responsável por uma das maiores arrecadações de ICMS no setor agropecuário. Com uma economia focada na agropecuária, é um dos maiores produtores de matéria prima de Santa Catarina, possuindo grande potencial para a industrialização.

O trabalho agrícola propiciou a Campos Novos o título de “Celeiro Catarinense”, pois é o maior produtor de grãos do estado. São colhidas anualmente 240 mil toneladas de grãos com uma produção centrada nas culturas de milho, soja, feijão e trigo. Nos últimos anos,⁹ a produção de feijão e soja aumentou em 20% e a de milho em 30%. O uso de modernas tecnologias gerou um incremento de 60 % nos índices de produtividade de milho, 35% na cultura do feijão e 40% na soja. As plantações de aveia, azevém, alfafa e cevada encontram-se em fase de expansão, com 50 mil hectares de área plantada.

Há pomares de fruticultura que potencializam a economia do município. São desenvolvidos programas de incremento, os quais visam à produção de ameixas, pêssegos, uvas, nectarinas e maçãs. Esta última possui uma área plantada de 125 hectares e uma produção anual de 2.500 toneladas.

Além da produtividade da agricultura, a pecuária está em franco desenvolvimento. São 35 mil cabeças de gado de corte e 10 mil cabeças de gado leiteiro que compõem um rebanho de excelente qualidade, devido à utilização de modernas técnicas de aperfeiçoamento genético. Destacam-se os rebanhos das raças Charolesa e Holandesa.

O processo de produção de riquezas no município de Campos Novos é realizado pelo trabalho de pequenos agricultores (agricultura familiar) e também por grandes produtores

⁹ Conforme dados do IBGE, no ano de 1999, a área plantada de milho e soja foi de 20 mil hectares para cada cereal, 5.2 mil hectares de trigo, 14 mil hectares de feijão e 60 hectares de alho.

rurais (fazendeiros). Um dos requisitos para conquistar alta produtividade é a aplicação de tecnologia na produção. Os trabalhadores camponovenses dispõem de acompanhamento técnico concedido pela Epagri, instituição pública estadual dedicada à pesquisa e apoio à agricultura, e contam também com a assistência prestada por empresas de caráter privado.

A alta produtividade em Campos Novos e região é resultado do avanço tecnológico disponibilizado e utilizado em prol da agropecuária. Como exemplo de utilização de tecnologia avançada destacarei, a seguir, a participação de uma cooperativa, a Copercampos, a qual forma uma rede de apoio aos agricultores no decorrer de toda a cadeia produtiva no Planalto Catarinense.

De acordo com dados da Copercampos¹⁰, “em 08 de Novembro de 1970, um grupo de 100 agricultores e fazendeiros se reuniram e decidiram fundar uma cooperativa”, a qual tornou-se um projeto bem sucedido, sendo que a criação da empresa foi motivada pela necessidade que os agricultores e fazendeiros tinham em relação à compra de insumos, comercialização e armazenamento da safra.

O período de 1970 indicava que o processo de extração de madeiras como atividade econômica predominante no planalto catarinense estava chegando ao fim. Iniciou-se, então nesta época, a expansão das plantações de trigo e soja. Era necessário armazenamento adequado para se depositar toda a colheita em local seguro enquanto se efetivava definitivamente a comercialização destas matérias-primas. Então, a criação da Copercampos consistiu no suprimento da armazenagem de grãos, atividade que até então era realizada pela Cibrazém (instituição pública encarregada pelo armazenamento de cereais naquela época), produzidos pelos fazendeiros da região.

Três anos após a fundação da Copercampos foi construído um segundo silo com capacidade de armazenamento de 60 mil sacas. Em 1975 foi aberta a primeira filial no município de Anita Garibaldi. Como a produção estava em expansão, foi necessário construir mais dois armazéns¹¹, um em Campos Novos e outro no município vizinho, com capacidade de 110 mil sacas e 60 mil, respectivamente. Nesta época, já havia cerca de 2 mil cooperados. Nas décadas de 1980 e 1990, houve a consolidação de vários projetos bem sucedidos da

¹⁰ www.fecoagro.coop.br. Dados disponibilizados pela Copercampos, acessado em 30/05/2005.

¹¹ Segundo dados da Copercampos, sua capacidade de armazenamento em todos os seus silos corresponde a 210 mil sacas e mais 1.680 toneladas a granel. Atualmente a Copercampos tem estrutura para depositar 3 milhões de sacas.

empresa, chegando a se especializar em diversas áreas. Atualmente há mais outras cinco cooperativas filiadas à Copercampos.

Como a Copercampos usa lenha para realizar a secagem de grãos (soja, trigo, feijão e milho), a mesma investiu em reflorestamento. A empresa plantou nos anos de 1990, 50 hectares de eucaliptos e está ampliando o cultivo desta espécie *exótica* em uma área de 20 hectares.

Atualmente a Copercampos possui cooperados em 15 municípios do planalto catarinense. Com sua estrutura empresarial, presta diversos serviços a toda a população, tais como a comercialização de insumos agrícolas, serviços de transporte, comércio de alimentos, postos de combustíveis, lojas agropecuárias e supermercados.

A empresa produz sementes certificadas¹² que são comercializadas por todo o Brasil e demais países do Mercosul.

A Copercampos possui uma infra-estrutura completa¹³ que lhe permite prestar assistência técnica, realizar a coleta e armazenamento de 1 milhão de litros de leite mensalmente. A empresa dispõe uma equipe prestadora de assistência técnica aos 484 cooperados de leite, em todos os municípios de sua abrangência. Fazem parte da equipe, um médico veterinário e um engenheiro agrônomo que atendem aos clientes na sede da Copercampos. Há cinco caminhões (com tanques inox) que realizam dez rotas de coleta de leite em nove municípios da região. No ano de 2000, a Copercampos captou 10.187.187 litros de leite.

Há diversas atividades que a empresa está incentivando. Entre estas destaca-se a ovinocultura. No município de Campos Novos há um rebanho de 7.200 cabeças, produzindo 60 toneladas de carne e 18 de lã. Também há mil hectares de áreas alagadas que são utilizadas para a criação de carpas e bagres, com produção anual de 400 toneladas. Os apicultores são responsáveis por uma produção anual de 80 toneladas de mel e derivados.

A suinocultura está recebendo investimentos da Copercampos, que se prepara para em breve instalar um frigorífico, pois há uma produção anual de 100 mil cabeças. A meta do

¹² A Copercampos comercializa anualmente mais de 350 mil sacas de sementes certificadas e fiscalizadas que servem para o plantio agrícola. A empresa produz sementes de soja, trigo, feijão, aveia, avevém, triticales, ervilha, centeio e nabo forrageiro.

¹³ A Copercampos possui diversos convênios e parcerias com empresas e instituições como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e multinacionais como a Agrocere/Pic e Monsoy, detentora de um dos maiores bancos de germoplasma de soja do país.

ano 2002 foi alcançada pela produção de 230 mil cabeças, totalizando 17 mil toneladas de carnes.

A Copercampos possui uma fábrica de Rações e Concentrados, que em 2000 produziu 36 mil toneladas. Atualmente está capacitada para produzir mensalmente 4.800 toneladas. Em 2000 foi inaugurada uma Central de Produtora de Leitões, que são fornecidos aos integrados, os quais recebem os animais para realizar a terminação. São 3.500 matrizes que reproduzem anualmente 76 mil leitões. Enquanto a Copercampos não constrói seu próprio abatedouro está entregando a produção ao frigorífico Aurora.

Com esta exposição foi possível explicitar a relevância de uma empresa no processo de intermediação da produção agropecuária, desde o produtor até o destino final para sua industrialização. A partir de sua fundação na década de 1970, a Copercampos desenvolveu diversos projetos para o fortalecimento econômico da região, destacando-se pela sua sustentação à atividade agropecuária, através da difusão de informações, ampliação das alternativas tecnológicas, comercialização de máquinas para a produção e garantia de aquisição das safras.

Campos Novos produz grande volume de matéria-prima em seu território. Atualmente o município conta com 700 empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços que investem e impulsionam a economia. Assim como a Copercampos, há outras quatro empresas de expressão internacional, entre elas, destaca-se a indústria Iguazu Celulose e Papel S/A, a qual produz insumos para outras indústrias de papel no Brasil e no exterior.

A expressiva produção agropecuária da região do planalto catarinense e especificamente a de Campos Novos é fruto do trabalho de longos anos e também de investimentos tecnológicos até atingir seu atual *status* de *celeiro* catarinense. Nas últimas décadas, a produção de riquezas tem sido crescente, o que demonstra a capacidade dos camponovenses de produzir excedentes. Esta produção tem alimentado indústrias da região, do estado, país e uma expressiva quantia é destinada à exportação, permitindo crescente acumulação do capital.

Campos Novos que produz excedentes para alimentar a acumulação também é palco que cria ao mesmo tempo enorme contingente de *desenraizados* e explorados pelo processo produtivo instaurado pelo capital. Como conseqüência, muitos expropriados precisam prosseguir seu movimento migratório na tentativa de empreender outra trajetória em busca de

melhores condições de vida¹⁴. O mesmo processo histórico que produz excedentes para acumulação do capital implica em exploração dos trabalhadores do setor agropecuário.

Sobressai em Campos Novos a contradição configurada pelo processo de produção capitalista. Onde se produz tanta riqueza também se constrói bolsões de pobreza, não excepcionalmente neste município, mas como regra em todo o sistema capitalista. Os trabalhadores que produzem riquezas recebem apenas o elementar para a sua sobrevivência, embora, nem todos recebam efetivamente o básico. Não é por acaso que também em Campos Novos há um exército de pobreza, que se materializa na existência de desempregados, subempregados, sem-terra¹⁵, resultado do processo de produção de riquezas acumulada pelo capital.

Há contradição quando agricultores e pecuaristas produzem riquezas de forma *atrasada*, sem utilização de alta tecnologia, mesmo ficando com uma parcela de sua produção, estão efetivamente alimentando, o capital. É contraditório também, o fato de agricultores produzirem riquezas com alta tecnologia, mesmo assim, permanecer na pobreza. Mesmo que seja contraditório, em Campos Novos, a produção de excedentes (superprodução) gera a miséria e simultaneamente nutre e acumula cada vez mais o capital.

Gorender (2002) ajuda a compreender o contraditório processo de produção de riquezas no município de Campos Novos. Conforme este autor, a partir dos anos 1970, o Estado vai financiar equipamentos e insumos para beneficiar os grandes proprietários, com

¹⁴ Conforme Aued (2002), a Revolução Industrial contraditoriamente cria enorme quantidade de riqueza e simultaneamente *desenraizados*, os quais precisam migrar ao Mundo Novo devido à impossibilidade de produzirem sua vida na Europa. No Brasil, o movimento migratório prossegue, desencadeando a ocupação do oeste catarinense, porém, muitos imigrantes ainda continuam impossibilitados de produzir sua existência, passando a fazer parte da categoria dos sem-terra.

¹⁵ De acordo com Conde (2004), desde o início do MST ocorreram inúmeras ocupações de fazendas no estado catarinense. Destacarei apenas as ocupações e conquistas de terra que se inscrevem no município de Campos Novos. Ao todo, as ocupações envolveram 916 famílias até a presente data. Do total, 720 famílias foram despejadas e não conseguiram terra para viver. Apenas 196 famílias foram assentadas nesse município. Em 1991, 130 famílias realizaram ocupação de uma fazenda em Campos Novos; em abril e maio de 1992, 150 famílias ocupam a fazenda de Ari Fogante neste município; no mesmo ano houve outra ocupação que também envolveu 150 famílias; em 1997, 250 famílias ocuparam uma fazenda neste município; em 1989, 40 famílias ocupam outra área em Campos Novos. É preciso ressaltar que nem todas as ocupações resultam em desapropriação da área para a efetivação do assentamento. Há casos de famílias que precisaram realizar até 19 ocupações a fim de que fossem definitivamente assentadas. Entretanto, em Campos novos foram conquistados apenas 4 assentamentos: em 1988, 85 famílias conquistaram 2.004 hectares de terra, formando o assentamento 30 de Outubro; em 1990, 67 famílias conquistaram 1.234 hectares de terra e formaram o assentamento São José, em 1995, 18 famílias conquistaram 403 hectares de terra neste município e em 1999, 26 (sic) famílias conquistaram 379 hectares e viabilizaram o assentamento Sepé Tiaraju, local de realização desta pesquisa.

prioridade para a exportação. É uma política conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e insumos agrícolas, especialmente a grande multinacional.

Oliveira (1989) amplia a discussão ao afirmar que a “vocação agrícola”   instaurada mediante o financiamento externo, que o Estado passa a intermediar. Entretanto, o valor gerado pela economia agroexportadora   suficiente apenas para pagar os custos da intermedia o comercial e financeira externa. Não   por acaso que a produ o agropecuária   destinada   exporta o e tenha permitido a diversas empresas grande desenvolvimento, conforme se constata no caso de sucesso da Copercampos.

Para Gorender (2002), mesmo que o benefício tenha sido feito diretamente para o latifúndio, a agricultura familiar não perde a sua importância. O autor assegura que esta modalidade de produ o garante o abastecimento alimentar das popula es urbanas. Entretanto, pelo fato de a agricultura familiar ter esta finalidade não se deve esperar altas cota es nos preços e quando isto ocorre, o benefício   apropriado pelo capital mercantil intermediário que se interpõe entre o agricultor e o consumidor.

Oliveira (2002) nos auxiliam na compreensão da contraditória realidade econômica de Campos Novos, quando afirma que o desenvolvimento capitalista ocorre de maneira contraditória e desigual. Ou seja, para o desenvolvimento ser possível, precisa apresentar aspectos contraditórios, como acontece no campo brasileiro onde encontramos junto com o desenvolvimento capitalista, os b ias-frias e também formas não-capitalistas como a parceria e o trabalho familiar camponês. Não   por acaso que em meio   tanta riqueza produzida naquele município haja muita pobreza e também muitos protagonistas sem-terra.

Conforme Oliveira (2002), para entender a realidade do campo no Brasil, seus conflitos e lutas   preciso lembrar que a economia está internacionalizada. O processo de internacionaliza o se relaciona com a d vida externa responsável pelo rumo tomado pela agropecuária. O país (Estado) faz d vida para criar as condi es para ampliar a produ o. Para pagar a d vida, tem de exportar e submeter-se aos preços e condi es impostos pelos mecanismos internacionais. Como os preços de matérias-primas têm baixado, o país precisa ampliar a produ o para continuar pagando a d vida e assim, o processo se intensifica.

Este   um dos fatores que contribuiu para que a economia do município de Campos Novos tenha se voltado às atividades agropecuárias, destinadas, sobretudo,   exporta o. Nesta configura o, fica mais explícito entender qual o sentido de toda a estrutura montada

pela Copercampos, a qual no início da ampliação das *fronteiras agrícolas* (década de 1970) inicia um projeto de sucesso, à serviço da acumulação do capital. Segundo Oliveira (2003), o denominado *subdesenvolvimento* do Brasil constitui uma singularidade histórica do capitalismo central que destinou às ex-colônias, agora, transformadas em periferia, a função de fornecer subsídios para a acumulação de capital realizado pelo centro do capitalismo.

Para Oliveira (2003), o capitalismo no Brasil apresenta uma especificidade em sua forma de *subdesenvolvimento*. O *subdesenvolvimento* construído pela articulação econômica possui na política o seu agente estruturante. Uma característica marcante da realidade brasileira é o papel que a agricultura de subsistência presta a acumulação externa do capital. Não apenas no Brasil, mas em toda a periferia, o *subdesenvolvimento* passa a ser a forma permanente do capitalismo. O autor afirma que a agricultura atrasada financiou, tanto a agricultura moderna, quanto o processo de industrialização. A agricultura de subsistência fez baixar o custo da reprodução da força de trabalho nas cidades, facilitando o processo de acumulação de capital industrial. As imbricações entre a agricultura de subsistência, o sistema bancário e o financiamento da acumulação industrial fez o barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades e constituiu a base do processo de expansão capitalista.

A agricultura de Campos Novos, município *celeiro* de Santa Catarina, não foge à lógica capitalista, pois ela também fornece matéria-prima e alimentos à reprodução do capital. A produção agropecuária, neste município, também se inscreve na divisão internacional do trabalho que destina à periferia um lugar de produtor de insumos com a finalidade de baratear o processo de valorização do capital, especialmente no centro desenvolvido do sistema. Produzindo matérias-primas e alimentos baratos, destinados às indústrias, a agricultura contribui no processo de barateamento da reprodução, colabora também na maximização do índice de exploração da força de trabalho, fazendo avançar o processo de acumulação. A agricultura de Campos Novos também possui imbricações e está inscrita na lógica do capitalismo global (no âmbito das relações entre países centrais e periféricos) que destina ao agro-negócio a função de subsidiar o processo de acumulação.

1. 2. Caracterização do assentamento Sepé Tiaraju

A realização desta pesquisa necessitava definir um local a ser estudado. Visitei, então, diversos assentamentos no estado catarinense¹⁶ nos anos de 2003 e 2004 com o objetivo de escolher um dentre eles para efetivar a pesquisa de campo.

Estabeleci contatos com diversas formas de organização nestes assentamentos. Alguns são estruturados com base na posse individual do lote (entre eles, está o assentamento localizado na localidade de Entre Rios, em São Miguel do Oeste-SC), no qual o trabalho é realizado apenas pela família assentada. Segundo depoimento dos assentados, o sistema individual gera maiores dificuldades. Dentre elas, destacam-se a falta de recursos para custear o cultivo da terra e para comprar equipamentos agrícolas a fim de desenvolver a produção. Outros assentamentos combinam uma organização mista (como exemplo, aparecem os assentamentos localizados na linha Dois Irmãos, município de São Miguel do Oeste, e o 25 de Outubro de Fraiburgo-SC), na qual cada assentado tem a posse individual de um lote, mas realizam diversas atividades em conjunto, inclusive compartilhando com outros assentados a utilização de equipamentos e comercializando a produção por meio de uma cooperativa ligada ao movimento. Outros assentamentos possuem um único lote de terra onde todo o planejamento, o trabalho e a apropriação dos produtos da terra são feitos coletivamente. É o caso do Sepé Tiaraju, em Campos Novos e do Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira, ambos em Santa Catarina.

Nos dias 27 a 30 de Abril de 2004 conheci o assentamento coletivo Sepé Tiaraju, em Campos Novos, SC e as 18 famílias que lá vivem.

Para se chegar ao Sepé Tiaraju, partindo do centro da cidade de Campos Novos, toma-se uma rua asfaltada na direção Sul. Andando aproximadamente dez quilômetros, chega-se ao ponto que dá acesso ao assentamento. Deste local, precisa-se percorrer uma distância na direção Leste, cerca de sete quilômetros, por uma via não pavimentada, de chão batido para chegar à agrovila. Cerca de 2 km de distância, já se avista a sede do assentamento Sepé Tiaraju. A região exibe uma paisagem exuberante, marcada por muitos tons de verde, síntese das matas e grandes plantações. Há vinte e três casas construídas pelos assentados,

¹⁶ Visitei assentamentos nos municípios de Dionísio Cerqueira, Fraiburgo, São Miguel do Oeste e Campos Novos, todos em Santa Catarina.

sendo que a agrovila foi edificada em forma de círculo, possuindo internamente um vasto pátio completamente gramado e arborizado que exhibe em um mastro a bandeira do MST. Neste local, as crianças brincam e, também, ocorrem atividades lúdicas e diversas comemorações significativas para os assentados.

Ao se visitar o Sepé Tiaraju, a receptividade e hospitalidade por parte de todos os assentados foi imensa. É possível ter a sensação de que a maneira coletiva de produzir a existência viabiliza, neste assentamento, um jeito diferente de organizar as relações entre os moradores. Eles estão acostumados com visitas de estudantes, de professores e pesquisadores brasileiros ou estrangeiros a ponto de demonstrarem familiaridade com a chegada de mais um pesquisador. Todos, indistintamente, participam da produção de alimentos e também da solução dos problemas que se apresentam. Para eles, pensar, escolher e realizar o trabalho coletivamente significa economia de tempo e de trabalho despendidos na realização das tarefas cotidianas. Segundo seus depoimentos, a vida coletiva possibilita maiores ganhos econômicos, sociais, políticos e, ainda, mais tempo livre para todos.

À primeira vista, tais famílias empreendem relações diferentes daquelas que outrora experimentaram no decorrer de sua trajetória. Chama especial atenção o fato de que homens e mulheres *desenraizados*, expulsos do interior da sociedade de classes, marcada por relações sociais de poder, de disputas, individualismo, de confronto, consigam se (re) organizar em práticas sociais como, por exemplo, a solidariedade e a igualdade.

No assentamento coletivo Sepé Tiaraju, um episódio chama atenção: ao visitá-los fui recebido pelos integrantes do Setor Social. Foram eles que decidiram sobre a realização desta pesquisa de campo. Portanto, no interior de uma sociedade marcada por relações de poder e supremacia masculina é surpreendente que a equipe do Setor Social de um assentamento seja composta por cinco mulheres, e apenas, um homem.

O Sepé Tiaraju possui as seguintes características sociais: são vinte e três famílias assentadas. Em 1995, dezoito delas estavam acampadas em Passos Maia-SC, e chegaram ao Sepé Tiaraju, em Julho de 1999. Ocupam uma área de 379 hectares¹⁷, sendo 79 de reserva florestal, 300 cultiváveis, embora sejam cultivados até o momento, 189 hectares.

¹⁷ Conforme Jantsch (2001, p. 13), um hectare corresponde a “10.000 metros quadrados de terra. Equivalente a (aproximadamente) 0,4 alqueire”.

Há uma escola municipal no assentamento com apenas uma sala de aula e uma biblioteca onde as crianças estudam até a quarta série do ensino fundamental. Após esta fase, as crianças e adolescentes freqüentam escolas da rede estadual na sede do município, na cidade de Campos Novos. Está em funcionamento no assentamento um projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é coordenado por uma educadora do próprio assentamento. Também, diariamente, no período vespertino, ocorre a Ciranda Infantil (pré-escola) com a coordenação de uma educadora do assentamento que acompanha o processo educativo e cultural com onze crianças, as quais, no período matutino, permanecem na companhia de suas mães, enquanto estas realizam o trabalho doméstico. As crianças se reúnem e circulam no interior da agrovila desfrutando de visível receptividade em qualquer domicílio que escolham para brincar.

No Sepé Tiaraju, em termos de organização, uma assembléia é adotada como instância decisória maior. As reuniões acontecem a cada quinze dias com a presença de todos os assentados, que relatam os trabalhos desenvolvidos sob a responsabilidade de cada setor ao qual participam. Nesta instância são tomadas as decisões estratégicas do assentamento e readaptadas as diretrizes para a produção, quando necessárias.

Segundo os assentados, a produção da vida é feita pelos setores: Lavoura, Subsistência, Gado de leite, Social, Integração e Administração¹⁸. A organização é realizada pelos setores e, também, pelos núcleos de base que coordenam debates e estudos dedicados à discussão organizacional e formação política dos assentados, dos quais participam todas as pessoas a partir dos doze anos de idade. Os casais assentados são distribuídos em reuniões de núcleos diferentes onde podem se expressar livremente.

Todos os assentados maiores de quatorze anos participam da produção da vida por meio do trabalho. Os assentados plantam milho em uma área de 30 hectares, cultivam feijão em 7 e soja em 25. Em 2003, venderam 180 sacas de soja, a parte excedente da colheita, cujos recursos foram destinados à compra de ração para os animais. Há pastagem sobre 35 hectares onde criam gado de leite (70 cabeças), ovelhas (60 cabeças) e cabras (30 cabeças) e gado de corte. Também criam galinhas (350) e porcos. Plantam arroz sobre 2 hectares, horta em 2 e

¹⁸ No decorrer do texto, serão apresentadas informações referentes ao atual Regimento e Estatutos que em 2004 tornaram o Sepé Tiaraju, pessoa jurídica. Atualmente há cinco setores, pois o de Integração está desativado, permanecendo o setor de Animais, Lavoura, Reflorestamento, Social e de Subsistência.

árvores frutíferas (parreira, pessegueiros e ameixeiras) também em 2 hectares, além de cultivarem outros produtos como verduras e legumes para sua alimentação.

Os assentados do Sepé Tiaraju financiaram (em 1999) equipamentos de estufa para produzir hortaliças destinadas ao comércio. Porém, ocorreu um vendaval que causou a perda de todos os equipamentos juntamente com a plantação. Recorreram a outro financiamento (em 2000) e construíram nova estufa. Mais uma vez, as instalações foram atingidas pelo temporal, restando apenas o débito aos assentados. Eles possuem diversos equipamentos básicos para o trabalho como enxadas, foices, machados, picaretas, além de equipamentos que concentram maior tecnologia, tais como duas ordenhadeiras para extrair leite das vacas, um trator, uma plantadeira e uma debulhadeira de cereais.

Todas as casas do assentamento possuem instalação de água potável extraída de um poço artesiano escavado mecanicamente a uma profundidade de 60 metros. Há uma bomba elétrica que impulsiona a água para todos. O poço fornece água a todas as instalações do assentamento, tais como ao aviário, chiqueiro e galpões e é também canalizada para os jardins dos assentados. Eles possuem rede de energia elétrica em todas as residências e, também, nos setores de produção que necessitam de energia, que é fornecida pela Celesc, empresa concessionária presente em todo o estado catarinense.

2. PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

2. 1. O MST e a cooperação

Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho segmenta homens e mulheres. Por isto, há tarefas e trabalhos específicos para eles e para elas e, mesmo que realizem as mesmas atividades, existem diferenças quanto à remuneração, que acusa desvantagem às mulheres¹⁹. Geralmente, as mulheres realizam trabalho não produtivo e, os homens, trabalho produtivo²⁰. Na divisão sexual do trabalho, impera a desigualdade, pois as mulheres desempenham papel secundário quando se trata de mundo do trabalho²¹. Porém, quando o mundo do trabalho precisa de aumento de força de trabalho, a mulher é nele inserida, mas dispensada em momentos de crise. Além de ser pequena a taxa de mulheres que exercem cargos e postos de chefia, quando isto ocorre, seus vencimentos são geralmente menores que o dos homens. Outro exemplo clássico que ilustra a desigualdade social e política entre homens e mulheres aparece na Lei Eleitoral, a qual precisa garantir constitucionalmente uma reserva de cota (30%) às mulheres. Apesar da Lei, mesmo assim, as desigualdades não são superadas.

A organização/divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista é responsável pela instauração de relações hierárquicas de poder, sendo que o sistema comandado por relações autoritárias de poder dificulta a construção da igualdade entre os seres humanos. E, a desigualdade das relações de poder do sistema se expressa através da contraditoriedade que produz muitas riquezas, ao mesmo tempo em que a grande maioria permanece excluída do

¹⁹ Ver HIRATA, H sobre desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres em “**Nova divisão sexual do trabalho?**”. São Paulo: Boitempo, 2002.

²⁰ Trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia e permite ao capital se reproduzir e acumular. O trabalho improdutivo está imbricado com o produtivo, pois os trabalhadores realizam diversas atividades tais como limpeza do local de trabalho, limpeza e manutenção das máquinas, entre outros, que mesmo não produzindo mais-valia são necessárias para o capital se reproduzir. Na sociedade capitalista, o chamado trabalho improdutivo refere-se, também, às tarefas domésticas realizadas por empregados, mordomos, não diretamente envolvidos na produção da mais-valia. Enfim, para o sistema capitalista, o trabalho produtivo ou improdutivo é indispensável para produzir e reproduzir o sistema.

²¹ “No mercado de trabalho brasileiro, apenas 30% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres. Mas elas são maioria nos serviços terceirizados, ocupando 80% das vagas. Quando se soma a essa realidade a questão racial, a desigualdade é ainda maior. Segundo [...] Instituto Observatório Social [...], as mulheres negras recebem piores salários que as brancas, chegando até mesmo à metade da remuneração”. **Jornal DC**, pg.12, Sábado, 05/06/2004.

acesso a elas. A contraditoriedade do sistema se materializa na vida de milhares de trabalhadores do campo expropriados, os quais passam a vida a produzir para o capital acumular, mas não conseguem manter-se na condição de produtores rurais, pequenos agricultores (agricultura familiar), aparecendo como sem-terra, os quais se organizam para lutar contra as forças autoritárias e pelo estabelecimento de relações sociais pautadas em princípios de igualdade e solidariedade.

No interior destas relações sociais, constitui-se o MST, um movimento que busca a eliminação das desigualdades sociais. O projeto político proposto pelo MST vai além da reforma agrária e não se restringe às questões econômicas, pois o movimento almeja a superação do modo de produção capitalista e a implantação de uma nova sociedade, na qual as relações e práticas sociais sejam diferentes das existentes.

O MST busca primordialmente uma organização coletiva para produzir a existência dos assentados, conforme já ocorre nos acampamentos, onde todas as pessoas são envolvidas em diversas tarefas e trabalhos realizados para garantir sua sobrevivência. A organização dos sem-terra na fase do acampamento é viabilizada pela participação de todos no processo de produção. A organização realizada de maneira coletiva no âmbito do acampamento pode estar imprimindo em cada sem-terra uma nova maneira de viver. Sendo assim, posteriormente no âmbito do assentamento, várias transformações continuarão em processo de construção, especialmente, a produção da vida de maneira coletiva, a qual passará a influenciar e mediar as demais relações, configurando-as de forma diferenciada dos sujeitos da sociedade fundada a partir da propriedade individual da terra.

Diversos documentos do MST pronunciam-se a respeito dos objetivos de construir uma sociedade socialista, a ser engendrada através de assentamentos organizados coletivamente. A escolha pela produção da vida de forma coletiva tem sido preferida pelo MST e experimentada no movimento primordialmente através do modelo de cooperativas. Por isto, apresentarei, a partir de agora, a instauração da cooperação segundo os documentos do MST e as possibilidades sentidas pelos próprios sem-terra a respeito dos alcances e limites das experiências da cooperação coletiva e, posteriormente, darei destaque à crítica feita ao modelo cooperativista realizado por autores e estudiosos externos ao movimento.

Segundo o Caderno de Cooperação Agrícola²² nº 7, o MST se denomina um movimento de massas de trabalhadores que estão acampados e assentados. Entre os objetivos do movimento aparece como destaque o projeto de transformar a sociedade mediante a eliminação da pobreza, das desigualdades e injustiças sociais, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste documento, o MST assinala a existência de inúmeros desafios que precisam ser superados a fim de que seja possível a mudança no meio rural. A conquista da Reforma Agrária aparece como uma estratégia para se atingir tais objetivos, sendo que o assentamento é o foco das transformações que precisam influir concomitantemente, resultando em mudança de toda a sociedade ao seu redor.

Em outro documento, o Caderno de Cooperação²³ Agrícola nº 5, a luta pela terra é descrita como uma experiência de cooperação mediante a qual os sem-terra se organizam a fim de lutar. Conforme este texto, a cooperação agrícola que o MST pretende instaurar extrapola a esta prerrogativa: “Os assentamentos e, de forma especial, as cooperativas ligadas ao SCA devem ser uma ferramenta de luta para a conquista da Reforma Agrária e a transformação da sociedade” (p. 54). Na visão dos sem-terra, o processo de cooperação agrícola se impôs desde quando o MST conquistou as primeiras áreas e se viu desafiado a viabilizar a existência dos assentados mediante a produção da existência.

Conforme o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5, a prioridade para os sem-terra foi a conquista de um pedaço de terra para ali viver e produzir as condições de sua existência. No início do Movimento (década de 1980) o foco central foi a luta pela terra, a qual passou a ser cultivada de maneira individual, conforme a prática da sociedade capitalista, assentada na propriedade privada. Este fato pode-se observar no período de 1979 a 1984, quando a conquista da terra aparece como epicentro nas lutas do MST, ficando em segundo plano, a organização da produção da vida. Havia, na década de 1980, uma idéia subjacente à conquista da terra, que era transformar os sem-terra em pequenos proprietários rurais, o que efetivamente muitos deles já haviam sido. Não se pensava em uma luta mais ampla que considerasse os interesses dos camponeses em geral e da classe trabalhadora. Aliás, naquela

²² MST (1998) Caderno de Cooperação Agrícola no 7 - “Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos”.

²³ MST (1998) Caderno de Cooperação Agrícola n. 5 – “Sistema Cooperativista dos Assentados” (SCA).

época, o modelo de trabalho que os sem-terra conheciam era da propriedade familiar, onde a produção se realizava para o sustento da família. Naquela época já se realizavam algumas experiências de cooperação entre os sem-terra, mas ainda de maneira espontânea, na base do mutirão e troca de dias de serviço.

Conforme o documento citado, no período de 1984 a 1989 aumenta o número de assentamentos, entretanto, pouco se altera em relação à questão da fome e da miséria, pois a produção era insuficiente para suprir as necessidades dos assentados. Neste período, a produção ainda era realizada de maneira individualizada, prática que denunciava seus limites, a ponto de muitos assentados, que contraíam custeio, mas produziam pouco, corriam o risco de ter que entregar a terra para saldar suas dívidas, por causa da inviabilidade econômica com base na produção empreendida no modelo da propriedade familiar.

Então, durante o I Encontro Nacional do MST (Curitiba, 1985), o foco das discussões debateu a ampliação da luta pela terra. Neste período, o movimento já havia constatado a existência de diversas experiências nos assentamentos, que assinalavam duas direções: haviam se formado *pequenos grupos* e também *associações coletivas*. Nestas experiências, os sem-terra envolvidos em empreendimentos coletivos defendiam a constituição de um grupo em torno de dez a quinze famílias, pois facilitava a organização e gerava melhores resultados. A idéia subjacente a este modelo era que tais grupos poderiam ser o embrião, que, depois de seu desenvolvimento, atingiria o caráter de uma grande cooperativa.

Em outros assentamentos, simultaneamente, foram construídas grandes associações para a realização de diversos serviços, as quais não envolviam os sem-terra no trabalho coletivo, mas realizavam a organização política que liberava a liderança com a finalidade de organizar os trabalhadores nas fileiras do MST, na busca de novas ocupações para ampliar o processo de luta do campesinato.

Prosseguindo seu processo de luta, o MST realizou o I Encontro Nacional dos Assentados em 1986 a fim de discutir a organização dos sem-terra, e neste momento, a produção aparece no foco das discussões. Neste encontro, finalmente, se ratifica uma estratégia de luta: os assentados decidem produzir a terra em caráter coletivo.

De acordo com o Caderno de Formação²⁴ n° 10, os sem-terra começam a se organizar devido às suas necessidades econômicas. Então, para conseguir êxito, o MST orienta que os

²⁴ MST (1986) Caderno de Formação n. 10, “A Luta Continua – Como se organizam os assentamentos”.

trabalhadores adotem a estrutura coletiva a fim de melhor responder às necessidades no suprimento da existência. Conforme este documento, o MST prefere que os assentados se organizem coletivamente devido às vantagens de ordem econômica, política e social. Este Caderno de Formação afirma que a organização do trabalho coletivamente é entendida como sendo “a única maneira de nós irmos de fato mudando a sociedade e um dia construirmos o socialismo” (MST, 1986: 19).

Duas questões ficam bem definidas nesta afirmação do MST: primeiro, fica explícito que a estrutura coletiva é preferida à outras maneiras de organização da classe trabalhadora e, a outra idéia que aparece, se esboça em um projeto de construir uma sociedade socialista. A produção da vida de maneira coletiva aparece, portanto, como estratégia de aumentar a produção, fornecendo suprimentos necessários à sobrevivência dos sem-terra e, também, viabiliza uma *sociabilidade* nos moldes socialista.

Este Caderno de Formação nº 10 (MST, 1986) destaca diversas vantagens de ordem econômica quando os assentados se organizarem coletivamente:

- aumentar a área cultivada e a produção;
- preparar o solo e plantar na época adequada;
- aproveitar melhor a terra;
- aumentar a produtividade como resultado do coletivo adquirir máquinas e ferramentas necessárias;
- diversificar a plantação, superando a monocultura;
- o coletivo facilita o trabalho realizado pelos técnicos e agrônomos;
- coletivamente facilita-se o processo de compra e venda para os assentados;
- têm mais forças para enfrentar as dificuldades e;
- o coletivo viabiliza o processo de trabalho, dividindo-o de acordo com a especialidade e preferência de cada assentado, pois nos lotes individuais, cada agricultor precisa realizar tudo sozinho.

O Caderno de Formação nº 10 (MST, 1986) destaca também algumas vantagens de ordem política desfrutadas em um assentamento coletivo. Entre elas estão:

- o povo continua organizado para enfrentar qualquer problema que aparecer;
- no âmbito coletivo, existe maior discussão política, podendo se desdobrar em um processo de maior compreensão do funcionamento da sociedade e resultar em avanço da consciência política;
- o trabalho coletivo viabiliza melhores condições para formar liderança e as disponibilizar para que estes ajudem na formação de outros assentamentos, ampliando-se o processo de luta pela terra;
- nos assentamentos coletivos, os integrantes discutem em conjunto sua organização. Este processo cria a práxis de se decidir todas as questões na esfera coletiva;
- ao manter um assentamento organizado coletivamente, o processo de Reforma Agrária se amplia, incentiva e fortalece a luta na busca de mudanças na sociedade e;
- a organização da vida coletivamente mantém a motivação dos assentados em continuar a luta e também desafia os pequenos agricultores individuais a buscar esta mesma organização.

Conforme este Caderno de Formação nº 10 (MST, 1986), há ainda diversas vantagens sociais em estruturar um assentamento coletivo:

- entre elas, os sem-terra encontram maior facilidade em organizar a vida na coletividade;
- os assentados conseguem com maior facilidade construir benfeitorias e adquirir, por exemplo: escola, posto de saúde, energia elétrica, poço artesiano, entre outros;

- a vivência no espaço coletivo rompe com isolamento social e amplia as relações no âmbito de uma comunidade onde os relacionamentos tornam-se mais ricos devido à diversidade e complexidade;
- as crianças são inseridas desde a sua gênese na sociedade coletiva, assim vão experimentando e aprendendo a viver na práxis coletivamente;
- em uma sociedade coletiva, cria-se a possibilidade de dedicar mais tempo para o lazer e atividades culturais;
- coletivamente criam soluções com maior facilidade às questões de saúde e de educação nos assentamentos e;
- o espírito de ajuda e companheirismo na práxis coletiva consiste na superação do individualismo. Mesmo que ocorram problemas e desentendimentos, estes são resolvidos de maneira democrática mediante discussões participativas que envolvem todos os sem-terra.

Então, a partir do III Encontro Nacional do MST, em 1987, o movimento decide organizar os assentados coletivamente em torno da cooperação agrícola. Este período é marcado por experiências focadas no desenvolvimento econômico e político dos assentamentos, por isso, entre seus objetivos, a prioridade é tornar cada assentamento viável economicamente, além de buscar o desenvolvimento político dos assentados a fim de que eles contribuam nas mobilizações e ocupações em âmbito nacional.

A partir desta data, os cadernos e outros documentos vão discutir, problematizar e incentivar para que se adote o modelo coletivo cooperativista nos assentamentos do movimento. O período de 1989 a 1993 prossegue sendo marcado por discussões acerca do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), cuja organização coletiva da terra é defendida com ênfase pelo MST, pois a produção da existência parece ser mais fácil de ser atingida com a produção de excedentes.

Não é apenas por causa de motivos ideológicos e estratégicos que o MST busca organizar os sem-terra em cooperação agrícola, mas também porque sente a necessidade de aumentar a eficácia econômica, por isso muitos assentados passam a se organizar em torno de associações, de grupos coletivos ou cooperativas de comercialização regionais.

Como desdobramento das necessidades que envolvem os sem-terra, eles resolvem criar em Veranópolis (RS), em Janeiro de 1995, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), o qual passa, então, a oferecer cursos técnicos para capacitar e qualificar a força de trabalho para os assentamentos.

A razão primordial que leva os assentados a se organizar e efetivar a cooperação foi a necessidade de sobrevivência. Conforme o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 (MST, 1998:74), “São as necessidades econômicas que levam os assentados a cooperarem”. Então, a estratégia dos sem-terra passa a ser implementada através da organização coletiva, devido à necessidade que sentem para suprir suas demandas emergenciais e viabilizar concomitantemente uma *sociedade socialista*.

Para os sem-terra, que procedem da condição de *desenraizados* da terra, quando outrora realizavam sua sobrevivência individualmente, a cooperação aparece como uma alternativa para ampliar suas forças e conseguir, além de terra, produzir sua existência e atingir melhoria da qualidade de vida, mediante aquisição de máquinas em conjunto, produção e comercialização dos produtos coletivamente.

Mesmo que já existam muitas experiências de cooperação em diversos assentamentos, o MST não possui um modelo definitivo, o qual possa ser implementado em todos os locais com garantia de sucesso, e mesmo que tivesse, um modelo “funcional” este precisaria levar em conta a realidade objetiva de cada lugar, além das próprias experiências e história de vida dos sujeitos envolvidos no processo. Por isso, torna-se complexa a organização de assentamentos que realizam a produção da existência através do trabalho coletivo, seja por meio de associação, cooperativa ou outros.

Com base nas experiências de coletivização, as quais são debatidas em encontros, o MST passa a incentivar todos os assentados a organizar a cooperação agrícola. A cooperação é entendida pelo movimento como estratégia de resistência aos impactos das políticas dos governos capitalistas, além de garantir a organização dos assentamentos, tornando-os mais orgânicos, combativos e produtivos no processo de luta pela construção da *sociedade socialista*.

A cooperação é importante estratégia para o movimento, pois ela rompe o isolamento e também viabiliza a produção. Pela cooperação, é possível avançar no processo de organização da produção. Mas, que tipo de cooperação vai se adotar? Há diversas formas de

cooperação: uma delas se materializa mediante a troca de dias de serviço, outra se objetiva na comercialização dos produtos agrícolas em conjunto em que alguns assentados cooperam na linha de produção em comum e outros trabalham em grupos coletivos e há, também, aqueles que se ligam a uma cooperativa para ter maiores possibilidades de desenvolvimento.

Conforme o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 (MST, 1998), a cooperação é incentivada como sendo a forma de organização preferida pelo MST para os sem-terra. O MST prefere que os integrantes se organizem mediados pela cooperação no processo de trabalho para a produção da existência. Como estágio inicial, aconselha-se começar pelo processo mais simples de cooperação²⁵, tais como os mutirões, troca de serviços, de insumos, mas o objetivo do movimento é atingir determinada fase em que se torna possível a instauração de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) estruturada em caráter totalmente coletivo.

O referido Caderno faz uma avaliação das experiências empreendidas pelos assentados do MST, materializadas nas CPAs. Alguns exemplos²⁶ têm demonstrado que as CPAs oferecem as melhores condições para assegurar a sobrevivência dos sem-terra e também desenvolver a consciência política dos assentados, facilitando a liberação de militantes e recursos para a luta de classes.

Apesar dos avanços, também há limites para a instauração da cooperação nos assentamentos. Por isso, o MST (1998) antecipa que é preciso respeitar as condições objetivas da realidade de cada assentamento, tais como a proximidade do mercado consumidor, a qualidade da terra, a infra-estrutura para o trabalho e, também, respeitar as condições subjetivas dos sem-terra, pois a cooperação também passa a depender da compreensão e vontade dos assentados para se tornar uma estratégia viável.

O MST também orienta os assentados a se organizarem em núcleos de base. Nestes núcleos, acontecem as discussões das dificuldades e problemas dos assentamentos, da

²⁵ Segundo o **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5** (O MST, 1998), o movimento destaca para os assentados de seus quadros, entre as possíveis formas de cooperação: Mutirão (puxirão ou troca de serviço), Núcleos de Produção, Associações, Grupos Semicoletivos, Grupos Coletivos, Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR), Cooperativas de Crédito, Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS) e Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).

²⁶ No estado catarinense, pode-se destacar, entre outras, as experiências dos assentamentos coletivos **Conquista na Fronteira** (Cooperunião), em Dionísio Cerqueira e o **Sepé Tiaraju** (Associação), em Campos Novos. Estes são destaque no que se refere à organização coletiva capaz de produzir não apenas o necessário para a existência dos assentados, bem como enorme quantidade de excedentes, além de disponibilizarem militantes com a finalidade de preparar outros sem-terra na luta por uma sociedade mais justa.

organização da produção, da luta empreendida pelos trabalhadores para poderem avançar no desenvolvimento.

Segundo o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 (MST, 1998), os núcleos não podem ser entendidos apenas como uma estrutura formal. Através deles há a possibilidade de gerir os assentamentos democraticamente. Em núcleos são viabilizadas as possibilidades de exercício da cidadania e democracia participativa, envolvendo todos os assentados nos debates para escolher os destinos de cada assentamento.

Devido à diversidade e liberdade de cada assentamento não é característica do MST prescrever uma estrutura igual para as diversas realidades. Efetivamente, o movimento explicita sua preferência pelo modelo coletivo que se materializa na cooperação, inclusive fornece logística em termos teóricos e práticos através de discussões nos documentos e, também, através dos militantes regionais, estaduais e nacionais que auxiliam os assentamentos a implementá-lo. Mas, ao invés de o MST impor o modelo coletivo, materializado na forma de cooperativa ou associação, a prática tem demonstrado que cada assentamento escolhe a forma de organização a ser adotada conforme a preferência e as necessidades reais.

Diversos cadernos têm enfatizado que, o que efetivamente organiza os sem-terra em assentamentos para produzir sua existência é a necessidade de sobreviver e não apenas a vontade espontânea de cada pessoa, embora reconheçam como condição necessária que cada assentado precisa querer esta forma de *sociabilidade* para formar uma associação. Após o trabalho realizado no âmbito coletivo, cada trabalhador passa a receber uma parcela da produção. No momento da distribuição dos produtos excedentes, cada assentamento vai escolher livremente a forma dos sem-terra receberem sua retribuição.

Alguns assentamentos coletivos do MST já adotaram o sistema de distribuição igualitária. Esta experiência consiste, por exemplo, em um assentamento de dez famílias que produz quinhentas sacas de feijão, sendo que no momento da distribuição, cada família recebia o correspondente a cinquenta sacas. Esta modalidade de distribuição da produção trouxe problemas para alguns assentamentos que adotaram este sistema, a dificuldade maior consistia na pequena capacidade produtiva dos assentamentos, somando-se ao fato de que a distribuição igualitária, independente da quantidade produzida pela família, dava a todos as famílias assentadas o direito à mesma quantia, mesmo que determinada família tivesse investido menor quantidade de força de trabalho na produção.

Por isso, muitos assentamentos adotaram o sistema de dias ou horas de trabalho. Este referencial passou a ser a forma de remunerar os sem-terra pelo tempo trabalhado. Este modelo de retribuir por horas trabalhadas reconhece a dedicação dos assentados que dispensam mais tempo em benefício da cooperação, pois, neste caso, todos recebem equivalente às horas dedicadas ao trabalho coletivo. Este sistema tem premiado aqueles que disponibilizam mais tempo de trabalho em prol do coletivo, pois serão recompensados na medida em que desenvolvem e fazem aumentar a produtividade²⁷.

Entre as diversas possibilidades de organização dos sem-terra, o MST prefere a coletivização da produção, materializada na forma de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A coletivização não é um fim em si mesmo, mas é um instrumento, uma estratégia para que o movimento consiga instaurar outra realidade social. Conforme expressa o Caderno de Cooperação Agrícola, nº 8, (MST, 1999, p. 29):

A pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas (e famílias) para a construção do novo homem, de inspiração socialista, esta expressa nos novos valores que a prática social coletiva (novos padrões sociais de reciprocidade que proporcionasse uma nova coesão social) iria inspirar e consolidar para a superação dos valores vigentes de natureza liberal-burguesa. Deveria ocorrer, portanto, ao nível da CPA, uma revolução nas práticas sociais e na concepção de mundo vigentes daquelas pessoas objeto da experiência social em apreço.

A coletivização visa à produção da vida dos sem-terra envolvidos no processo de cooperação e também a instauração de um novo modelo de sociedade, entretanto, ela foi implantada em diversos assentamentos independentemente do fato de os assentados terem experimentado a coletivização em sua histórica anterior. Ou seja, o processo de coletivização não fazia parte das experiências de muitos trabalhadores sem-terra, além disso, o processo foi instaurado predominantemente na forma de cooperativa. Nestes casos, a cooperativa passou a ser o epicentro das possibilidades de sucesso do processo de coletivização. Inclusive, no Caderno de Cooperação Agrícola, nº 8, (MST, 1999), o próprio MST reconhece que a instauração do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) passou a ser instituído,

²⁷ Conforme Salvaro (2004), o Sepé Tiaraju organizou o trabalho de maneira coletiva para fortalecer os sem-terra. A pesquisadora reitera que pesou na escolha dos integrantes que viriam a compor o Sepé Tiaraju, a condição de serem famílias grandes e pessoas mais velhas com dificuldade para o trabalho, para serem mantidas pelo grupo. A solidariedade aparece como uma das marcas que se contrapõe aos valores considerados individualistas quando se busca construir uma sociedade igualitária.

primordialmente, mais por opção político-ideológica do que por razões objetivas e subjetivas oriundas da prática histórica de cooperação dos trabalhadores rurais envolvidos.

Quando o MST opta pela cooperativa todas as demais experiências de cooperação, historicamente vivenciadas pelos trabalhadores rurais foram deixadas de lado e a possibilidade de construir novos modelos de cooperação entre os sem-terra passou a ser sintetizada unicamente na experiência cooperativista.

Como consequência dos limites do modelo cooperativista adotado, o qual foi objeto de autocrítica do MST e também de críticas de autores externos ao movimento, os sem-terra passaram a buscar experiências alternativas para solucionar as dificuldades encontradas. Então, no decorrer dos anos 1990, as atividades dos núcleos de base, voltadas às lutas e atuação política do MST, passam a exercer a função de viabilizar o êxito econômico e financeiro das cooperativas.

A ênfase economicista prevaleceu nas atividades dos núcleos de base, ocorrendo lacunas na formação político-ideológica dos militantes, trazendo como consequência uma tímida participação dos assentados no processo de luta de classes, cujos objetivos delineados pelo Plano Nacional do MST de 1989 – 1993 entre outros é a construção de uma sociedade socialista. Apesar destes limites, aliás, reconhecidos pelo MST, o movimento não perde de vista seus objetivos primordiais, sejam eles alcançados imediatamente ou em longo prazo, pois o que importa é a instauração de uma sociedade socialista.

A coletivização implantada nos assentamentos do MST é objeto de autocrítica bastante debatida no(s) Caderno(s) de Cooperação Agrícola, especialmente o nº 8, o qual reconhece que ao se materializar a forma de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), a experiência de cooperação se restringe apenas ao modelo cooperativista. Além disto, o documento anuncia as limitações que esta opção produziu e, como desdobramento dela, aponta para a tímida formação e participação política dos assentados no processo de luta. Devido a estas limitações, o Sistema Cooperativista dos Assentamentos é objeto de estudos e

críticas de diversos pesquisadores²⁸, dentre os quais destacaremos primeiramente, sobre esta temática, os estudos de Navarro²⁹ (1995) e, depois os de Vendramini³⁰ (2004).

Navarro (1995) analisa a formação e o desenvolvimento de assentamentos no Rio Grande do Sul. Apresenta uma compreensão para a formação dos assentamentos em diversos momentos distintos que seu estudo abrange: a 1ª fase abrange o processo de emergência dos assentamentos no período entre 1978 até 1985; a 2ª fase refere-se ao período de 1985 a 1989 e a 3ª, corresponde ao período final da década de 1990³¹.

Haja visto o baixo resultado econômico dos assentamentos desde o final dos anos de 1980, os sem-terra se mobilizam para enfrentar esta realidade. Então, conforme Navarro (1995), o MST e uma rede de instituições governamentais dedicam-se a implementar alternativas técnicas aos assentados, a exemplo do Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP – fundado em 1986. Então, houve a liberação de verbas públicas para investimento em tecnologia a ser aplicada pelo CETAP no desenvolvimento produtivo dos assentados.

Conforme o autor, as experiências dos assentados se identificavam com a base técnica que era amplamente utilizada nas grandes propriedades no cultivo da soja onde se usava intensa mecanização e aplicação de insumos, fato que incentivou os sem-terra a repetir as práticas típicas das grandes propriedades. Assim, se implementou uma prática contrária ao discurso *alternativo* dos dirigentes do MST e das instituições de apoio (CETAP e CPT). A oposição entre as instituições de apoio e tais assentamentos se amplia a ponto de as

²⁸ Fora dos quadros do MST há estudos críticos sobre as CPAs. Navarro (1995), Poker (1999), Dalmagro (2002) e Vendramini (2002 e 2004) apontam possibilidades e limites das experiências cooperativistas e as contradições pedagógicas entre o que o movimento propõe e as relações de trabalho nos assentamentos organizados na forma de cooperativa.

²⁹ Navarro, Z. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais** – o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil). Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 17 a 21 de outubro de 1995. GT 17: ‘Processos sociais agrários’.

³⁰ Vendramini, C. R. Trabalho e educação nas cooperativas do MST. In: TIRIBA, L. & PICANÇO, I. **Trabalho e educação – Arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004, p. 237/255.

³¹ Conforme Navarro (1995), na 1ª fase, os assentamentos ocorreram em situações de pressão social. Foram organizados 12 assentamentos que beneficiaram 563 famílias. Nesta fase, a organização dos assentados não foi estruturada pelo MST, o qual foi criado a partir de 1984 quando então passa a catalisar as demandas dos sem-terra. Na 2ª fase ocorre a providência de terra para 1.183 famílias por parte do INCRA devido a pressão e força política do MST. Na 3ª fase, a presença Federal é substituída pela Estadual. O RS fez concessões de terras públicas e também adquiriu outras parcelas para formar diversos assentamentos neste período.

instituições técnicas afastarem seu apoio aos assentamentos, permanecendo apenas com os grupos receptivos à *tecnologia alternativa ao padrão tradicional*.

Então, a partir de 1987, o MST propõe aos assentamentos formas de organizar a produção que assegurassem a produtividade e a hegemonia do movimento. Por isso, em abril de 1989 o MST propõe o “laboratório experimental³²” e viabilizou no RS, o assentamento Nova Ramada³³, objetivado pela criação da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada Ltda – COOPANOR, criada em 1989.

Após a ocupação da área em fevereiro de 1989 seguiram-se as discussões sobre a distribuição das famílias no assentamento, a formação ou não da agrovila e formas de utilização da terra. Alguns sem-terra preferiram a criação de uma associação, outros queriam lotes individuais. O grupo de Ibirubá propunha uma ampla coletivização e uso dos recursos em conjunto. Nesta ocasião, a executiva estadual do MST propõe o primeiro “laboratório de campo”, aceito pelas lideranças. Circulava entre os sem-terra, a informação de que o MST havia desenvolvido uma nova estratégia de luta que viabilizava o desenvolvimento econômico e mantinha as famílias unidas, embora a maioria dos assentados não conhecesse tal proposta, fato que influenciou para que algumas famílias rejeitassem a experiência de cooperação proposta e optassem pelo trabalho em lotes individuais dentro da mesma área.

Conforme Navarro (1995), o MST pretendia que a *experiência laboratorial* da Nova Ramada servisse de vitrine para experiências posteriores na conquista de resultados. Entretanto, a tentativa foi implementada sem a participação democrática dos assentados, fazendo com que a Cooponor já surgisse produzindo *ressentimentos* entre algumas famílias em relação ao grupo de Ibirubá, o qual acabou controlando quase todos os postos de comando da cooperativa. O presidente da Cooponor foi imposto pela executiva estadual do MST e na sua criação recebeu 35 votos a favor e 33 contra. Após 3 meses de existência da cooperativa, 9 famílias abandonaram o coletivo e foram para outra área do assentamento onde já residiam 8 famílias, as quais já haviam optado pela produção individual. Assim, desde a sua fundação,

³² O “Laboratório Experimental” implementado pelo MST na organização produtiva constituiu-se em uma alternativa para manter a adesão da base social dos assentados sob o controle do movimento, o qual organizou a produção nos moldes de uma empresa regida pela lógica capitalista para ampliar os ganhos econômicos. Porém, na estrutura se mantém uma lógica coletivizada. Mas o “laboratório” ignorou a experiência e o processo de constituição dos agricultores assentados e suas diferenças culturais.

³³ O assentamento está situado no município gaúcho de Júlio de Castilho. Todos os assentados participaram da ocupação da Fazenda Anoni em 1985, em Sarandi, RS. A área é de 2869 hectares que abriga 70 famílias. Entre as famílias havia o coeso grupo de Ibirubá composto por expressivo número de jovens e solteiros.

a Cooponor enfrentou *dificuldades* crescentes até ficarem incontroláveis os *conflitos*. Intensificaram-se as *contradições* até que o grupo de Ibirubá se afastou da cooperativa em meados de 1991.

Segundo o autor foram diversos os motivos dos *conflitos*: havia desconfiança entre os sem-terra desde a ocupação da Fazenda Anoni em 1985. Ao chegar na Nova Ramada, o grupo de Ibirubá queria coletivização plena do assentamento e o outro grupo demonstrava não acreditar que tal experiência desse certo, pois havia *diferenças culturais* entre eles. As *contradições* se agravaram com o desempenho da presidência da Cooponor, o qual foi *desastroso*, acarretando enormes prejuízos aos assentados.

Os *conflitos* se ampliaram no final de 1990 e o grupo de Ibirubá abandona a Cooponor em 1991. Navarro (1995) dá uma explicação para a ruptura ocorrida, destacando as *diferenças sócio-culturais* como motivadoras da separação. Conforme o autor, o MST ignorou estas diferenças na fundação da cooperativa, considerando-as como “questões menores” sem relevância na organização do coletivo. Entretanto, os fatos demonstraram o contrário, pois ocorreu significativa influência das *questões culturais*. Somadas aos problemas de ordem econômica, as *diferenças sociais e as orientações culturais* foram decisivas na emergência dos *conflitos* e a ruptura entre os grupos.

Conforme o autor, o grupo de Ibirubá é formado por pessoas mais jovens, nível educacional mais elevado, com disposição mais explícita a assumir riscos, tornando-os mais coesos desde a sua cidade de origem e também no decorrer do acampamento. Estes eram filhos de produtores de soja, acostumados desde pequenos com a agricultura mecanizada. O outro grupo, ao contrário, possuía uma trajetória diferente. Procedia da região do Alto Uruguai, marcados por experiências de privações sociais e econômicas. A maioria havia passado por inúmeras migrações e não era surpreendente que muitos estivessem satisfeitos com a conquista da terra e com a garantia mínima da subsistência, demonstrando pouco interesse pelo sucesso econômico imediato.

Ao lado de razões de ordem sócio-cultural, insatisfação com o resultado econômico e descontentamento com a direção da Cooponor, Navarro (1995) enumera outras diferenças entre os grupos, as quais aceleraram o processo de divisão: idade, tamanho da família, local de nascimento, escolaridade, tipo de habitação, diferenças étnicas e relações de parentesco. Foi assim, que em 1992 mais 15 famílias abandonaram a Cooponor restando apenas 28. Em

1993 e 1994 mais 8 famílias deixam a cooperativa. Assim, o assentamento da Nova Ramada tornou-se um mosaico de parcelas individualizadas, assemelhando-se à realidade de outras regiões agrícolas daquele Estado.

Vendramini (2004) também estuda a coletivização da vida estabelecida através de cooperativas do MST, em Santa Catarina, as quais foram construídas com base no trabalho coletivo, no contexto de desemprego e transformações no mundo do trabalho. Neste sentido, as cooperativas do MST e outras experiências de economia solidária e projetos de geração de renda são construídos como opção de vida em um contexto de precarização do trabalho, recriação do trabalho doméstico e infantil incrementado pelo desemprego.

Segundo a autora, o surgimento de experiências cooperativas frente ao desemprego cria espaço econômico com base nos princípios da *igualdade e solidariedade*, confrontando a idéia de que não há outra alternativa ao capitalismo. As experiências do MST têm demonstrado capacidade de mobilização dos sem-terra e buscado construir experiências de organização coletiva da vida e do trabalho.

A autora afirma que o início da organização do MST no Sul ocorre em 1979 e a luta prossegue estruturando a vida e o trabalho dos assentados conforme a conjuntura do momento. No final da década de 1980, aconteceram discussões sobre cooperação agrícola no MST e, em 1990, há uma proposta que discute a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e de um modelo de criação de cooperativas, conforme o Método Laboratório Organizacional, o qual possui caráter autoritário no que se refere à capacitação e à organização. A autora concorda com Navarro (1995) de que este modelo de cooperação implementado desconsidera a trajetória e as experiências dos assentados envolvidos no processo. Acrescenta que também coexiste a este modelo de cooperação, inúmeras experiências realizadas a partir de elementos dos próprios assentados, sem caráter vertical e nem autoritário.

Então em 1992 o MST constitui a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, a qual passa a organizar a produção e a oferecer cursos sobre a cooperação agrícola e publicação de material didático³⁴ sobre a temática. Então as cooperativas assumem um caráter político, de empresa econômica, de oposição ao

³⁴ No ano de 1997, a CONCRAB publica cadernos sobre o sistema cooperativista (SCA) para auxiliar os sem-terra na organização do trabalho.

cooperativismo tradicional, e a produção passa a ser pensada e organizada tendo como foco a busca de resultado econômico.

Segundo Vendramini (2004), as linhas políticas são contraditórias quando se tenta aliar a organização dos assentados em núcleos de base com a instauração da agroindústria, a fim de conseguir/assegurar a sobrevivência, produzindo para o mercado. Nesta configuração, a contradição se evidencia porque os núcleos de base assumem a função de núcleos de produção e a CONCRAB assume um caráter independente (dos assentamentos do MST) e concentra poder.

Mas, o SCA tem um redirecionamento e cede lugar ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e é publicado o Caderno de Cooperação Agrícola nº 10 (MST, CONCRAB, 2001). A partir desta publicação, há uma mudança na maneira de organizar os assentados, os quais se organizam em diferentes esferas, não restritos à produção, sendo que a organização do trabalho e da vida passa a ser pensado no próprio assentamento de maneira coletiva.

Conforme Vendramini (2004), houve avanços quanto à organização dos acampamentos e assentamentos, embora o MST não esteja realmente *enfrentando o problema*. O referido caderno, que trata da organização dos sem-terra, demonstra ser *evasivo* a respeito da cooperação e coletivização. Por isso, a autora pergunta: por que a organização produtiva dos assentamentos não se apresenta como *tática* nos documentos do MST? Reitera, questionando se não seria a organização cooperada da vida, a instauradora da organicidade do Movimento que qualifica para a luta?

A autora destaca que a autocrítica demonstrou que as cooperativas substituem outras formas de cooperação e são centralizadoras de poder. Isso abre espaço para o Movimento encaminhar *táticas* de luta que possam sustentar a organicidade do MST e, também, para que possam responder aos *problemas concretos* dos sem-terra. No entendimento da autora, está na experiência de vida coletiva³⁵ dos assentados a base real que sustenta o processo de formação de um *novo homem*, conforme a aspiração do MST.

³⁵ Conforme Vendramini (2004, p. 14) existem no MST “mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11 174 associados”.

A partir das pesquisas sobre o SCA feitas por Navarro (1995) e Vendramini (2004) pode-se perceber claramente que a organização coletiva empreendida pelo MST possui significativos méritos, a começar pelo fato de conseguir reunir em sua base milhares de *expropriados e desenraizados* pelo sistema para produzir sua existência. Contudo, não é menos importante a luta do movimento em acreditar que existe alternativa de vida além do modelo determinado pelo sistema capitalista. Apesar das dificuldades de relacionamento humano, o movimento acredita no poder de organização e luta política dos sem-terra, propondo um modelo de sociedade coletiva, contrário às velhas relações de forças e de poder hierárquicas da sociedade pautada em experiências individualistas.

Apesar dos avanços, o processo de organização e mobilização dos sem-terra expressa contradições por estar determinado por condições históricas inscritas no sistema capitalista, o qual é comandado por relações hierárquicas de poder. Outrossim, as experiências de cooperação também apresentaram limites pela imposição de um modelo único (materializado na cooperativa) organizado hierarquicamente, onde os núcleos de base passaram a assumir a função de núcleos de produção, embora se reconheça que, simultaneamente a esta realidade, também havia assentamentos, com experiências de cooperação estruturadas a partir de elementos próprios à história de vida dos assentados, sem caráter autoritário, mas realizado através de gestão democrática e participativa. Estas práticas aparecem como exemplos criativos e bem sucedidos no processo de instauração de uma sociabilidade socialista, segundo aspirações do projeto político do MST. Entre tais práticas vou destacar a partir de agora a experiência instaurada pela Associação Sepé Tiaraju.

2. 2. O trabalho coletivo na Associação Sepé Tiaraju

Conforme o Estatuto do Sepé Tiaraju, “A Associação surgiu da necessidade de construir uma convivência social que tenha presente os valores da solidariedade, do companheirismo, do respeito ao coletivo e tenha presente a importância de se viver coletivamente”. Portanto, o objetivo da Associação é dar qualidade à vida das pessoas, organizar as atividades na produção da existência através do trabalho estruturado de forma

coletiva. Desta maneira, a Associação pretende assegurar a viabilidade política, social e econômica dos assentados.

A Associação Sepé Tiaraju possui uma área de 379 hectares, a qual é o espaço privilegiado onde é engendrada a produção da existência de maneira coletiva. Sendo assim, todo o processo de planejamento e de trabalho implica decisões que envolvem a participação das assentadas e dos assentados (Estatuto cap IV, art. 21).

O Estatuto define que a área composta de 379 hectares é de uso coletivo a ser cultivado nos moldes da agroecologia³⁶.

A organização da vida na Associação Sepé Tiaraju iniciou-se com a chegada das famílias ao local em Outubro de 1998, entretanto, a área somente foi desapropriada em 14 de Setembro de 1999, período em que as famílias permaneceram acampadas no local provisória e precariamente sob barracos de lona. Os sem-terra já vinham planejando, desde à época do(s) acampamento(s), a instauração da vida nos moldes coletivos. Salvaro (2004) em sua pesquisa descreve a trajetória de luta dos assentados do Sepé, mostrando que foram necessárias várias ocupações para que finalmente fossem assentados. O processo migratório do grupo estudado implicou mudanças de um acampamento para outro no interior de um mesmo município, incluindo também a mudança de um município para outro. O grupo, que mais tarde passou a formar o Sepé Tiaraju, estava no acampamento Zumbi dos Palmares no município de Passos Maia (SC), em meio à 725 famílias. A procura por melhores condições de vida lançou-os em direção ao município de Campos Novos a fim de ocupar a área onde atualmente situa-se o assentamento. Um dos motivos primordiais que manteve quatorze famílias unidas neste processo de mobilidade foi o interesse comum de estruturar suas vidas coletivamente.

Desde a chegada das famílias ao local, onde hoje, situa-se a agrovila do Sepé Tiaraju, foi preciso estabelecer uma sociabilidade para que a produção da existência fosse assegurada. Mesmo antes de ocuparem o local, os assentados carregavam consigo o projeto de que as relações seriam empreendidas de maneira coletiva. Entretanto, mais do que a determinação de construir suas vidas permeadas por escolhas e decisões coletivas, eles não tinham outras certezas.

³⁶ “A Agroecologia visa não somente a produção, mas também ao uso dos recursos naturais, a valorização da cultura e sabedorias populares, a relação solidária entre produtores e consumidores. A Agroecologia pressupõe uma nova maneira de fazer agricultura, onde existe cooperação entre os agricultores, beneficiamento da produção – agregação de valores - Assentamento, Município e região”. (Estatuto, Capítulo I art. 1 2)

A organização da vida na Associação Sepé Tiaraju segue as orientações gerais do MST. O movimento disponibilizou materiais didáticos a respeito da organização da vida dos sem-terra como cartilhas, cadernos de formação e livros que abordam questões referentes à produção da vida, do processo de saúde, do processo educativo, do processo de formação política dos militantes, do processo de cuidado e embelezamento dos assentamentos, entre outras discussões³⁷.

A Associação Sepé Tiaraju é gerida por uma Diretoria Executiva, três Núcleos de Base e pelos Setores que são assim constituídos: Animais (responsável pela produção de carne de galinhas, de cabras, de ovelhas, de gado e produção de leite, destinado tanto ao consumo interno quanto à comercialização da maioria do excedente); Lavoura (responsável pela produção de cereais destinados ao consumo e à comercialização); Reflorestamento (recuperação de áreas impróprias para o cultivo por meio do replantio de árvores); Social (responsável pelas questões de saúde, educação, lazer, mística e embelezamento) e Subsistência (inclui a horta coletiva e outras plantações, tais como verduras e legumes destinados ao consumo dos trabalhadores).

A Diretoria Executiva é composta por um presidente e um vice, um secretário e um tesoureiro, eleitos em Assembléia Geral, escolhidos dentre os sócios que estiverem exercendo seus direitos. O mandato é válido por dois anos, podendo a direção ser reeleita (Estatuto art. 11-17). A cada mês, a Diretoria Executiva se reúne para debater questões como o cumprimento dos Estatutos, acolher reclamações³⁸, sugestões dos associados, execução do projeto de desenvolvimento da Associação, entre outros. Esta diretoria é fiscalizada pelo Conselho Fiscal, composto por três membros titulares e três suplentes (Estatuto Art. 18-20).

O Sepé Tiaraju é composto por Agricultores Rurais Sem-terra que manifestaram o desejo de vincular-se à Associação, os quais, após um período de estágio probatório de um

³⁷ Em meio a diversas publicações educativas, de formação e estratégias político-ideológicas produzidas pelo MST, destacamos alguns títulos disponibilizados aos sem-terra, para empreender sua luta: Sistema Cooperativista dos Assentados. Cadernos de cooperação Agrícola nº 5. São Paulo, 1997; Princípios da Educação do MST. Caderno de Educação nº 8. São Paulo, 1999; As Experiências Clássicas de Cooperação Agrícola. Caderno das Experiências Históricas da Cooperação nº 03. São Paulo, 2001; O Sistema de Crédito Cooperativo. Caderno de Cooperação Agrícola nº 8. São Paulo, 1998; Cooperativas de produção – Questões Práticas. Caderno de Formação nº 21. São Paulo, 1997 e o Boletim da Educação nº 7 – Educação Infantil: Construindo uma nova criança. São Paulo, 1997.

³⁸ Conforme os Estatutos (Art. 23), as reclamações estão relacionadas, entre outros, ao desejo dos sem-terra de mudar de setor de trabalho por não se adaptarem à determinadas atividades e preferirem outro trabalho.

ano, têm seu pedido de inscrição aprovado pela Assembléia Geral, podendo então contribuir na concretização do projeto do assentamento (Estatuto art. 21).

A Assembléia Geral, que é constituída por todos os sócios em exercício dos seus direitos, aparece como instância decisória maior (Estatuto art. 5). Em cada Assembléia Geral, anual, ordinária, ocorre a prestação de contas da Diretoria Executiva, a destinação das sobras e/ou prejuízos, a avaliação das atividades em geral do assentamento, entre outros assuntos relevantes à Associação Sepé Tiaraju (Estatuto Art. 5,6).

A organização de uma Associação como o Sepé Tiaraju, que envolve diversos trabalhadores, implica muitas reuniões, discussões e debates, a fim de viabilizar a manutenção da existência coletivamente. Há reuniões da Assembléia Geral (ordinária anualmente e extraordinárias), da Diretoria Executiva (ordinária mensal e extraordinária) e do Conselho Fiscal (ordinária mensal). Há também reuniões que envolvem todos os sem-terra distribuídos nos três Núcleos de Base, denominados por: Liberdade, Oziel Alves e Roseli Nunes. Todos os associados participam das reuniões dos núcleos, a fim de se prepararem melhor na tarefa de solucionar os desafios que encontram no assentamento. Todas as questões fundamentais para a existência do assentamento são discutidas pela Diretoria Executiva e, depois são reelaboradas e avaliadas pelos cinco setores de produção, à luz das diretrizes fornecidas pelo MST, por meio da literatura de formação para os sem-terra.

Apesar de haver inúmeras reuniões para organizar e estruturar ainda é necessário, sobretudo, trabalho para que os sem-terra possam garantir a sua existência. Afinal, ninguém sobrevive de discussões, reuniões e debates. O trabalho é indispensável para a vida. Aliás, o próprio Estatuto (Art. 1) se refere à esta questão, pontuando que a Associação surgiu, exatamente, devido às necessidades, que os sem-terra vivenciaram no decorrer de sua vida. Por causa das necessidades de produzir alimentos para sua sobrevivência, eles se associaram em uma instituição, a fim de responder a esta questão.

Por isso, todos os associados desempenham determinadas horas de trabalho em prol do coletivo, sendo que em troca do trabalho, os assentados recebem alimentos e quando sobra dinheiro dos investimentos realizados também recebem recursos financeiros. O Regimento da Associação Sepé Tiaraju determina que todos os acertos econômicos têm como referencial a

quantidade existente de recursos financeiros e de horas trabalhadas³⁹ pelos sem-terra. Para remunerar as horas trabalhadas, a Associação utiliza, como parâmetro, o montante de produção realizada pelos associados. Depois que esta quantidade excedente de produção tiver sido vendida e transformada em moeda corrente, torna-se possível conhecer a quantidade de recursos econômicos disponíveis. A partir daí, o coletivo concede um destino final ao rendimento obtido. Geralmente, os recursos disponíveis recebem um destes destinos: remunera as horas trabalhadas ou é investido na produção e/ou melhoria da Associação. O Regimento normatiza, também, o pagamento das horas trabalhadas, conforme a quantidade de recursos econômicos disponíveis (Regimento, Normas, 9). Se a Associação decidir investir o dinheiro, neste caso, as famílias não têm suas horas remuneradas e recebem neste caso a alimentação necessária, em troca destas horas trabalhadas.

Conforme o Regimento (Normas, 28), o patrimônio coletivo pertence a todos os membros da Associação. Portanto, qualquer assentado pode usufruir os benefícios comuns. Entretanto, se houver algum dano, provocado por qualquer membro da Associação, precisa ocorrer uma reparação, cujos prejuízos e danos, assim como as condições do acerto são discutidas coletivamente, para posterior soluções adequadas.

Apesar de o patrimônio coletivo pertencer a todos os membros da Associação, existe a possibilidade para todos os associados adquirirem alguns bens materiais particulares. Estes bens materiais são, por exemplo, aquisição de móveis, eletrodomésticos, automóveis, entre outros. Conseqüentemente, diante da desistência ou falecimento de um associado, seus bens pessoais poderão ser adquiridos pela Associação por meio de indenizações acordadas entre as famílias possuidoras e o coletivo⁴⁰ (Regimento, Normas, 27).

A gestão, na Associação, é empreendida com a participação de todos os sem-terra nas escolhas e decisões. O Regimento (Regimento, Objetivos, Parte A) expressa que um dos objetivos do coletivo é a organização interna em oposição “à estrutura capitalista existente”. Na seqüência, o Regimento aponta uma estratégia utilizada para fortalecer o espírito de ajuda entre os assentados mediante o exercício da solidariedade (Regimento, Objetivos, Parte B).

³⁹ Segundo o Regimento Interno da Associação Sepé Tiaraju, “Os adolescentes de treze e quatorze anos receberão 40% do valor das horas trabalhadas da renda e da subsistência. De quinze a dezesseis anos receberão 75%. De dezesseis anos acima receberão (sic) 100%. OBS. Mediante autorização dos pais para poder trabalhar” (Normas, 15).

⁴⁰ Todos os espaços no âmbito da Associação Sepé Tiaraju são coletivos com exceção das casas, as quais não são usadas coletivamente.

Para fortalecer a Associação é preciso a existência de uma práxis que se oponha à competição, à apropriação individual das riquezas, por isso, os sem-terra combatem à apropriação privada dos bens e, estimula, assim, a prática solidária entre os membros.

O coletivo também é responsável em assegurar que todos os assentados sejam responsáveis pelo bom funcionamento⁴¹ e avanço da Associação (Regimento, Objetivos, J). Este objetivo vislumbra a viabilização da produção da vida de maneira solidária, assentada na participação de todos.

Na Associação, as relações são estabelecidas partir do trabalho, uma condição central. O Regimento (Regimento, Normas 6) normatiza que:

É a partir do trabalho que se gera o lucro e capital e que também se desenvolve a consciência do ser humano, portanto é dever de todos (as) cumprir com sua função no trabalho conforme normas estabelecidas pelo coletivo (Regimento, Normas, 6).

O trabalho aparece conforme a afirmação da Associação Sepé Tiaraju, como o responsável por uma dupla criação: é ele que gera a riqueza, o lucro e também é ele que engendra e viabiliza o desenvolvimento do ser humano. Por isso, a Associação preconiza que:

Todas as pessoas com capacidade de trabalho devem cumprir seu tempo integral no trabalho. Trabalho este que o coletivo definir, todas (os) terão direito ao trabalho. Caso não cumprir o trabalho sem avisar com antecedência perderá as horas feitas anteriormente. (Regimento, Normas, 7)

Nesta normatização, algumas questões são pontuadas: primeiro, anuncia que todas as pessoas com condições precisam trabalhar integralmente; segundo, o trabalho a ser realizado é definido pelo coletivo; terceiro, o trabalho aparece como um direito e, quarto, quem não trabalhar e deixar de justificar a sua falta, corre o risco de perder o direito de contabilizar os dias e/ou horas, previamente realizados.

O Regimento (Normas 10) expressa também que os horários de ida e retorno do trabalho podem ser flexíveis, desde que seja cumprida a carga horária estabelecida pela Assembléia da Associação. Para os homens, a jornada de trabalho é de oito horas no verão, e de sete horas no inverno. Porém, para as mulheres, em qualquer época do ano, a jornada de trabalho indicada é de três horas.

⁴¹ Entre as Normas que o Regimento (30) expressa, destaca-se o “dever de todos os membros (as) integrantes do grupo, atividades da produção e organização terem um bom relacionamento saudável de companheiro para companheiro, nos setores, coordenação e núcleos, para assim podermos se ajudar a superar nossos erros e dificuldades”.

Em uma primeira verificação do Regimento (Normas 11) poderíamos pensar que as mulheres da Associação são privilegiadas, não precisando trabalhar uma extensa jornada, como à masculina. Entretanto, a “reduzida” jornada de trabalho feminina não implica em maior tempo dedicado ao lazer, nem significando mais tempo dedicado ao *ócio*, por exemplo. Ao contrário, está longe a possibilidade das mulheres (também dos homens) passar do *mundo (reino) das necessidades para o mundo da liberdade*, pois no restante do período, elas estão implicadas com o trabalho doméstico⁴².

Além da carga horária remunerada, ainda é preciso que as mulheres e homens realizem a gestão da Associação Sepé Tiaraju, a qual possui caráter participativo. A gestão coletiva é estruturada em um período extra à jornada de trabalho regular. Por isso, os assentados precisam prolongar/estender a jornada, participando também de reuniões geralmente feitas no período noturno.

Mesmo que a organização da existência, no âmbito coletivo, implique muitas horas de estruturação, mediante reuniões, discussões e debates, o tempo destes trabalhadores dedicados em prol do coletivo, não implica no direito de receberem remuneração por isso. O Regimento assinala, de forma indireta, que as horas dedicadas em reuniões de planejamento nos setores, nos núcleos e assembléias não são catalogadas como horas trabalhadas, não merecendo por isso, o direito à remuneração, nem à diárias. De forma semelhante, os dias de folga que correspondem ao período de férias também não são remunerados:

Fica estabelecido que todos os membros (as) do coletivo que estão vinculados à produção terão 15 dias de folga no final do ano, podendo ser divididas em duas partes, considerando o momento atual de trabalho que deverá ser planejado pelo coletivo, não será contado como trabalho (Regimento, Normas, 14).

Além do período de férias⁴³ no final do ano, cada membro da Associação Sepé Tiaraju pode usufruir dois dias de folga a cada mês para tratar de questões particulares:

Os membros do grupo vinculados à produção terão 2 dias úteis por mês para resolver negócios pessoais. Isto fora do assentamento. Para isto terá que ter autorização do líder de núcleo de base, do coordenador de setor produtivo em que faz parte sendo que o mesmo deve levar em conta a situação do trabalho do momento, estes dias não serão contados como horas trabalhadas. Os dias serão

⁴² As discussões sobre o trabalho doméstico serão ampliadas no capítulo três.

⁴³ São férias coletivas, pois no final do ano há poucas atividades na agricultura por causa do período de plantação e colheita que não se concentra nesta época, motivo pelo qual torna as férias no final do ano, uma espécie de férias coletivas.

para resolver negócios particulares, os quais não podem ser no final do mês e no início do outro de forma consecutiva (Regimento, Normas, 12, 13).

A Associação Sepé Tiaraju viabiliza aos membros, além das férias coletivas de quinze dias no final do ano e dois dias de folga por mês (correspondendo a mais 24 dias de folga), a possibilidade de tirar mais dois dias de folga em ocasiões especiais:

Em caso de recebimentos de visitas, parentes ou pessoas conhecidas, será considerada como visita por dois dias, após disto (sic) a família que tiver os visitantes terá que retomar as atividades normais do coletivo (Regimento 25).

Somando-se as férias coletivas e as folgas mensais, cada assentado/a pode desfrutar pelo menos de trinta e nove dias sem trabalhar no Sepé Tiaraju, excluindo-se deste total, as visitas ocasionais que cada família pode receber. A partir destas diretrizes torna-se perceptível o quanto estes sem-terra valorizam o relacionamento humano caracterizado pelo acolhimento e receptividade. Quando eles recebem visita tiram folga. Isto é importante na visão social do Sepé Tiaraju. Eles priorizam o cultivo da solidariedade, demonstrando sua maneira de experimentar a sociabilidade camponesa.

A Associação Sepé Tiaraju está vinculada ao MST, articulando a luta para além da posse da terra, com objetivos de instaurar uma sociedade socialista, assentada no trabalho e na apropriação coletiva das riquezas. É perceptível a estratégia do Movimento em preparar todos os sem-terra no âmbito dos acampamentos, assentamentos, inclusive liberando militantes para trabalhar integralmente, de maneira específica, no processo de formação humana, na esfera de outros assentamentos, acampamentos, para viabilizar novas ocupações, passeatas e marchas reivindicatórias.

Por isso, a Associação Sepé Tiaraju possui dois militantes liberados para as atividades políticas e de formação. Um atua no âmbito estadual e o outro na esfera nacional. Portanto,

O grupo garante a liberação de militantes conforme a solicitação da organização à qual fazemos parte. As liberações serão discutidas a sua possibilidade ou não com o coletivo (Regimento, Normas, 20).

O processo de formação humana na Associação Sepé Tiaraju ocorre de diversas maneiras. Mesmo que este estudo não se concentre no caráter educativo dos movimentos

sociais, há que se considerar que em todas as relações humanas ocorre o processo de ensino-aprendizagem, seja de maneira formal ou informal, o qual vai concomitantemente acrescentando nos assentados novos conhecimentos e práticas⁴⁴.

O processo de educação dos assentados no Associação é viabilizado através de congressos, cursos de formação, entre outros. Para que seja possível a participação nestes eventos, o Sepé Tiaraju dispensa os membros do trabalho e garante sua remuneração quando estiverem nas frentes de formação: “As liberações de pessoas para tarefas e cursos de formação da organização terá (sic) 100% dos ganhos de renda e subsistência”. (Regimento, Normas, 26).

O processo de organização dos assentados é de responsabilidade da Diretoria Executiva, que entre os seus diversos compromissos possui a tarefa de indicar os nomes para composição dos setores de produção (Animais, Lavoura, Reflorestamento, Social e Subsistência) e dos núcleos de base (Liberdade, Oziel Alves e Roseli Nunes). Os Estatutos (Normas, 13) se pronunciam concernente a esta questão, dizendo que sua atribuição é: “Executar o plano de desenvolvimento da associação da comunidade (...) Encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos e atividades da associação”. Para que haja efetivamente empenho dos assentados na Associação, é necessário que cada indicação seja aceita por parte dos sócios. Inclusive, sobre esta questão, os Estatutos ressaltam que:

Os sócios têm as seguintes obrigações: cumprir o estatuto, o regulamento interno e as disposições da associação. Exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados e colaborar com as iniciativas da Associação (Estatutos, Normas, 23).

As indicações de nomes, por parte da Diretoria Executiva, visando à implementação e o encaminhamento do plano de desenvolvimento da Associação, estão articuladas com as obrigações por parte dos sócios, para que estes aceitem os Estatutos e regulamentos,

⁴⁴ O processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer em todas as relações sociais. Ou seja, quando os seres humanos estão em convívio uns com os outros, estão em um processo complexo, que pode viabilizar a apropriação de instrumentos materiais e simbólicos, necessário a sobrevivência das gerações envolvidas nas relações sociais. A respeito do processo de ensino-aprendizagem e das práticas sócio-educativas dos trabalhadores, em assentamentos, podemos encontrar maior discussão em Gohn (1994), Vendramini (2000), Caldart (2000), Melo (2001) e Dalmagro (2002). Neste estudo, estamos destacando o processo de ensino-aprendizagem que ocorre na Associação Sepé Tiaraju por meio das assembleias, das reuniões e das discussões nos núcleos de base e, de maneira especial, na organização do trabalho de maneira coletiva, que educa para uma nova prática marcada pela coletivização da vida.

exercendo os cargos para os quais foram eleitos, desde que não haja algum impedimento justificado.

A partir de sua pesquisa realizada no Sepé Tiaraju, Salvaro (2004) ressalta que as indicações dos/as assentados/as para a composição dos setores apresentam *conflitos* e *contradições* nesta relação. A pesquisadora fala que primeiramente, a Diretoria Executiva indica os nomes para compor os cinco setores, depois os três núcleos debatem a questão. O debate nos núcleos leva em conta a disposição do/a indicado/a aceitar determinado trabalho. Se o/a indicado/a concorda, os demais componentes do setor também precisam confirmar esta participação. Se, porventura, determinado/a sócio/a não concordar em trabalhar em algum setor, então, há trocas. Finalmente, o caso vai para a Assembléia, que homologa a indicação-aceitação. A aceitação da indicação, por parte de um/a sócio/a, para compor um determinado setor pode provocar *resistências*. Quando alguns assentados/as solicitam revisão de suas indicações para um determinado setor, então, tal ato provoca discussões e mobiliza toda a Associação, a fim de se construir outra alternativa.

As *resistências* e *conflitos* são pertinentes às relações de um grupo, assim como são inerentes à constituição dos seres humanos. Aliás, o próprio Regimento refere-se à possibilidade de ajuste e mudança de sócios, entre os diversos setores de trabalho, dizendo que:

Poderá ser substituído qualquer componente dos setores quando houver necessidade mediante avaliação junto com os setores e a Comissão Diretora que será feita de 6 em 6 meses entre os membros do setor bem como das atividades (Regimento, Normas, 24).

A Assembléia Geral, no Sepé Tiaraju, a qual envolve a participação de todos os/as sócios/as, está colocada no epicentro das decisões da Associação:

A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, constituída por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos. Parágrafo único – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva, ou mediante requerimento de 1/3 dos associados (Estatutos, cap. II, 5).

Quando o poder decisório é compartilhado entre todos os/as sócios/as, fica mais fácil elaborar democraticamente as dificuldades organizacionais no interior de uma instituição.

A Associação Sepé Tiaraju expressa uma maneira de pensar e organizar os sem-terra de forma coletiva. A vida é organizada em diferentes esferas: nos cinco setores de trabalho e

produção e nos três núcleos de base política, gerida pela assembléia geral, na qual participam todos os assentados. Esta experiência de vida coletiva localizada no assentamento constitui o protótipo do *novo*, segundo o projeto pretendido pelo movimento, entretanto, esta prática encontra-se inscrita nos limites e possibilidades impostos pelo sistema capitalista (e também pelas características subjetivas de cada sem-terra), limites que são materializados no tipo de organização da vida, através da combinação do trabalho coletivo com as antigas formas de trabalho individual, no caso, com o trabalho doméstico, o qual continua sendo realizado predominantemente pelas mulheres.

A experiência cooperativa de produção da existência no Sepé Tiaraju suscita uma reflexão, pois as mulheres estão presentes na realização do trabalho nos setores coletivos e também se responsabilizam durante o período da manhã, pelas atividades domésticas, enquanto os homens se restringem ao trabalho produtivo. Por isso, o tópico seguinte nos remete à reflexão das características específicas do trabalho doméstico na Associação.

2. 3. O trabalho doméstico na Associação Sepé Tiaraju

Trabalho doméstico pode ser compreendido como aquele que ocorre mediante a prestação de serviços de natureza contínua, com finalidade não lucrativa, em benefício de uma pessoa ou família, sendo realizado no âmbito pertencente a estas. Este é o artigo 1º da Lei 5.859 de 11/12/1972. Outrossim, a Lei pode ser entendida pela sua referência ao trabalhador que presta serviços a uma pessoa ou família sem fins lucrativos, na residência destas (CENTENO, 1996).

Para Bottomoré (1988), o trabalho doméstico é mencionado por Engels como um dos fatores que participam na construção da opressão das mulheres pelo fato de impedir ou dificultar sua participação na produção social.

Segundo o referido autor, o trabalho doméstico se desenvolve dentro da família e aparece como uma forma de divisão sexual do trabalho mais explícita, o qual é realizado, sobretudo pelas mulheres, ao lado do trabalho assalariado pelo capital, o qual é realizado também pelas mulheres e homens, especialmente por eles.

O assalariamento do trabalho doméstico gerou controvérsias e discussões entre os marxistas defensores do assalariamento, por acreditarem que esta categoria de trabalho produz uma mercadoria denominada de força de trabalho e os opositores, que pensavam que a remuneração relacionaria a mulher ao lar e identificaria fortemente a sua imagem ao trabalho doméstico. Entre os contendores, porém, há o consenso de que o trabalho doméstico contribui na produção dos valores de uso para o consumo da família, participando da reprodução da força de trabalho. Apesar de diferente e distinto de outras formas de trabalho, o doméstico possui uma relação interdependente com as relações de trabalho capitalistas, devido a dependência do sistema da oferta de força de trabalho. (BOTTOMORÉ, 1988).

O fenômeno trabalho doméstico não possui data determinada quanto ao seu surgimento. Desde a antiguidade, uns sujeitos dispunham dos serviços de outros mediante remuneração ou não. Saffioti (1978) afirma que o assalariamento da força de trabalho dispendida nos afazeres domésticos em residências foi inaugurado sob o capitalismo. Antes da gênese do capitalismo, os serviços domésticos eram realizados por diferentes sujeitos em diversas culturas. Os modos pré-capitalistas possuíam a escrava e a serva para efetivar as tarefas domésticas na casa do senhor sem qualquer recompensa pecuniária.

Com o fim da escravidão no Brasil, intuiu-se o salário para os serviços domésticos realizados para o benefício dos outros. Saffioti (1978) reitera que mesmo após a libertação dos escravos, em nosso país, muitas meninas e moças continuaram a trabalhar com outras famílias em troca da comida. Neste período, o trabalho doméstico não possuía regulamentação, o que deixava tais trabalhadores sem amparo legal e sem direitos trabalhistas.

A primeira regulamentação do trabalho doméstico foi feita no Rio de Janeiro, em 30/07/1923, amparando a locação de trabalhadores, processo intermediado por um locatário de serviços, os quais seriam prestados por cozinheiros, ajudantes, copeiros, lavadeiras, engomadeiras, jardineiros, porteiros, enceradores, amas-secas de leite, costureiras, entre outros. Somente em 27/02/1936 é que vai ser regulamentada a locação dos serviços domésticos, identificados como sendo todos aqueles trabalhadores que, mediante remuneração, prestam serviços em residências particulares (SAFFIOTI, 1978).

No estado de São Paulo, um decreto de 02/03/1950 regulamentou os empregos domésticos, identificando, nesta função, aqueles que prestam serviços por remuneração no âmbito familiar, embora tal decreto não tenha garantido qualquer benefício social. Somente

em 23/04/1956, uma lei diferencia os empregados de condomínios dos empregados domésticos.

Com a Promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, 1943), o Ministério do Trabalho passou a disciplinar o Contrato de Trabalho, mas os empregos domésticos não foram contemplados pela legislação, permanecendo ainda sob a responsabilidade do Direito Civil. Apenas em 1960, a Lei nº 3.807 permite que os empregados domésticos se filiem à Previdência Social, ainda que na qualidade de segurados facultativos. Finalmente, em 11/12/1972, foi regulamentada a profissão de empregado em trabalho doméstico (SAFFIOTI, 1978).

O trabalho doméstico é um dos que menos exige qualificação para seu desempenho, por isso não existe curso para preparar sujeitos para estes afazeres. A qualificação passou a ser obtida mediante o processo de socialização da mulher, geralmente a responsável pela realização deste trabalho, para o exercício de seus futuros papéis de dona-de-casa ou, ainda, no próprio local de trabalho, através do desempenho prático de atividades domésticas. Por isso, o trabalho doméstico pode ser exercido por pessoas de baixa qualificação, sem maiores prejuízos para o desempenho das tarefas.

Em uma das primeiras pesquisas realizadas sobre o trabalho doméstico, Saffioti (1978) entrevistou 208 empregadas e 889 donas-de-casa no município de Araraquara, São Paulo. As empregadas domésticas entrevistadas tinham a opinião (45.7%) de que sua ocupação era boa para as mulheres. Poucas tinham queixas sobre o trabalho doméstico. A maioria julgava as tarefas ajustadas à condição de mulher, porque ela era bem tratada ou porque este emprego fornecia alimentação e possibilitava conjugar o trabalho doméstico com os estudos no período noturno. As pessoas estudadas por Saffioti (1978) aceitaram incontestemente a divisão sexual do trabalho, ou a atribuição dos trabalhos domésticos às mulheres. A responsabilidade doméstica atribuída às mulheres calou fundo nas entrevistadas, a ponto do trabalho doméstico ser considerado por elas próprias, *coisa de mulher*.

A autora reitera que a aceitação das entrevistadas de um determinado tipo de trabalho, como sendo responsabilidade exclusivamente feminina, passa a ratificar a separação do mercado de trabalho em masculino e feminino. Eis que as entrevistadas consideraram determinados serviços adequados para as mulheres. Entre tais trabalhos, 23.6% das

entrevistadas pensavam que os serviços *leves*⁴⁵ são apropriados às mulheres; 20.2% indicam os serviços de escritório; 20.2% apontaram os serviços domésticos. Apenas 9.6% das entrevistadas pensam que todos os serviços são possíveis às mulheres; 7.2% admitem como adequados às mulheres, os serviços de professora; 6.3 %, o de cozinheira; 4.3%, o de balconista; 2.4%, o de enfermeira e 1.4% admitem que secretária é um trabalho adequado às mulheres. Desta amostra, o índice que considera que as mulheres podem desempenhar qualquer atividade é menor que 10%.

A identificação da mulher com as atividades domésticas realizadas no próprio lar são tão marcantes, que são poucas as mulheres que desempenham o trabalho remunerado sem condicioná-lo à uma situação especial. Entre as entrevistadas pela autora, há uma adesão à idéia de que a mulher existe para o cuidado do lar e que por isso, deve exercer trabalho remunerado em circunstâncias especiais, como por exemplo, diante de necessidade financeira, enquanto for solteira ou antes de ter filhos (SAFFIOTI, 1978).

Entre as donas de casa também havia um mito feminino instalado. Mesmo aquelas que realizavam trabalho extraluar antes do casamento tendiam a parar ao se casarem ou quando nasciam os filhos. Geralmente, as mulheres que após estas circunstâncias permaneciam na população economicamente ativa (PEA) eram as que tinham qualificação e eram bem remuneradas ou estavam identificadas com seu trabalho (SAFFIOTI, 1978).

Para a autora, qualquer trabalho organizado a partir do mercado capitalista pode ser caracterizado como produtivo ou improdutivo dependendo das circunstâncias em que é produzido. Mediante o processo produtivo, o capitalismo não se propõe a produzir *valor de uso* destinado ao consumo pessoal, mas visa incrementar o valor, ou seja, a intenção do capitalista é a extração da *mais-valia*, por isso produz para a *troca*. Com efeito, têm lugar no seio da família atividades que concorrem para a produção e a reprodução da força de trabalho. Nesta medida, as atividades domésticas contribuem para a produção de uma mercadoria especial – *a força de trabalho* – absolutamente imprescindível à reprodução do capital.

⁴⁵ Em pesquisa com agricultores, Paulilo (*apud* EDENILSE PELEGRINI, 2003) constatou a desvalorização do trabalho feminino quando comparado ao masculino. Os entrevistados por Paulilo (1987) fazem uma distinção concernente ao que significa “trabalho leve e trabalho pesado”, os quais são definidos em função de quem os realiza e não conforme sua natureza real de dificuldade, ou seja, os *trabalhos leves* são desempenhados por mulheres e crianças e os *trabalhos pesados* são feitos por homens. Se o trabalho for desempenhado por homem, é reconhecido como sendo pesado e quando realizado por mulher é considerado leve, independente do tipo de trabalho.

Neste sentido, a trabalhadora doméstica desempenha tarefas que viabilizam a produção da força de trabalho e, assim, possibilitam as condições necessárias à acumulação do capital.

O trabalho doméstico possui vinculações estreitas com a manutenção e subsistência dos seres humanos. Desde os primórdios, os seres humanos precisaram se organizar para responder às exigências feitas e colocadas no seu cotidiano, no que concerne ao atendimento de suas necessidades de sobrevivência. Conforme afirma Marx (1996, p. 96) em resposta aos que pensavam que a vida humana e a história eram feitas com base no que se pensa e se imagina, ou seja, em resposta aos idealistas, dizendo:

que o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

Para que os seres humanos estejam em condições de viver é preciso, portanto, *comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais*. A expressão “*e algumas coisas mais*” pode contemplar a preparação dos alimentos, a limpeza da moradia, em meio a diversas tarefas domésticas realizadas em caráter de trabalho individual, que em nossa sociedade tem sido desempenhado primordialmente pelas mulheres, independente de elas já possuírem ou não jornada de trabalho remunerada.

O desempenho do trabalho doméstico tem sido estabelecido segundo as relações de poder hierárquicas existentes na sociedade capitalista, que sobrecarrega as mulheres com dupla jornada de trabalho. Histórica e culturalmente este trabalho é feito pelas mulheres a partir da divisão sexual do trabalho perpetuada de maneira naturalizada.

A Associação Sepé Tiaraju, assentamento que articulado com o MST se propõem a instaurar o *novo homem* e a *nova mulher*, procede como no interior de toda a sociedade capitalista, deixando o trabalho doméstico sob a responsabilidade das mulheres. Porém, o fato de o trabalho doméstico ser realizado pelas mulheres sem-terra não implica, necessariamente, que as relações no assentamento são hierárquicas, pois mesmo que combinem o trabalho

coletivo com o doméstico, os assentados podem se engajar em relações de poder *humanamente satisfatórias*, apesar da velha estrutura adotada. Por isso, a organização/divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no Sepé Tiaraju, constituidor de homens e mulheres suscita a necessidade de alusão na seqüência.

2. 4. Gênero

Em todos os tempos e em todos os lugares, a mulher trabalhou assim como o homem. Trabalhou nas economias pré-capitalistas, em que a família figurava como unidade econômica e a mulher possuía destaque trabalhando para a manutenção da subsistência (SAFFIOTI, 1979).

Mesmo que a mulher trabalhasse, esta era jurídica, social e politicamente inferior ao homem nas sociedades pré-capitalistas. Ela aparece como subsidiária na economia da família, pois, na medida que a produtividade é baixa, a mulher não é excluída do sistema produtivo, porque neste caso é indispensável para assegurar a produção da existência.

Na economia feudal e nos burgos, a mulher encontra barreiras como força de trabalho. As corporações ofereciam a elas posições subalternas, menos compensadoras e, assim foram-nas distanciando do sistema produtivo. As mulheres começam a enfrentar dupla desvantagem: são desvalorizadas quando comparadas à supremacia masculina e também passam a ser progressivamente marginalizadas apesar do desenvolvimento das forças produtivas, pois são situadas perifericamente no sistema produtivo. No sistema feudal, os estamentos inferiores pagam o maior preço pela mudança. Gradativamente eles vão se constituindo em classes sociais e, com a emergência da sociedade burguesa ocorre definitivamente a separação em classes sociais, havendo exploração econômica de uma sobre a outra. Então, com a emergência do capitalismo, o sexo é selecionado como fator de marginalização e torna-se fonte de inferiorização da mulher (SAFFIOTI, 1979).

A exploração de um ser humano pelo outro é prática antiga. Nas sociedades escravocratas e feudais, as pessoas eram propriedade dos senhores e deviam obediência e lealdade aos seus donos. Quando se instaurou a propriedade privada, sob o capitalismo, uma

minoria passa a viver às custas da grande maioria que trabalha para produzir riquezas àqueles poucos donos dos meios de produção.

O início do capitalismo pode ser datado no século XVI quando a concentração de riqueza em poucas mãos – acumulação primitiva – permitiu a esta minoria pagar salário em troca da força de trabalho para produzir mercadorias. Assim, os trabalhadores produzem um excedente de riqueza apropriada pelo(s) dono(s) do(s) meios(s) de produção. Uma parte o capitalista utiliza para si e, a maior parte reinveste na produção de mais riquezas com o propósito de acumular. Este processo de produção de riquezas implica empobrecimento da classe trabalhadora, portanto, a acumulação e a miséria aparecem sob o capitalismo como pólos de um mesmo processo, são faces opostas de uma única moeda, são expressões das contradições entre capitalistas e a classe trabalhadora.

O processo de urbanização provocado pela revolução industrial arrancou do campo europeu, massas de trabalhadores impossibilitados de prosseguir sobrevivendo do trabalho no campo, do trabalho artesanal e da fabricação doméstica. Assim, ficam separados aqueles que trabalham daqueles que possuem os instrumentos e os meios de trabalho, promovendo-se o assalariamento crescente de massas oriundas da esfera campesina ou dos burgos.

Com a emergência da maquinaria, a necessidade de força muscular torna-se relativa ao permitir que se empreguem trabalhadores com reduzida força física, mas sem dispensar a flexibilidade, por isso, o capitalismo industrial recebeu significativa participação das mulheres e crianças, especialmente na operação fabril (têxtil).

Então, as fábricas passaram a dispensar homens e a empregar mulheres e crianças não devido a uma revolução nas relações familiares, mas porque a tradicional submissão da mulher (e das crianças também) a tornava frágil como contestadora social, conseqüentemente, objeto de intensa exploração⁴⁶. O caráter de submissão ao qual as mulheres vinham sendo submetidas há milênios facilitava, agora, aos capitalistas, a extração do seu trabalho excedente. O capitalismo consegue extrair o máximo de mais-valia pela intensificação do

⁴⁶ Conforme Marx (2002, p. 451) “Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar a número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital”.

trabalho e pela extensão de sua jornada⁴⁷, pagando salários inferiores ao que pagava aos homens, fazendo rebaixar o valor da força de trabalho. O processo de assalariamento atingia de forma diferenciada homens e mulheres e também promovia a intensificação das contradições que repercutiam em diversas estruturas da sociedade.

A condição da mulher na sociedade de classes recebe influência de origem biológica (ordem natural) e cultural (ordem social). Em virtude da procriação, fator de ordem biológica, a mulher tem a capacidade de trabalho reduzida ao aproximar-se o período do parto e prossegue nesta condição, após o nascimento de seus filhos. O aleitamento também a afasta do trabalho nos primeiros meses. Estes fatos biológicos (e naturais) são utilizados para justificar a “inatividade” de muitas mulheres. A licença maternidade, em nossa sociedade, é uma medida que tenta resolver esta questão, embora o faça de maneira parcial na medida em que coloca a (licença maternidade como) descontinuidade do trabalho feminino, como entrave à contratação, justificando a subalternidade delas no mundo do trabalho, permanecendo com os homens, os postos de comando e de responsabilidade. O absentismo também aparece como fator sócio-cultural. Embora, no caso delas, fatores biológicos e sócio-culturais interagem capturando-as do trabalho, por motivo de doença pessoal e também quando o homem adoece elas se ausentam para cuidar do marido e/ou dos filhos.

Compete à mulher o desempenho de diversas atividades na família, tais como a reprodução e por extensão, o cuidado, a educação e a socialização dos filhos, tenha ela trabalho remunerado ou não. Se a mulher possui trabalho remunerado, ainda precisa se ajustar às duas instâncias: à família e à situação de trabalho. Assim é levada a priorizar uma ou outra atividade que desempenha nestas duas esferas, deixando suas tarefas profissionais, geralmente, em segundo plano.

Saffioti (1979) aborda sobre algumas tentativas realizadas ao longo da história para solucionar as dificuldades das mulheres. Entre as tentativas empreendidas no início do capitalismo está a realizada pelos socialistas utópicos, que pretendiam uma sociedade justa, incluindo nela os segmentos desfavorecidos, com destaque para a mulher. Em 1808, Fourier

⁴⁷ O capital explora os trabalhadores mediante a extração de *mais-valia absoluta*, que consiste no prolongamento do dia de trabalho, aumentando a jornada de trabalho e também explora através da extração da *mais-valia relativa*, que implica no processo que contrai o tempo de trabalho necessário por causa da utilização da tecnologia para se produzir determinada mercadoria e amplia o trabalho excedente que não é pago aos trabalhadores.

propõe que a sociedade francesa ofereça às mulheres educação equivalente à dispensada aos homens, propõe também sua libertação dos trabalhos domésticos mediante organização de uma cozinha central e, também, mediante a criação de creche infantil.

Já o socialismo científico pensava solucionar o problema relativo às mulheres rompendo com a sociedade de classes e implantando a sociedade socialista. A idéia subjacente é de que o homem e a mulher só atingirão a verdadeira liberdade ao romper com a sociedade segmentada em classes, instaurando o regime socialista. Entretanto, conforme Saffioti (1979, p. 82):

Seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição sine qua non de sua total libertação, não constitui, em si mesma, esta libertação integral.

Mészáros (2002: 287) ajuda na compreensão das dificuldades que impedem a emancipação das mulheres, inclusive comenta o motivo que levou os teóricos marxistas a priorizar a classe em relação a gênero, dizendo que:

Porque a classe do trabalho – ao contrário das mulheres, que integram todas as classes – ocupava um determinado espaço no contexto social, oposto à classe adversária: o capital e suas ‘personificações’ mutantes.

Por isso, conforme o autor, os trabalhadores tinham aspirações de lutar, sob as regras do jogo comandadas pelo capital, na busca para adquirir um pedaço maior do bolo. Mas as ilusões do reformismo (referência à *socialdemocracia* européia que não se propôs realizar a revolução) adiou o projeto de emancipação das mulheres, o qual poderia ser instaurado somente sob uma ordem social *qualitativamente* diferente.

A construção de uma *nova sociabilidade* que viabilize igualdade a homens e mulheres enfrenta dificuldades. Mészáros (2002) também cita diversas tentativas históricas de luta pela igualdade que as forças de opressão do sistema capitalista sempre atacaram e sufocaram. Segundo o autor, as mulheres tiveram de compartilhar a subordinação em todas as classes sociais, sem exceção, fato que torna inegável que a questão da emancipação das mulheres não se restringe à classe. Acrescenta que mesmo que todas as posições de comando (nas empresas e na política), sob o capitalismo fossem reservadas às mulheres, ainda assim, um número maior de mulheres continuaria na subordinação e impotência. Por isso, na visão

do autor, não há nenhum “espaço especial” para a emancipação das mulheres dentro da ordem capitalista. Poder às mulheres teria de significar também poder a todos os humanos, caso contrário, não há emancipação.

Mészáros (2002) fala que aqueles que lutam pela emancipação das mulheres precisam atentar para a promessa inicial, para a *definição do movimento socialista*, assim como ao seu descarrilar. Seu afastamento da proposta inicial implicou no adiamento de uma alternativa (no caso socialista) para a instauração de uma *nova sociabilidade*. O autor comenta que nem as sociedades socialistas adotaram a luta do feminismo (contra as relações de poder hierárquicas) e faz alusão, ao questionamento de uma feminista, se não seria esta uma das razões pelas quais o socialismo não sobreviveu.

Para o autor, as falhas das sociedades *pós-capitalistas* (socialistas) quanto à emancipação das mulheres é notável, quando se sabe que em algum momento as mulheres prometiam consertar sérias iniquidades do socialismo. Entretanto, as relações de poder instituídas não foram muito alteradas e as mulheres não tiveram espaço para a ação. Entretanto, o autor relativiza o poder de transformação enquanto ficar circunscrito a um espaço parcial, pois mesmo que as posições mais altas de poder político fossem ocupadas por mulheres, enquanto estiver localizado a uma parte do sistema, isto não tornaria tais sociedades mais socialistas, nem as pessoas estariam mais emancipadas. Cita como exemplo, os governos de Indhira Gandhis (sic) e Margareth Thatchers (sic) que governaram, nem por isso naqueles países, as mulheres avançaram, no que se refere à emancipação “no mínimo aconteceu o contrário” (MÉSZÁROS, 2002 p. 292).

Falando sobre emancipação, Saffioti (1979) afirma, que na visão de Lênin, a grande tarefa a ser realizada seria eliminar a dupla opressão burguesa às quais estavam submetidas as mulheres: opressão imposta pelo capital e pelos trabalhos domésticos (opressão de classe e de gênero). Por isso, Lênin pretendia substituir a economia doméstica individual pela economia doméstica socializada e também abolir a propriedade privada. Entretanto, conforme foi visto, na URSS, a legislação igualitária para os dois sexos não criou condições concretas para elas não sofrerem discriminações. Mesmo assim, o êxito na busca da emancipação foi grande, mas não completo.

A experiência soviética demonstrou que a libertação da mulher e sua integração plena, não se realizaram sob o regime socialista, porém, foi nele que as mulheres alcançaram seu

maior grau de avanço. Como desfecho, a autora destaca que apenas nas sociedades de economias coletivas a emancipação demonstra possibilidade de ser estabelecida.

Em qualquer lugar do sistema capitalista, as mulheres enfrentam dificuldades. Homens e mulheres também não desfrutam de posições iguais na sociedade brasileira. Desde pequenos, ambos desempenham diferentes atribuições, que a sociedade espera que estes cumpram. Assim, são delimitados os possíveis espaços em que homens e mulheres poderão atuar. Por exemplo, o cuidado e a socialização dos filhos é uma tarefa atribuída às mulheres, e raramente é desempenhado pelos homens. Não importa se ela realiza trabalho remunerado fora do lar, a mulher continua responsável pela socialização dos filhos. Se tiver condições econômicas, poderá delegar o cuidado dos filhos a outra pessoa, que precisa receber salário por esta tarefa. Já nas classes dominantes, não existe a necessidade da mulher trabalhar remuneradamente. Estas mulheres podem desfrutar da ociosidade pelo fato de não precisarem realizar o trabalho manual, nem se comprometer com a educação dos filhos, pois elas possuem serviços à sua disposição, restringindo-se apenas a supervisionar estas tarefas.

Na sociedade capitalista, a vida da mulher varia conforme a classe social. Se for operária, sua vida será diferente da vida das mulheres das classes médias, as quais não precisam enfrentar o trânsito, o trabalho na fábrica nem o trabalho doméstico. Nas classes médias, as mulheres se diferenciam segundo a variação da renda. Algumas se dedicam aos cuidados da residência, da família, e outras, trabalham fora.

Ainda não foi resolvida a questão do cuidado dos filhos quando o homem e a mulher trabalham fora⁴⁸. A responsabilidade pela educação dos filhos não está resolvida devido a diversos motivos. Entre eles, destaca-se a tarefa de mãe, cuidadora dos filhos, de suas necessidades materiais, psicológicas e educacionais, que a mulher historicamente tem desempenhado. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, algumas providências foram tomadas para viabilizar sua carreira como a instauração de creches, denotando que a educação e o cuidado dos filhos não é assunto exclusivo das mulheres ou da família, mas diz respeito à organização estrutural da sociedade.

⁴⁸ Schirmer (1997) afirma que a existência dos filhos é o fator que mais interfere na participação feminina no mercado de trabalho, pois o trabalho doméstico sempre foi identificado como *atributo essencial do papel feminino*.

Mesmo que haja diferenças econômicas entre as mulheres das diferentes classes, a responsabilidade pela casa e pelos filhos é sempre uma atribuição delas. No âmbito doméstico, recai sobre as mulheres, a manutenção da ordem no lar, tanto em relação aos cuidados dos filhos, quanto em relação ao trabalho doméstico.

Saffioti (1987) afirma que sob o capitalismo ocorre um esforço para que a realização das tarefas domésticas pelas mulheres transpareça como atividade natural, considerando-se tal trabalho, como uma consequência de sua capacidade de ser mãe. Conforme este pensamento, é natural que a mulher realize o trabalho doméstico, como consequência do fato, de poder conceber e dar à luz. Entretanto, afirma a autora, há sociedades como algumas tribos indígenas brasileiras, que após a mulher ter um filho, ela não interrompe suas atividades extralares. Nestas tribos, cabe ao pai observar a dieta alimentar especial e a mulher retorna aos afazeres costumeiros. Tal prática revela que o parto, entendido como fenômeno natural, assume dimensões e significados (culturais) diferentes, no decorrer do tempo e do espaço.

Cada sociedade elabora determinados significados, inclusive atribuindo sentidos opostos, para o mesmo fenômeno natural (o cuidado dos filhos, por exemplo). O sentido específico de um determinado fenômeno natural, experimentado por diferentes sociedades constitui uma dimensão sócio-cultural. Isso implica, que determinadas tarefas podem ser desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres, dependendo da sociedade em que estes estejam inseridos.

Entre tantas características, o ser humano interpreta, elabora e transforma culturalmente os fenômenos naturais, atribuindo-lhes significados, conforme o contexto histórico em que eles acontecem. Em consequência disso, às vezes, torna-se difícil separar a natureza daquilo que foi alterado pelos processos sócio-culturais. Por isso, a natureza apresenta marcas da intervenção humana, ocorrida no decorrer do processo histórico, aparecendo como alteração, realizada pelas relações humanas.

Entretanto, se a sociedade absolutiza, considerando, por exemplo, ser natural que pelo fato de uma mulher conceber e dar à luz, ela precisa se responsabilizar pelo trabalho doméstico e, conseqüentemente, conceda ao homem a primazia pelo trabalho produtivo, estar-se-á naturalizando o processo histórico que foi engendrado através das relações sociais.

Acontece, costumeiramente, que as mulheres geralmente se restringem ao ambiente doméstico e realizam menos contatos com outras pessoas, e os homens, ao contrário,

presentes no ambiente público, efetivam inúmeras relações, tendo maiores possibilidades e oportunidades de desenvoltura em relação a elas.

Para que tenham as mesmas oportunidades, é preciso que homens e mulheres compartilhem responsabilidades, inclusive as tarefas da esfera doméstica. Viabilizar a ambos as mesmas oportunidades, implica uma relação que extrapole a simples ajuda de um para com o outro, pois quando se trata de *ajuda* ao outro, a responsabilidade permanece como atribuição do/a companheiro/a. Oportunidade igual para ambos se instaura a partir da partilha das responsabilidades da vida desde a esfera doméstica até as atividades de lazer, assim como os demais trabalhos, que asseguram a produção da existência.

O processo que engendrou as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres, conforme se observa na atualidade, é antigo. De acordo com Saffioti (1987), tudo começou com o patriarcado⁴⁹, um sistema que assegura a subordinação da mulher. O patriarcado não é o único, pois há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e também há mulheres que dominam homens. Além do patriarcado, a autora destaca outra fonte de dominação, que é a divisão da população em classes sociais, ocorrendo o mesmo com as diferenças étnicas.

Saffioti (1987) assegura que em tempos primórdios, o homem passou a dominar a mulher devido à sua superioridade física. Esta peculiaridade física passou a perpetuar a supremacia masculina em relação às mulheres. A força física pode figurar visivelmente como uma vantagem em sociedades com tecnologia rudimentar. Entretanto, em sociedades em que as máquinas podem substituir o trabalho humano, dispensando a simples força física, a menor capacidade física não impede nenhum ser de ganhar o seu sustento. Apesar da introdução da tecnologia no processo produtivo, no modo de produção capitalista, permanece vigorando a supremacia masculina oriunda de sua suposta superioridade física.

Contudo, na sociedade capitalista ainda recorre-se aos argumentos da superioridade física masculina, para se justificar a discriminação contra as mulheres. Entretanto, a força deste mito é tão significativa, que muitos recorrem a ele, inclusive, muitas mulheres, que

⁴⁹ Segundo Saffioti (1987), o modelo do patriarcado é um sistema moldado pela ideologia machista, aparecendo como sistema de exploração. A exploração se situa no campo econômico e a dominação acontece na esfera política e ideológica. É, então duplamente explorada pelo homem, a mulher que precisa conduzir a residência conforme o gosto do marido e como trabalhadora assalariada desempenha mais uma jornada de trabalho.

trabalham em serviços pesados e apresentam maior produtividade que os homens, admitindo sua ‘fraqueza’.(SAFFIOTI, 1987).

A autora afirma que uma dimensão do domínio transparece no exercício do poder político, mediante o qual, os homens tomam decisões, que influem sobre a vida de todos indistintamente. Ela reitera que nas sociedades contemporâneas são raríssimos os casos em que as mulheres assumem o comando político de algum país ou integram governos, desempenhando cargos de elevada relevância. No Brasil, a presença feminina nos partidos políticos é pequena, ocorrendo também nos partidos de esquerda, não sendo privilégio dos conservadores.

A subordinação da mulher ao homem não se limita, mas excede ao campo político, pois ela pode ser observada na esfera econômica, tendo como fato, uma expressiva participação feminina no trabalho informal. Quase todo o setor de trabalho doméstico, por exemplo, é ocupado por mulheres, geralmente sem garantia das leis trabalhistas.

No âmbito doméstico, a dominação masculina pode ser facilmente observada, pois, mesmo que a mulher trabalhe fora de casa, no assalariamento, é ela que realiza o trabalho doméstico, pois este tipo de trabalho é considerado “coisa de mulher” e, geralmente os homens não o realizam.

Apesar da existência de exploração e dominação houve um aumento significativo de mulheres no mundo do trabalho, o qual em alguns países chega ao índice de 40% dos trabalhadores, mesmo que sejam absorvidas sob o regime *part time*, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 1999). Como exemplo, o autor cita a Inglaterra, onde a porcentagem feminina superou à masculina. Em se tratando de divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção e de capital intensivo⁵⁰ são preenchidas pelo trabalhador masculino e as dotadas de menor qualificação são destinadas às mulheres (estas atividades também são realizadas por imigrantes e por negros). No modo de produção capitalista, é visível a divisão entre trabalhos masculinos e femininos. Na Inglaterra, em empresas onde os setores são mais valorizados estão trabalhando homens e nas áreas rotinizadas predominam as mulheres. Aparece explícito até mesmo nos países de capitalismo avançado, que o trabalho feminino segue a lógica da submissão, sendo as mulheres exploradas intensamente pelo capital.

⁵⁰ As atividades de *capital intensivo* são as que utilizam máquinas e equipamentos mais sofisticados na elaboração do trabalho produtivo.

Apesar de haver desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, Antunes (1999) considera que houve expansão do trabalho feminino, mesmo que tenha sido *part time*, informal, com salários menores, jornadas maiores e de maneira precarizada. Apesar disso, o autor afirma que a inserção da mulher no mundo produtivo tem desenhado uma nova divisão sexual do trabalho.

Mészáros (2002) também destaca a importância da entrada das mulheres como força de trabalho (no século XX), sendo sua inserção significativa a ponto de, na atualidade, elas representarem maioria entre os trabalhadores nos países de capitalismo avançado, apesar disso, para o autor, isso não resultou em sua emancipação. Ao contrário, houve a tendência de se generalizar para toda a força de trabalho, a diminuição dos salários a que as mulheres tiveram de se submeter.

Antunes (1999) enfatiza que além da questão de classe, aparece **articulada** a questão de gênero, em que a mulher trabalhadora precisa realizar dupla jornada de trabalho. No espaço de trabalho é explorada pelo capital e também no âmbito privado consome seu tempo nos afazeres domésticos a fim de possibilitar à família, condições para reprodução, em benefício do capital. Antunes (1999, p. 108) destaca que:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.

As conexões entre gênero e classe permitem ver que na esfera produtiva e reprodutiva se vivencia a construção social sexuada em que homens e mulheres são preparados e qualificados, através da realização de tarefas diferenciadas, na família e demais instituições, de modo que ingressam desta forma no mundo do trabalho.

Apesar das desigualdades de gênero vivenciadas no mundo do trabalho, Antunes (1999) entende que mesmo assim, a ampliação do trabalho feminino, no mundo produtivo, faz parte do processo de emancipação das mulheres, no que concerne à classe e também quanto à opressão masculina com base na divisão social e sexual do trabalho.

Mészáros (2002) tece comentários semelhantes aos de Antunes (1999) quando se trata de emancipação das mulheres. Mészáros fala que, apesar dos limites impostos pelo *sistema iníquo*, a luta pela emancipação das mulheres, ao menos no aspecto formal (leis), nos séculos XIX e XX, teve avanços, na questão do voto, por exemplo. Entretanto, reitera que estas mudanças, não alteraram *significativamente* as relações de poder material da *desigualdade estrutural*. Para o autor, a *estrutura de comando do capital* foi, e sempre será incompatível, com a possibilidade de conceder *igualdade substantiva* à tomada de decisões. Neste sentido, mesmo que as mulheres tenham o direito de votar, elas devem ser excluídas do verdadeiro poder de decisões, por causa do seu papel decisivo na reprodução da família, a qual precisa se alinhar aos ditames do capital. A mulher ocupa uma posição essencial e privilegiada na reprodução do sistema do capital, devido à configuração da família, que se torna “microcosmo” de reprodução e de consumo.

Por isso, o autor afirma, que os ganhos obtidos no que concerne à emancipação, não ultrapassaram o nível da igualdade formal. Acrescenta que, até a igualdade formal foi obtida, devido à necessidade de se extrair excedentes do “trabalho livre”. Seria um milagre, se o “microcosmo” (família) do sistema do capital fosse organizado de acordo com a igualdade real.

A emancipação da mulher tem se apresentado como um desafio para a classe trabalhadora. Especialmente pelo fato de o sistema se manter exatamente pela reprodução das relações de poder perpetuadas sobre a força de trabalho, pelo capital, que atuam com a finalidade de controlar a auto-realização dos sujeitos, como seres sociais. Os sujeitos impedidos de desenvolver suas potencialidades de maneira autônoma ficam impossibilitados de estabelecer *relações sociais emancipatórias*, as quais poderiam ameaçar a estrutura social hierárquica comandada pelo sistema. Este é um dos motivos da perpetuação das relações de poder hierárquicas do capital, o qual tem sido hábil, na incorporação da habilidade feminina, adquirida no âmbito do trabalho doméstico, a exemplo de sua polivalência e multiatividade.

Para que seja possível a existência de relações de poder igualitárias dentro da família, “microcosmo” do sistema do capital, precisaria haver também a existência de um “macrocosmo” diferente, fundado e comandado por relações não-hierárquicas de poder. Por isso, no cotidiano há dificuldade de para se romper o círculo de relações de poder

hierárquicas, que se constituem e se intensificam, na reciprocidade dialética, entre o sistema e os sujeitos sociais particulares.

Mészáros (2002) aponta uma possibilidade de construir a *verdadeira igualdade*, a qual precisa iniciar, pela exclusão da divisão social do trabalho, conforme está constituída. Por isso, na busca pela igualdade, as relações de poder não podem ser evitadas. É preciso enfrentar a divisão *estrutural/hierárquica* do trabalho, que é princípio constitutivo das relações de poder, a fim de que a causa da emancipação das mulheres (e também dos homens) seja exitosa. A condição inicial para a emancipação é exercitar a igualdade como princípio orientador de todas as relações humanas, que *emana diretamente da necessidade humana*.

Mészáros (2002) sinaliza a existência de grupos, que interagem comunitariamente e se afirmam engajados em relações não-hierárquicas, denominadas pelo autor de relações *humanamente satisfatórias*, na maneira de criar filhos muito diferentes da família nuclear e suas fragmentações. Entretanto, estes relacionamentos, não podem se tornar predominantes, sob o controle *sociometabólico* capitalista. Segundo o autor, neste sistema, a família há que sempre proporcionar sua participação na formação *sociometabólica*, não apenas restrita à reprodução biológica da espécie e à transmissão da propriedade de uma geração à outra, mas vai também reproduzir relações hierárquicas de poder. Os filhos educados na família são preparados pelas condições criadas pelo (e para o bem) capital. Por isso, o papel da família não é menos importante na reprodução dos valores do sistema, apesar destes serem totalmente opostos, ao princípio da *verdadeira igualdade*. A existência de um modelo de família que permitisse às gerações pensar e realizar de maneira autônoma seu papel futuro na vida, em se tratando de sistema de valores alternativos, sendo rebeldes e críticos à realidade existente, constitui-se uma infâmia ao interesse do capital.

Neste sentido, devido à hierarquia e dominação estabelecidas pelo sistema capitalista, com seu funcionamento incompatível com a prática da igualdade, a causa da emancipação das mulheres (e de toda a humanidade) não poderá ser alcançada, sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira*. Por isso, o tipo de família dominante se configura e se expressa, de forma autoritária, através de relações de poder hierárquicas. Entretanto, se a família não se alinhar à realidade e interesse do capital, estará ameaçando a sua sobrevivência, mas também a estabilidade do sistema autoritário de produção e reprodução.

Além de dificuldades concernentes à classe e à gênero, o mundo do trabalho tem mostrado crises, que implicam em uma redução de empregos tanto para homens quanto para as mulheres, não apenas nos países periféricos, também nos centrais, tais como na França, Itália e EUA. Antunes (2003) destaca a baixa incorporação de novos trabalhadores no setor industrial nos países de capitalismo avançado, ocorrida em virtude do quadro recessivo após a introdução da automação, da robótica, da microeletrônica no sistema produtivo que, sinaliza desemprego estrutural. Concomitante, ocorreu a tendência de liberar tais trabalhadores desempregados pela indústria a buscarem trabalho no setor de serviços, caracterizado como modalidade de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’ e ligados à economia informal. Segundo o autor, todas estas categorias têm em comum um emprego e remuneração precários além disso, também têm desregulamentação das condições de trabalho, diminuição dos direitos sociais, fragilização da proteção e atuação sindical.

Como ilustração, Antunes (2003) comenta que no ano de 1988, 23.2% dos assalariados da Comunidade Européia eram empregados em tempo parcial ou em trabalho temporário. O autor afirma, que há uma tendência nos mercados, em diminuir os trabalhadores ‘centrais’, os quais são substituídos e demitidos sem custos. Cita a Inglaterra, como exemplo desta tendência, onde nos anos de 1981 a 1985 diminuíram os empregos permanentes em 6% e aumentaram os temporários em 16%.

A taxa de desemprego entre a população britânica, francesa, alemã e dos EUA é de 35 a 50%, os quais passam a realizar trabalhos precários e parciais. Até mesmo nos países de capitalismo avançado houve a diminuição dos empregos em tempo integral e aumento da procura pelo setor de serviços. Uma parcela expressiva destes trabalhadores é composta por mulheres, não só no setor têxtil, onde tradicionalmente elas trabalharam, mas também no ramo da microeletrônica, entre outros (ANTUNES, 2003).

A mudança na estrutura produtiva do mercado de trabalho incorporou significativamente a força de trabalho feminina em ocupações de tempo parcial, nos chamados trabalhos ‘domésticos’. Houve uma saída do trabalho industrial e um aumento no setor de serviços, absorvendo especialmente força de trabalho feminino, caracterizado por ser de tempo parcial, temporário e precarizado. Antunes (2003) acrescenta, que os empregos de tempo parcial, criados na França, entre 1982 a 1986, anunciam que mais de 80% deles foram ocupados por mulheres. Não somente na Europa, mas em diversos países de capitalismo

avançado, a participação feminina representa mais de 40% da força de trabalho. O fenômeno que anuncia o deslocamento de trabalhadores, de empregos permanentes para temporários, não é privilégio dos países centrais, pois nos países subdesenvolvidos também há alto índice de utilização de mão-de-obra, especialmente, a feminina, que se localiza em trabalhos não produtivos, como os serviços domésticos remunerados.

Para Antunes (2003), ocorre concomitante à saída dos trabalhadores do setor industrial para o setor de serviços outro fenômeno no interior da classe trabalhadora, o qual indica duas direções: acontece uma mudança que direciona o trabalhador rumo ao aumento da qualificação e, paradoxalmente, também ocorre uma maior desqualificação. Ou seja, há uma tendência de mudança, no processo de trabalho, decorrente do avanço científico e tecnológico, o qual por sua vez, exige que o trabalhador precise de crescente qualificação para operar tal aparato tecnológico. Como ilustração, apresenta o exemplo da fábrica japonesa Fujitsu Fanuc, automatizada, onde cerca de 400 operários trabalham. Há 400 robôs, que fabricam outros robôs e, a tarefa dos trabalhadores, restringe-se a reparar equipamentos danificados. Apesar da singularidade deste caso é possível constatar que este trabalho exige um processo de qualificação e intelectualização dos operários. A outra tendência para a classe trabalhadora é a desqualificação. Ela leva inúmeros trabalhadores a desempenhar atividades que não exigem qualificação, nem especialização, tanto ao operário industrial, quanto os temporários, parciais, terceirizados e também aqueles da economia informal, os quais somam cerca de 50% nos países de capitalismo avançado.

Como se verifica, não há uma tendência generalizante, em uma única direção no mundo do trabalho. Há um processo contraditório e multiforme, que complexificou e fragmentou a classe trabalhadora, intensificando a disputa especialmente, entre homens e mulheres no interior da classe trabalhadora. Houve significativa inclusão do trabalho feminino no processo produtivo, especialmente no setor de serviços. Antunes (2003) acrescenta que há uma complexa relação entre classe e gênero. Pois, a classe trabalhadora é masculina e feminina. É, por isso, diversa, heterogênea e complexa. O autor (ANTUNES, 2003 p. 54) reitera que:

Uma crítica ao capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presentes nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela

constituição do gênero-para-si-mesmo, possibilita também a emancipação do gênero mulher.

São inúmeros os estudiosos⁵¹ que destacam a interação e a articulação existentes entre classe, gênero e etnia, no mundo do trabalho. O ser humano é simultaneamente constituído trabalhador, com influência de sua cultura étnica, de gênero e de classe.

As pessoas que vivem sob o capitalismo estão separadas em classes sociais. Os que dominam econômica e politicamente são da classe dominante, que são compostas de diferentes segmentos sociais e, entre elas, figuram a burguesia financeira, a burguesia industrial, a burguesia agrária que podem ter interesses diferentes entre si, mas se aliam para manter a dominação. Mesmo não existindo homogeneidade entre as classes dominantes, elas demonstram competência para dominar e explorar a classe trabalhadora (homens e mulheres), a classe dominada, que também não possui homogeneidade, pois elas se fazem trabalhadoras com diferentes graus de qualificação, no desenvolvimento do sistema produtivo, recebendo salários diferenciados.

Mesmo que esta pesquisa não esteja focada no estudo do fenômeno étnico é importante assinalar sua participação, pois ele interage com classe e gênero, no processo de dominação e exploração. Saffioti (1987) afirma que há articulação entre patriarcalismo-racismo-capitalismo no processo de dominação-exploração dos seres humanos.

A autora acrescenta, que o capitalismo é posterior ao patriarcalismo e ao racismo. Estes já existiam na Grécia, também em Roma, mas depois se fundem no sistema feudal. Mais tarde, com o advento do capitalismo, os três sistemas se articulam no processo de dominação-exploração. Um sistema não é mais importante que o outro no processo de construção do fenômeno dominação-exploração, pois estes se articulam e se completam dinamicamente.

Conforme a autora, se o patriarcado continuasse a ser regido por leis específicas, os homens continuariam a ser os únicos provedores e, conseqüentemente, as mulheres não estariam trabalhando fora de casa. Foi o capitalismo com sua dinâmica que possibilitou às mulheres a oportunidade de trabalhar fora, na medida da demanda do capital.

⁵¹ Por ordem alfabética destacamos entre outros, alguns autores com os quais o leitor poderá aprofundar a discussão concernente à interface entre classe, gênero e etnia: Albertina Costa (1992), Antunes (1999), Cristina Bruschini (1992) Elisabeth Souza-Lobo (1992), Guacira Lopes Louro (1995), Heleieth Saffioti (1992, 1994), Joan Scott (1990), Maria Inez Silveira Paulilo (2003), Mészáros (2002), Miriam Pillar Grossi (1998), Maria Heilborn (1998), Mara Lago (1999) e Neuma Aguiar (1997).

Enfim, os três sistemas interagem e são bem articulados entre si, tornando-se impossível transformar um deles e deixar intocado os demais. Porém, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, assim como, também está presente no âmbito da discriminação racial. Por isso, o poder masculino está presente nas classes dominantes, nas subalternas, entre as populações brancas e não-brancas, tornando-se as relações de gênero uma temática de enorme relevância na atualidade.

Já em relação à temática concernente às relações de gênero, a mesma está inscrita em um amplo contexto de discussão em várias áreas do conhecimento⁵². Tal fato assegura a relevância em se estudar gênero na atualidade. Além disso, esta temática tem sido preocupação do próprio MST, o qual possui um núcleo de estudo e discussão acerca do assunto.

Scott (1995) aborda a emergência e utilização do termo gênero em diversas áreas do conhecimento, apresentando seus diversos significados e empregos no âmbito histórico-social⁵³. A autora fala das vertentes dos estudos de gênero, suas contribuições e limitações, afirmando que o conceito possui um caráter histórico imbricado com as relações sociais, o qual pode servir como uma categoria de análise, ao lado de outras já consagradas, como a classe, a política e a raça⁵⁴.

⁵² Entre as diversas áreas do conhecimento que pesquisam e estudam relações de gênero pode-se destacar a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Lingüística, a Economia do Trabalho e a Administração.

⁵³ O leitor poderá se aprofundar acerca da emergência da categoria histórica gênero com os seguintes autores: Neuma Aguiar (1997), Guacira Louro (1996), Grossi e Miguel (1994), Mara Lago (1994), Joan Scott (1995), Elisabeth Souza Lobo (1991) e Heleieth Saffioti (1978, 1979, 1987, 1994).

⁵⁴ A autora enfatiza que as palavras possuem uma história. Gênero designava, primordialmente, uma categoria gramatical para o sexo masculino e feminino. As feministas se apropriaram do termo e o utilizaram para se referirem ao caráter social da relação entre os sexos. A ênfase das feministas era terminantemente contra o 'determinismo biológico' (ou seja, era contra a idéia de que alguém que possui sexo masculino seja determinado devido ao sexo biológico a sua existência como homem e vice-versa), pois entendiam que os homens e mulheres se definem reciprocamente nas relações.

Paulatinamente, a categoria gênero vai se distanciando da ênfase feminista e passa a significar o estudo das relações sociais entre os sexos. A ênfase dada pelas feministas faz recair sobre as construções sociais a criação das habilidades e dos papéis dos homens e mulheres.

As feministas se inserem em uma das três proposições teóricas acerca de gênero: do patriarcado, do marxismo e da psicanálise. Os teóricos do patriarcado compreendem que a desigualdade entre homens e mulheres ocorre a partir de características organicistas, as quais são universais. Esta vertente não explica como as desigualdades de gênero se articulam com outras desigualdades. Os representantes da vertente teórica do marxismo compreendem o fenômeno pela via histórica e de sistemas duais capitalismo combinado com patriarcado. A ênfase desta vertente teórica recai sobre as relações de produção como responsáveis pela diferenciação sexual ou de gênero. Os teóricos da psicanálise procedem de diferentes escolas, mas de forma geral, para eles, no desenvolvimento infantil deve-se buscar respostas para se compreender como a identidade do sujeito ocorre.

As relações de gênero se estabelecem no terreno do poder onde ocorre a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados⁵⁵. Compreendido desta maneira, as relações de gênero implicam relações hierárquicas entre homens e mulheres, expressando relações de poder estabelecidas por estes.

São inúmeros os autores que discutem gênero e contribuem teoricamente na elucidação das relações de poder entre os homens e as mulheres. Uma das vertentes teóricas consistentes que tem questionado a centralidade da categoria classe na análise de relações de gênero aparece representada pelos estudos culturais, tendo como representantes Maria Ignez Paulilo e Guacira Louro. Destacada a relevância desta vertente, neste estudo não vamos inserir esta demarcação teórica pela opção feita à vertente marxista.

Nesta pesquisa, será tomada como categoria de análise a perspectiva de gênero, conforme Saffioti (1992), a qual expressa a construção social dos homens e das mulheres mediada por relações de poder, empreendidas como produto de relações sociais historicamente datadas. Para a autora, relações de poder não significa ausência de poder. Ambos possuem poder mesmo que seja em quantidade desigual. Deste modo, a desigualdade não deve significar necessariamente uma relação hierárquica, mas trata-se de uma relação contraditória, cada um com seus poderes, um para preservar e o outro para tornar menos incompleta sua cidadania.

A partir desta concepção teórica, constituição do homem e da mulher (a identidade de gênero) não se origina devido ao fator biológico (orgânico), nem nasce na mente humana, mas vai sendo tecida nas relações sociais. Quando se afirma o caráter histórico da constituição de gênero, nega-se a concepção essencialista⁵⁶. Concebendo-se que gênero (ser homem e ser mulher) é construído historicamente pode-se pensar que os seres humanos que se fazem homens e mulheres nas relações sociais poderão, inclusive, modificar esta construção na medida em que as relações forem alteradas.

Como ocorre a construção-configuração de gênero? Não provém da simples existência de dois sexos, ou seja, gênero não é sinônimo de sexo, mais que isso, ele é

⁵⁵ De acordo com Saffioti (1987), a exploração se situa no âmbito econômico e a dominação ocorre na esfera política.

⁵⁶ A visão essencialista sobre o surgimento de gênero (masculino e feminino) entende que é a partir do substrato orgânico-biológico, que se forma o homem e a mulher, independente das relações sociais, ou seja, nesta concepção, para alguém ser mulher, bastaria nascer com genitália feminina, pois ser mulher é entendido como substancial, como uma possibilidade *à priori*, que é determinada apenas e simplesmente pelo sexo biológico.

engendrado em relações sociais, historicamente determinadas. Alguém pode se tornar homem ou mulher, dependendo das relações sociais e dos investimentos simbólicos disponibilizados que se apropriar. Assim, é possível entender a frase de Simone de Beauvoir, que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” ou seja, elas nascem biologicamente com genitália feminina, mas no decorrer das relações sociais, passarão a se apropriar de uma determinada maneira de ser, neste caso, aprenderão a ser e viver, tornando-se mulheres.

Cada ser é configurado homem ou mulher ao se apropriar dos significados sociais construídos e disponibilizados nas relações sociais. Por isso, gênero é sempre uma constituição criadora que se processa incessantemente⁵⁷.

As relações de gênero refletem determinadas concepções de gênero, configuradas por homens e mulheres nas relações sociais. Neste sentido, não é necessário ser homem, por exemplo, para vivenciar e expressar concepções e atitudes machistas e hierárquicas. Estas concepções podem ser apropriadas e partilhadas tanto por homens, quanto por mulheres, através de uma existência discriminadora.

A organização social de gênero constitui diferentes visões de mundo, de maneira que a perspectiva das mulheres e seus interesses podem divergir do ponto de vista dos homens. As influências recebidas e experiências vividas no cotidiano adquirem um colorido de gênero, da mesma forma como ocorre com a classe e a etnia, pois a vida não é vivenciada/experenciada de maneira igual, por homens e mulheres, mesmo que estes pertençam à mesma etnia, sejam da mesma classe e pertençam ao mesmo gênero.

As relações de gênero se constituem e se expressam em diversas esferas sociais, tanto no âmbito da produção, quanto da reprodução. Mediante as relações sociais são trocados não somente mercadorias, força de trabalho, mas também, emoções de toda ordem: tanto solidariedade quanto hostilidade, amor como ódio, liberdade como opressão. O ser humano se consome em qualquer atividade de interesse pessoal. Produção e reprodução são faces do mesmo processo de constituição da vida (SAFFIOTI, 1992).

⁵⁷O sujeito está em permanente fazer-se. O sujeito se constitui nas relações sociais, permanentemente, pois gênero não pode ser compreendido linearmente, de maneira, que depois de originado, o ser humano adquira uma forma fixa e cristalizada para sempre. Escolher uma espécie de corpo seja masculino ou feminino, viver e usar o corpo como homem ou mulher, implica reinterpretar significados e estilos corporais, já estabelecidos socialmente. Assumir um gênero consiste em re-significar normas de gênero (relações de gênero) recebidas, organizá-las e reproduzi-las novamente nas relações cotidianas. Gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação aberta à diversas possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O sujeito reinterpreta possibilidades recebidas e experimenta um modo peculiar de existir como homem ou mulher (SAFFIOTI, 1994).

2. 4. 1. Gênero nos documentos do MST

O MST vem construindo um projeto de conquista da terra e a instauração de uma sociedade com características igualitárias entre os seres humanos e, conseqüentemente entre os homens e mulheres. Desde o início do MST, as questões relativas às “mulheres” receberam a atenção do movimento.

No decorrer dos vinte anos de história do MST houve destacada intenção de promover a participação das mulheres em todas as atividades do movimento, sendo que a sua inserção em todas as instâncias (direção, setores e núcleos) é entendida como sendo uma condição necessária para a efetivação do projeto de construção de uma *nova sociabilidade humana*.

O movimento produziu diversos documentos⁵⁸ para orientar os sem-terra acerca dos processos organizativos, visando a formação dos quadros para o desempenho da luta pela conquista da terra e transformação da sociedade. Vários pesquisadores têm estudado os documentos do MST. Entre os estudos mais recentes que se referem às questões de gênero vou destacar na seqüência os trabalhos de Melo (2001), Silva (2003) e Salvaro (2004).

A pesquisadora Melo identifica nos escritos do movimento concernente às relações de gênero, momentos distintos: o primeiro compreende o período a partir da emergência do movimento e vai até 1989, no qual as atenções se voltam para a definição dos princípios políticos e os objetivos mais imediatos, para a efetivação da luta pela Reforma Agrária. Nos documentos deste período, aparecem resoluções para solucionar conflitos surgidos em relação à participação das mulheres no MST. O segundo momento compreende o período entre 1990 e 2000, no qual o movimento esboça princípios, considerados necessários para a instauração de relações, que viabilizem a emergência de uma nova sociedade. Nesta fase, os documentos contemplam discussões para partilhar a luta e romper com as condições que produzem uma sociedade de exploradores e explorados. Entretanto, o movimento explicita que a transformação da sociedade não depende apenas da socialização dos meios de produção,

⁵⁸ Os documentos produzidos pelo MST são realizados principalmente pela estrutura central e possuem abrangência e divulgação nacional. Entre eles estão os **Cadernos de formação, Cadernos de cooperação agrícola, Cadernos de experiências históricas de cooperação e os Cadernos de educação**.

sendo necessário também modificar as múltiplas relações sociais que constituem a realidade social (entre elas, as relações de gênero) a fim de se implementar uma *nova sociabilidade*.

A pesquisadora Silva (2003) também estuda os documentos do MST relativos à gênero e pontua que até o final dos anos 80, o material didático utilizado no trabalho com as mulheres, em sua maioria, era produzido principalmente por outras instituições e não pelo movimento. Inicialmente, as discussões eram feitas com material produzido pela Igreja Católica e Luterana, em parceria com a “Articulação Nacional de Mulheres Agricultoras Rurais (ANMTR), o Movimento de Mulheres Agricultoras Rurais (MMA) de Santa Catarina, entre outros”.

Após ter estudado os documentos e relatórios do MST, a pesquisadora assinala que encontrou referências, no início dos anos 80, em textos, que discutiam uma maneira de organizar o trabalho com as mulheres do movimento. Mas foi a partir do Caderno de Formação nº 5, que se explicita a intenção de “inserir as mulheres na luta”. Em 1988, no 4º Encontro Nacional do MST, ocorrido em Piracicaba, SP, foi criada uma comissão específica para discutir questões relativas às “companheiras”. Na metade da década de 90, foi criado o Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Deste momento em diante foi produzido dentro do movimento mais materiais relativos às mulheres e pela influência da academia, começam a incorporar, nas discussões, a terminologia gênero. Finalmente em 2000, publica-se uma cartilha⁵⁹, agora sob a responsabilidade do Coletivo Nacional de Gênero do MST.

A pesquisadora Salvaro (2004) também fez uma revisão bibliográfica nos documentos do MST sobre relações de gênero e sinaliza que após duas décadas de debates internos no movimento, a temática continua presente “nos discursos produzidos pelo MST”. A pesquisadora sugere que o assunto recorrente implica que muitas dificuldades e conflitos relacionais ainda não foram resolvidos, ao mesmo tempo, explicitam que efetivamente o interesse do MST se volta às relações de gênero, porque o movimento compreende que a luta não se restringe à conquista da terra, mas inclui outras mudanças, entre elas, a transformação da sociedade e as relações que a instauram.

Conforme a pesquisadora, o MST tem objetivos de transformar a sociedade, os quais estão reunidos nos diversos documentos, que são utilizados pelos sem-terra para promover a organização de acampamentos e assentamentos.

⁵⁹ Coletivo Nacional de Gênero do MST. **Mulher sem terra**. São Paulo: GH e Editora 2000.

Salvaro (2004), em seu relatório de pesquisa dá destaque à uma assentada que integra a direção do Sepé Tiaraju, a qual é referência no assentamento, concernente às questões de gênero. O destaque da referida assentada sobre as discussões de gênero mostra que a temática é conhecida e discutida não só no MST, mas também circula fluentemente nos debates empreendidos no assentamento estudado.

Os estudos de Melo (2001), de Silva (2003) e Salvaro (2004) evidenciam mudanças ocorridas no decorrer do processo histórico de existência do movimento, no modo como ele vem abordando as relações de gênero. As mudanças ocorridas, no decorrer da história do MST, são marcadas pela luta contra os adversários “externos” ao movimento e também pelas tentativas de superar os impedimentos “internos” (inclui-se aqui as relações de gênero), no esforço de instaurar sujeitos, que se relacionem em sintonia com as características pertinentes ao *novo* que se pretende construir.

Para falar sobre a preocupação do MST na instauração de uma sociedade igualitária e solidária, incluindo sua busca para aperfeiçoar as relações de gênero, na presente pesquisa, optei pela escolha de uma coletânea de textos⁶⁰, os quais são conhecidos e difundidos no assentamento estudado. Dentre eles, serão destacados a seguir alguns estudos utilizados pelos assentados no Sepé Tiaraju, os quais têm contribuído para a discussão sobre relações de gênero.

Lígia Mendonça, no texto *Luta de gênero e classe* (MST, 1998, p. 6/12), realiza críticas ao posicionamento do MST, o qual concede prioridade às questões relativas à classe, considerando esta luta mais importante e, deixando as relações de gênero em segundo lugar. É relevante lembrar que este material é produzido pelo próprio MST, através da Área de Gênero. Portanto, é uma autocrítica, a qual, ao mesmo tempo, reconhece as limitações do movimento quando se trata de atacar as dificuldades, não restritas às lutas políticas e, também, ressalta a necessidade de se considerar as relações sociais no cotidiano do(s) assentamento(s) e de toda a sociedade, de modo que a instauração de uma *nova sociabilidade* precisa contemplar e incluir nestas transformações, as relações de gênero.

⁶⁰ A coletânea **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo, (MST 1998) contém os textos de Lígia Mendonça: **Luta de gênero e classe**. James Petras: **Uma revolução dentro da revolução**. Rede Mulher: **Educar para não discriminar**. Isabel Greem: **Mulher e trabalho**. Miriam da Silva & Nalu Faria Silva: **O que é ser mulher?** Coletivo Nacional de Mulheres do MST: **A questão das mulheres no MST**.

A autora fala de dificuldades no MST, relacionadas à gênero. Como exemplo, cita casos em que as mulheres enfrentam dupla jornada de trabalho e se forem militantes, há ainda uma terceira jornada. Questiona, perguntando, como as mulheres poderão participar das instâncias políticas do movimento se não há estrutura adequada para deixar os filhos, tais como creches, que neste texto fica entendido como um direito das crianças e não um problema particular das mulheres. Conforme a autora, a falta de estrutura inibe a participação/representatividade efetiva das mulheres nas diversas instâncias do movimento. Conforme a autora, as dificuldades sentidas são estruturais, implicando que enquanto não se “alterar” a organização do movimento não ocorrerão as mudanças esperadas. A organização do movimento adequa-se à estrutura adotada sob o modo de produção capitalista, no que se refere à divisão sexual do trabalho, o que tem dificultado a promoção de mudanças nas relações de gênero.

Outra questão que o texto critica e acha injusto é a possibilidade de muitas mulheres se desenvolverem no *espaço público*, graças a outras mulheres, que cumprem os trabalhos domésticos. A autora questiona a rígida divisão sexual do trabalho estabelecido na sociedade capitalista, inclusive, questiona as creches do próprio movimento (denominadas no MST de Ciranda Infantil⁶¹) que delegam as tarefas de cuidado das crianças às mulheres, como se a educação e o cuidado fossem uma atribuição natural do ser feminino. A autora acrescenta que, da mesma maneira que a mulher tem medo de ocupar lugares, isto é, posições de comando e destaque no movimento para não ser criticada, ocorre também o fato de não querer partilhar o espaço doméstico com os homens, temendo perder o único lugar onde elas têm poder.

Os textos de Saffioti (1992) ajudam a compreender que as relações humanas são permeadas pelo poder, implicando que tanto o homem quanto a mulher possuem poder, mesmo que seja em proporções desiguais. Neste caso, fica demarcado que há lugares privilegiados onde os poderes estão em jogo e confronto. O espaço da casa está historicamente investido de inúmeros significados relacionados ao feminino. Razão para temer em partilhar um local, onde culturalmente as mulheres têm cuidado e dominado, pois

⁶¹ No Sepé Tiaraju 06 crianças participam todas as tardes (segunda a sexta) da Ciranda Infantil acompanhadas por uma educadora do assentamento. As atividades da Ciranda ocorrem na escola pública municipal situada no âmbito do assentamento. Entre as principais atividades das crianças estão os jogos, as brincadeiras, os desenhos e pinturas, que constituem como parte do processo educativo infantil.

isso pode representar a perda do local onde a sociedade estabeleceu de domínio feminino, onde elas exercitam hegemonicamente seus poderes.

Finalizando seu texto, Lígia Mendonça (MST, 1998) faz críticas ao modelo de homens e mulheres produzidos sob o capitalismo. Critica o estereótipo do “machão” por dificultar o aparecimento de características como solidariedade e sensibilidade, indispensáveis no conjunto dos valores necessários ao *novo homem e à nova mulher*, que o MST se propõem a instaurar.

As críticas feitas pela autora devido o MST privilegiar a luta de classes às questões de gênero são realizadas pelas mulheres através do Coletivo de Gênero. Ninguém melhor do que as mulheres podem expressar a realidade que estão enfrentando. Porém, a gênese da desigualdade entre homens e mulheres não tem origem dentro do MST, mas antecede até mesmo a emergência do modo de produção capitalista.

Ocorre que o capitalismo não demonstra nenhum interesse em alterar as relações de gênero até porque seu objetivo não é este. Aliás, o sistema de produção tem aproveitado estas desigualdades de gênero para fragilizar não só as mulheres, mas para submeter toda a classe trabalhadora, demonstrando que tanto os homens quanto as mulheres são explorados pelo sistema de produção. Este fato demonstra a complexidade na luta por igualdade entre homens e mulheres (gênero) sem alterar a atual divisão sexual do trabalho, fato que remete à luta de classes. A luta de homens e mulheres na construção da emancipação precisa ocorrer simultaneamente em várias frentes. A emancipação das mulheres implica também a emancipação dos homens. A emancipação só pode ocorrer, portanto, quando homens e mulheres superarem as contradições relativas à classe e também de gênero.

No texto, *A questão das mulheres no MST*⁶², assinado pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST (MST, 1998, p. 48-52), o objetivo é: “elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na sociedade que queremos construir”.

Conforme expresso no objetivo, o Coletivo explicita que a prioridade do movimento é aumentar a participação das mulheres na luta. Portanto, para ampliar as forças do movimento na luta pela construção de uma *nova sociabilidade*, invoca-se a participação massiva das mulheres, implicando em uma participação feminina para satisfazer os interesses que

⁶² Este texto faz parte da coletânea: **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo, (MST 1998).

supervalorizam a luta política, mas que sugere ao mesmo tempo, menor importância às questões de gênero.

Na seqüência, o documento expressa que o papel das mulheres no MST é o mesmo papel político dos homens, acrescentando um tom de gênero, ao de classe trabalhadora: *sendo elas 50% dos sem-terra, nos acampamentos e assentamentos, implica que também 50%, depende de suas decisões e ações*. Através desta constatação, o Coletivo pretende demonstrar em termos proporcionais, a importância da participação feminina na luta política, entretanto, a ênfase está voltada unicamente ao aspecto político, esquecendo de contemplar outras dimensões da luta, tais como outras dificuldades vividas nos assentamento⁶³ pelas mulheres.

Desde o seu início, o movimento sentiu a necessidade de incluir a mulher em sua luta. Embora, o papel para as mulheres desempenhar era o mesmo que o dos homens: participar das mobilizações, encontros, cursos, reuniões e demais compromissos inerentes à luta política.

Por isso, o movimento incentiva participar a metade homens, e a outra metade mulheres em eventos, entretanto, a cota estabelecida esbarra em diversas questões, entre elas, estão as estruturais, que dificultam as mulheres se libertar dos afazeres domésticos. As limitações do movimento na representatividade das mulheres expressam que o empenho realizado para possibilitar condições concretas estão deixando a desejar.

O documento supra citado (MST, 1998) aponta que um dos motivos da inibição das mulheres na militância ocorre devido às instâncias de poder serem *excessivamente masculinizadas*, não oferecendo espaço para que seja *militante/mãe/mulher* ao mesmo tempo. Nota-se aqui, a insistência de firmar a mulher como militante. Entretanto, a queixa do Coletivo Nacional de Mulheres do MST é que a mulher permanece relacionada à maternidade, um atributo que sugere uma posição um tanto cristalizada/naturalizada, pois fixa a mulher à condição natural de desempenhar as funções maternas.

Na seqüência do texto, o Coletivo Nacional de Mulheres do MST comenta, que se a mulher sai para a militância (reuniões, encontros, passeatas, congressos, cursos), a *família*

⁶³ Segundo o Coletivo Nacional de Mulheres do MST (1998:50) são vários os objetivos específicos da participação das mulheres nas instâncias de poder. Entre eles, destacam-se: “Fortalecer o MST nas suas diversas instâncias e setores. Fortalecer o avanço das forças produtivas dentro do assentamento. Obter o conhecimento da mulher no meio rural e na história da classe trabalhadora. Estabelecer uma relação de companheirismo e solidariedade entre homem e mulher, isto é, buscar uma relação de novo tipo. Identificar as classes econômicas, sociais, culturais e políticas que impedem a participação integral das mulheres”.

(marido e filhos) e a *sociedade cobram explicações*. Além disso, o próprio movimento não se contenta com a dedicação de parte do seu tempo (em casa e na militância) e a *condena* ao invés de *aceitá-la como diferente*.

Esta crítica feita pelo Coletivo às condições estruturais permite pensar que para a mulher conseguir participar assiduamente dos embates políticos, são necessárias mudanças estruturais na organização do movimento. Mészáros (2002) é um dos autores que faz alusões à necessidade de se modificar a divisão sexual do trabalho, conforme está construída para que se consiga construir a *verdadeira igualdade* entre homens e mulheres. Entre os requisitos estruturais apontados pelo autor, está a reorganização do trabalho (reconfiguração da divisão sexual do trabalho, conforme está estruturada sob o modo de produção capitalista), de modo que possibilite a participação da mulher na militância, sem que isso implique, quando retornar para sua casa, ter que realizar o trabalho doméstico, que ainda não foi feito.

Efetivamente, a participação das mulheres, não tem sido pouca, nas lutas no MST, nem fora dele. Sob o capitalismo, a dupla jornada de trabalho é a regra. No MST também, pois conforme a constatação do Coletivo de Mulheres, o trabalho doméstico limita sua atuação na militância. Ora, como será possível ampliar a participação feminina na militância sem atacar (reestruturar) a divisão sexual do trabalho?

Um aspecto do texto que merece atenção é a responsabilização das mulheres do MST, pelo fato de não atuarem massivamente na militância, esquecendo que esta pouca/insuficiente participação está relacionada e configurada, segundo à divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, que o próprio movimento perpetua na sua estruturação/organização. Outro aspecto que permeia os discursos do Coletivo de Mulheres, sobre a pouca participação feminina na militância política é a idéia de que as mulheres têm oportunidade e condições de participar do poder e da militância, em condições de igualdade com os homens, entretanto, não se interessam, não querem ou não aproveitam as possibilidades, transparecendo, portanto, que a luta não se intensifica, exatamente devido ao pequeno interesse e disposição das mulheres. Outrossim, o Coletivo tece comentários relevantes na busca de soluções, apontando para a necessidade de redimensionar a divisão sexual do trabalho, ao apontar que é necessário achar uma solução coletivamente para conciliar as esferas de militante e mulher.

O Coletivo Nacional de Mulheres do MST encerra as discussões do texto com os objetivos específicos, a fim de possibilitar a participação das mulheres. Há a sugestão de discutir as questões de gênero em todas as esferas do movimento para que o MST torne-se mais *orgânico* na luta de instauração de uma *nova sociabilidade*.

Conforme constataram os autores internos do MST, a luta estratégia do movimento na construção de uma *sociedade socialista* se inscreve primordialmente pela luta de classes. Nesta luta estão incluídos os trabalhadores, sejam homens ou mulheres. Entretanto, mesmo que o foco do movimento se volte para as contradições de classe, mesmo que de maneira secundária ele também converge atenção às questões de gênero, pois entende que a classe trabalhadora não consegue emancipação enquanto não solucionar dificuldades cotidianas vividas pelos homens e pelas mulheres.

A partir da discussão destes autores é possível pensar que as conquistas que os sem-terra alcançaram em termos de emancipação das mulheres (seja na dimensão econômica, política ou social) implicam benefícios em igual medida aos homens (vice-versa). Neste sentido, a emancipação das mulheres (sem-terra) fortalece a luta dos trabalhadores na direção de estabelecer uma *nova sociabilidade*.

2. 4. 2. Pesquisas de gênero no MST

As primeiras referências à causa das mulheres em pesquisas no MST aparecem desde a emergência do movimento, nos anos 80. Lisboa⁶⁴ foi uma das pioneiras no estudo a respeito da importância da participação das mulheres, na luta do MST, no estado catarinense. Lisboa (1988) referencia a valorização das ações das mulheres no processo de luta pela conquista da terra. Conforme a autora, a organização das mulheres no campo, na busca por seus direitos, começa a tomar forma na década de 1980. Um dos exemplos de organização para a luta é o “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais” (MMTR) ou “Mulheres Agricultoras” (MMA)⁶⁵, as quais passam a reivindicar direito à sindicalização, à terra, à previdência social,

⁶⁴ Teresa Kleba Lisboa em sua obra, **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988, a autora dedica à temática, um tópico especial denominado *Valorização do Papel das Mulheres*.

⁶⁵ Conforme Paulilo (2003), os movimentos autônomos de mulheres possuem uma *estrutura fluida*, o que pode ser observado até no seu nome original. Mesmo havendo uma organização nacional denominada Movimento de

à aposentadoria, entre outros. No oeste catarinense, há núcleos do Movimento em cerca de 40 municípios. O início do Movimento foi em Chapecó em 1981, articulado à oposição sindical, o qual adquiriu autonomia em fins de 1982.

Lisboa (1988) comenta que em 1986, em um encontro estadual, em Xanxerê, o MMA reuniu 20 mil mulheres agricultoras do estado catarinense. As pautas deste encontro objetivavam exigir da “Nova República”, a Reforma Agrária, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, com direito à previdência social, aposentadoria aos 45 anos e o fim da violência contra todos os trabalhadores. Neste ano também foi eleita deputada estadual, a agricultora Luci Choinaski, representante do Movimento (MMA).

Outra autora que tem estudado a temática é Paulilo⁶⁶, a qual, recentemente realizou pesquisas, nas quais faz questionamentos teóricos sobre os movimentos de mulheres no campo. Seus estudos auxiliam na compreensão dos significados da luta, empreendida por três movimentos de mulheres rurais: os movimentos autônomos (MMA), o movimento de mulheres do MST e o movimento sindical.

Os objetivos da pesquisadora são: identificar como ocorre a hierarquização das questões de classe e gênero nestes movimentos, quais são suas representações que legitimam as escolhas adotadas e quais são os pontos de convergência e divergência entre os movimentos.

A autora afirma que há diferenças significativas entre os movimentos⁶⁷. Entre elas, aparece como destaque, para o MST e os sindicatos, a relevância concedida à luta de classes, mas para os movimentos autônomos, o foco de interesses recai sobre gênero e as preocupações das mulheres no seu dia-a-dia.

Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no RS, e em SC ele mantém sua denominação Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), enquanto que no PR é conhecido como Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais (OMTR). Conforme a autora, todas estas denominações se referem efetivamente ao MMA.

⁶⁶ PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Mesa-redonda: Trabalho Familiar Feminino e Multifuncionalidade Agrícola no Workshop Agricultura Familiar: Reestruturação Social e Capacitação Humana, UFSC, 12/06/2003. Policopiado. O leitor poderá encontrar este título na revista **Estudos Feministas**/ Universidade Federal de Santa Catarina/CFH/ Centro de Comunicação e Expressão. V. 7, n. 1-2, (1999) – Florianópolis: UFSC, 1999.

⁶⁷ Constatação semelhante foi encontrada pela autora Stephen (1996), a qual realiza um estudo comparativo entre movimentos de mulheres no Brasil e no México e constata uma frustração entre a liderança do MMTR (no RS) por não terem podido participar ativamente de debates e decisões importantes quando estavam vinculadas ao MST (outras ao sindicato de oposição e outras à pastoral de mulheres rurais). Agora, a agenda do MMTR (no RS) não se limita à temática classista, mas também contempla discussão sobre gênero, discriminação contra as mulheres, violência doméstica, sexualidade feminina, saúde reprodutiva, parto, esterilização, controle da natalidade, aborto, papéis desiguais no trabalho, entre outros assuntos pertinentes ao interesse das mulheres.

O MST e os sindicatos priorizam a luta de classes e o *modelo de participação política* adotado é o *masculino*. Nestes movimentos, o discurso acerca da igualdade de gênero aparece como consenso, apesar de se exigir das mulheres um *comportamento masculino*. Conforme a autora, tanto o MST quanto os sindicatos tecem críticas aos movimentos autônomos de mulheres (entre eles está o MMA) por causa de sua preocupação focal (nas questões de gênero), entendida como ato que “divide a luta”, evidenciando que ao MST e aos sindicatos estudados, a luta se concentra na classe, ficando, portanto, em segundo plano, a luta das mulheres pela igualdade.

Conforme Paulilo (2003), a preocupação das mulheres do MST está focada na Reforma Agrária, enquanto o interesse das mulheres dos sindicatos assenta-se sobre a agricultura familiar e, para as mulheres dos movimentos autônomos, a saúde aparece como prioridade. A autora também percebeu objetivos comuns entre os movimentos, pois todos eles contemplam o debate de assuntos relacionados à visibilidade das mulheres trabalhadoras rurais.

Conforme as autoras constataram, a atenção dispensada à causa das mulheres está presente no MST desde a sua gênese. Portanto, a categoria gênero vem sendo estudada pelos assentados do movimento desde sua inserção nos acampamentos, e continua recebendo aprofundamentos, nos assentamentos.

Esta temática também tem sido pesquisada tanto no MST quanto fora dos círculos dos movimentos sociais. Estudos sobre relações de gênero fazem parte das categorias estudadas na academia, tanto na graduação quanto na pós-graduação. As pesquisas são pautadas por diferentes matrizes teóricas. Dentre elas, algumas se destacam, especialmente as mais recentes sobre o assunto. Por isso, a seguir destacarei diversas pesquisas realizadas conforme sua ocorrência cronológica.

Em sua pesquisa, Pavan⁶⁸ (1998) concentra sua atenção nas mulheres assentadas do MST. Para ela, as mulheres são sujeitos da luta e participantes ativas na construção do Movimento. O objetivo da pesquisadora é dar visibilidade ao protagonismo das mulheres na luta pela terra, com duplo destaque: 1) focando o MST na perspectiva das mulheres,

⁶⁸ “AS MARIAS SEM-TERRAS – Trajetórias e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão, SP – 1985/1996” foi apresentada ao Mestrado em História Social da PUC/SP em 1998.

retratando suas histórias de vida e 2) visualizando a complexidade da prática das mulheres assentadas.

A pesquisadora analisou o cotidiano das mulheres e o significado que atribuem às suas lutas. Avaliou três dimensões: 1) na trajetória de vida, observou a formação cultural destas mulheres; 2) analisou o que elas pensam acerca dos resultados sociais, políticos e econômicos resultantes da luta pela terra e, 3) analisou as relações cotidianas, as quais incluem desde a solidariedade à tensões.

A questão de pesquisa que acompanhou a pesquisadora foi: qual o caminho percorrido pelas mulheres na luta pela terra, nas fileiras do MST? Para responder a esta questão, ela entrevistou nove mulheres. Tomou como categoria de análise a cultura, optando pela história oral, como método de investigação e pela história de vida das mulheres e seus modos coletivos no assentamento. Foi utilizado neste estudo, o conceito de memória e os significados que as mulheres atribuem aos fatos vividos.

A pesquisadora constatou que, após o acampamento do grupo estudado, houve a necessidade de organização do trabalho para garantir a subsistência, que é feita de forma coletiva, sendo que o trabalho é realizado com base na divisão sexual de tarefas.

Na percepção da pesquisadora, as mulheres estão fazendo história, assim como seus companheiros, em um processo de luta permanente. Os homens têm tido maior visibilidade, mas as mulheres, também estão nesta história e são protagonistas na luta pela terra. Segundo a pesquisadora, o avanço delas, ainda é pequeno diante das desigualdades de gênero existentes no assentamento. A seu ver, a ocupação da terra e a organização do assentamento, possibilitaram o desenvolvimento pessoal e viabilizaram a criação de novas relações sociais, que alteraram uma cultura tradicional, vigente no campo. Embora protagonistas de mudanças, a emancipação feminina demanda outras lutas, segundo conclusões deste estudo. Entretanto, há mudança nas relações de poder e *nos papéis*, que as mulheres desempenham na produção e na família, que contribuem para superar alguns condicionadores, que tornam desiguais as relações de gênero.

Poker (1999) realiza uma pesquisa⁶⁹ em assentamentos do MST localizados no estado de São Paulo. O autor estuda a instauração do processo de coletivização através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), cooperação na produção nos assentamentos e experimentação de relações sociais alternativas que buscam criar condições para a instauração de uma *nova sociabilidade* humana. Conforme o autor, o projeto de cooperação proposto pelo MST encontra *resistências* entre os assentados, os quais percebem a coletivização como uma ameaça ao *projeto de vida* assentado na autonomia representada pela *administração familiar-individual da terra*.

Conforme o autor, a metodologia do movimento para estabelecer a cooperação depende de *mudanças culturais* na vida dos assentados para que ocorra a incorporação de *outro sistema de valores*, sustentado pelas relações de coletivização do trabalho e uso da terra. Entretanto, o processo de cooperação (SCA) nem sempre se consuma com êxito, aparecendo *resistências* e até *dissolução* de algumas experiências que foram instauradas.

Outrossim, o autor destaca que, no contexto dos acampamentos, a *re-socialização* (re-socialização entendida como um processo implantado via cooperação na produção da existência de maneira coletiva ocorrida nos acampamentos) ocorre com maior facilidade devido à *ruptura com a vida anterior*. Nos acampamentos, os sujeitos estão conscientes que vivem situações transitórias, mas as novas práticas sociais (no caso, a cooperação empreendida pela organização do trabalho para assegurar a existência) produzidas e experimentadas nesta fase, raramente permanecem no âmbito do assentamento. Já, a partir do momento de instauração do assentamento, quando a conquista da terra se efetiva, na concepção da maioria dos sem-terra, a mobilização chega ao fim. Então, ocorre um retorno à condição anterior, marcada pelo ideal de autonomia proporcionada pela *administração familiar-individual* da terra.

Porém, conforme Poker (1999), as experiências de organização da vida em forma de cooperação provocam uma *redefinição* nos *papéis de gênero* através dos quais se configura *uma nova subjetividade* que altera a participação do homem e da mulher tanto no espaço doméstico quanto fora dele. O autor reitera, que a reconfiguração da subjetividade não

⁶⁹ POKER, GERALDO A. B. “**Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária**”. Tese de Doutorado em Sociologia da Universidade de São Paulo, Setembro de 1999.

acontece de maneira uniforme. Por isso, é possível perceber a *heterogeneidade* nos assentamentos, representada pela diversidade dos *papéis* desempenhados pelos homens e pelas mulheres, determinados por situações onde estes atuam.

A partir dos estudos do autor, é possível pensar na existência de uma luta que acompanha cada assentamento. A luta pode ser determinada pelo desejo de muitos sem-terra preferirem um assentamento sustentado na autonomia representada pela gestão familiar da terra e por outra parcela composta por sem-terra que buscam implantar o modelo de cooperação, sustentado em relações de trabalho e produção da existência coletivamente, conforme proposição preferencial do MST.

Os locais privilegiados de ocorrência do embate entre as *velhas* e as *novas formas de produção* da existência podem estar representados pelo trabalho na lavoura e pelo trabalho doméstico. O trabalho produtivo (no caso, na lavoura) tem sido a atividade por excelência onde atuam os homens como os principais responsáveis pela produção da existência. Já, o trabalho doméstico representa o espaço privilegiado da reprodução da existência, local onde trabalham, geralmente as mulheres.

Porém, as pesquisas de Poker podem estar sugerindo que diversas alterações podem estar acontecendo no cotidiano dos assentamentos que experimentam uma organização cooperativa da vida. As *redefinições* nos *papéis de gênero* sugerem uma reconfiguração no trabalho realizado pelos homens e pelas mulheres organizados coletivamente, ao menos anunciam a possibilidade do estabelecimento de relações mais flexíveis entre estes.

A pesquisadora Melo⁷⁰ (2001) coloca em foco a discussão acerca da “Construção da Subjetividade de Mulheres Assentadas pelo MST”, destacando a perspectiva das assentadas. Centra sua análise nas relações de gênero e ações do movimento, na luta pela construção de uma nova ordem social e política.

O objetivo geral da pesquisadora é explicar como as práticas do MST constroem a subjetividade de mulheres que participam da conquista da terra. Procurou identificar como a subjetividade e as relações de gênero são abordadas, nos documento de formação do MST e,

⁷⁰ “A Construção da Subjetividade de Mulheres Assentadas pelo MST” foi pesquisa realizada no assentamento (MST) em Promissão – SP. Esta dissertação foi apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP-Campinas-SP, 2001.

se propôs a explicitar como as mulheres reelaboram os princípios e as propostas do movimento na busca pela instauração de uma nova vida.

A pesquisadora constatou que a construção da subjetividade das mulheres da Copajota⁷¹ ocorre mediante um processo complexo, que apresenta muitas mudanças, conflitos e contradições, entre antigos e novos padrões, exigidos pela luta coletiva. Entre as mulheres que lutaram pela conquista da terra, há diferenças quanto às suas trajetórias de vida.

A pesquisadora conclui que as subjetividades não se constituem iguais. Há modelos e estereótipos vindos de fora e de dentro do MST, que fazem parte do processo de constituição das subjetividades das assentadas. Assim, o conjunto de relações vivido pelas mulheres, determina suas sínteses pessoais.

Silva⁷² (2003) estudou a vida de integrantes do MST, mediante documentos produzidos pelo próprio movimento de 1979 a 2000 e por meio de entrevistas realizadas com homens, mulheres e militantes. Sua pesquisa foi feita no acampamento Oziel Alves Pereira⁷³ em Abelardo Luz, e nos assentamentos: Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira, 30 de Outubro, em Campos Novos e no Vitória da Conquista, em Fraiburgo, todos no estado catarinense.

A autora comenta que, em diversos documentos do MST, se destaca a importância da participação das mulheres, entretanto, a participação se restringe ao aspecto político e raras vezes discutem questões relacionadas ao corpo, à sexualidade, aborto, entre outros temas, que ocuparam as agendas dos movimentos feministas.

Silva (2003) informa que, efetivamente, as mulheres têm participado das lutas dentro e fora do MST. No movimento, elas assumem diversas funções, trabalhando na produção, cuidando dos filhos e da casa, envolvendo-se em questões políticas, realizando suas contribuições não como exceção, mas como práticas costumeiras. Contudo, ainda parece haver uma lacuna, pois nos discursos, sua participação soa como insuficiente, transparecendo que a mulher constitui-se um problema. A autora reitera que de fato, pequeno tem sido o

⁷¹ COPAJOTA = Cooperativa Padre Josimo Tavares. Esta cooperativa era coordenada por mulheres no assentamento em Promissão, São Paulo. Havia 16 famílias cooperadas, mas a crise econômica foi se intensificando até que paralisou suas atividades em 1999.

⁷² SILVA, C.B. (2003). “As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”- Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979-2000”. UFSC-2003- CFH - Doutorado em História.

⁷³ Conforme informações da pesquisadora, este acampamento já não existe mais, pois algumas famílias foram assentadas, outras foram para outros acampamentos na região próxima.

investimento do movimento na construção desta participação e que, na verdade, a participação não é insuficiente, mas diferente do que se deseja às mulheres do MST.

A autora destaca, que o número de mulheres que desempenham posições de liderança é pequeno frente a forte imagem-presença do masculino. A formação de lideranças é dirigida aos homens, pois as mulheres, na maior parte das vezes, dedicam-se a discutir questões relativas às mulheres e à educação. Os homens lideram os setores de destaque e tem sido preparados para isso, não só no MST, também na sociedade.

Silva (2003) reitera que desde 1986, quando em um encontro dos sem-terra no estado catarinense foram assumidos compromissos de garantir a participação da mulher na organização do movimento, até uma década depois, no Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, os discursos e as práticas foram (re)produzidos e redimensionados, mas não deixaram de relacionar a mulher à luta. Na concepção da autora são discussões feitas em *limites estreitos* quando se volta a apelar à consciência e reduzem-se as *questões hierárquicas* entre os gêneros a uma única dimensão: a luta política.

Segundo a autora, a partir de 1988, o MST incorpora definitivamente a categoria gênero⁷⁴ em sua pauta de estudos e discussões. Os textos desta coletânea questionam valores, antes pouco tratados no movimento. Um dos textos mais contundentes é o de Lígia Mendonça, que faz críticas ao MST por não se satisfazer com o tipo de participação da mulher no movimento e por não viabilizar sua participação, oferecendo melhores condições. Um dos motivos do não preenchimento das cotas, estabelecidas pelo MST (de participação de homens e mulheres em mobilizações, encontros, cursos e reuniões), deve-se ao fato de serem cobradas pelos maridos e filhos para desempenhar o trabalho de casa. Silva (2003) reitera que as críticas tecidas na coletânea sobre gênero vão até onde o movimento permite. Acrescenta que há na coletânea, discussões tímidas sobre *sexualidade* e *emancipação feminina*, entre outras categorias.

A autora percebeu uma preocupação das lideranças do MST em afirmar a igualdade e não a hierarquia de gênero no movimento. Por isso, desde a chegada dos sem-terra ao movimento, há uma insistência em atingir um determinado comportamento social, pelo menos

⁷⁴ A coletânea de textos *Compreender e Construir Novas relações de Gênero* publicada pelo Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra é um marco e o documento mais importante sobre gênero produzido pelo MST (1998).

nas palavras dos homens e mulheres, após seu envolvimento com o MST. Outrossim, cita alguns exemplos de mulheres que entraram no movimento e, após uma década, aquelas que não falavam, agora são as que mais participam e decidem no âmbito coletivo. A autora reitera que estas falas aparecem como resultado de uma realidade construída, e estão em consonância com diversas outras, afirmando que a situação das mulheres que entraram no movimento, apresenta diferenças (mudanças) em relação à vida anterior à entrada no MST. É recorrente nas falas de todos, no movimento, que houve transformação nas relações de gênero, delimitando fronteiras de *um antes e um depois do MST*.

Silva (2003) afirma que nos documentos do MST a respeito de transformação e gênero é possível encontrar de tudo, da exigência em participar ativamente no movimento à culpabilização das mulheres, até a oposta transformação da sociedade, implementada pela participação das mulheres. Segundo a autora, os discursos sobre a participação das mulheres na esfera política assentam-se no *mito* da mulher que tem oportunidade de exercer o poder, mas não o aproveita.

Conforme a autora, muitas vezes, as mulheres não participam de reuniões no assentamento devido ao trabalho doméstico, como tirar leite, por exemplo. Se o homem não impede explicitamente que sua mulher participe em uma mobilização, acaba demonstrando de outra maneira: reclamando por ter que fazer o trabalho doméstico ou até nem fazendo. O problema da mulher que não participa em função das tarefas da casa, não é simples de resolver.

Conforme Silva (2003), a casa e o lar têm inúmeros significados relacionados ao feminino. Uma mulher, após anos vivendo em barracos, cozinhando em fogões improvisados sem conforto algum, a casa foi a primeira conquista de um espaço próprio, onde elas puderam depositar seus sonhos. Por isso, é um território íntimo, no qual podem exercitar seus *pequenos poderes* sem sentirem-se inseguras no falar nem no agir. A autora reitera, que o lar e as inúmeras responsabilidades deixadas pelos homens às mulheres, acabam circunscrevendo as tarefas domésticas ao feminino, trazendo a permanência dos valores, onde *casa* se constitui uma fronteira de gênero. Assim, como as casas pertencem às mulheres, o restante parece pertencer aos homens.

A autora chegou a conclusão de que ainda existem *tensões e conflitos* nas relações entre homens e mulheres no acampamento e nos assentamentos estudados. A autora constata

que os espaços do acampamento e dos assentamentos recebem investimentos do MST, no sentido de construir o *'novo homem e a nova mulher'*. Observa que os discursos sobre gênero são apropriados pelos integrantes do movimento de diversas maneiras. A pesquisadora não deixa de comentar que as *prescrições e normas dos manuais* sobre relações entre homens e mulheres possuem tons disciplinares, na busca pela constituição de seres humanos diferentes. Para ela, o projeto político do MST, no que concerne às relações de igualdade e gênero, ainda é um ideal, pois ainda não foi alcançado. A pesquisadora finaliza suas considerações, constatando que há diversas maneiras dos integrantes se apropriar e vivenciar as propostas e investimentos do MST.

A seguir serão destacados dados da pesquisa realizada por Salvaro (2004), por ser recente e ter sido feita no assentamento Sepé Tiaraju, em Campos Novos. Seu estudo centra-se nos sentidos produzidos no trabalho dos assentados a partir das relações de gênero. Segundo a pesquisadora, as relações de trabalho são generificadas e também produzem sentidos e significados nos contextos em que ocorrem, no caso, o assentamento.

Salvaro (2004) estuda o processo de luta dos sem-terra, sua trajetória em direção ao movimento, cobrindo até o período da realização da pesquisa. Além das entrevistas, a pesquisadora conviveu temporariamente com os assentados, ouviu e observou como interação nas relações de trabalho.

A pesquisadora escolheu o relato dos assentados a fim de reconstruir a história referente à ocupação, ao período do acampamento e as negociações que culminaram na desapropriação da área, a definitiva construção do assentamento, a organização interna e as relações de trabalho relatadas pelos 22 entrevistados. Os diversos fios da história evidenciam o modo como cada um se apropriou dos significados produzidos coletivamente.

Conforme relato da pesquisadora, a área onde se localiza o Sepé Tiaraju nem sempre foi um assentamento. A história iniciou em 1998 (14/10/1998) quando algumas famílias ocuparam a área. Para que estes trabalhadores conquistassem a terra, foram necessárias outras ocupações em outras áreas da região. A conquista da terra nem sempre se conclui com apenas uma ocupação, às vezes, ocorrem várias, até que os sem-terra sejam assentados. Às vezes, a mudança de uma ocupação e de um acampamento para outro ocorre por vários motivos, tais como por ações de despejo realizadas pelos proprietários ou pelo fato de a área ser insuficiente para o número de acampados.

A trajetória do grupo estudado mostra que eles precisaram realizar mudanças de um acampamento para outro no mesmo município e também foi marcada por processos migratórios entre vários municípios. Algumas famílias, que integram o Sepé Tiaraju, chegaram a realizar 19 mudanças até o destino de Campos Novos. Muitos assentados migraram de Passos Maia-SC (do acampamento Zumbi dos Palmares formado por 725 famílias em 1995), em um processo de busca de um lugar para viver. A vinda para o Sepé Tiaraju ocorreu em função de combinação prévia: este foi o único grupo que se propôs a construir um assentamento coletivo.

Durante o período em que os sem-terra estavam acampados na área que, posteriormente, foi desapropriada para formarem o Sepé Tiaraju, trabalharam como diaristas nas fazendas da redondeza. Entretanto, no início não foi fácil a aceitação dos acampados como diaristas. Os fazendeiros não acreditavam neles. Salvaro (2004) relata que os motivos das discriminações ocorreram porque os fazendeiros sabiam que os sem-terra “eram baderneiros, dependiam do governo e não trabalhavam”.

Após a definitiva liberação da área em 1998, os trabalhadores continuaram a morar em barracos de lona até suas casas ficarem prontas em 2002. As casas foram construídas em forma de agrovila para facilitar as questões administrativas e o vínculo afetivo, além disso, a proximidade entre os sujeitos favorece o trabalho coletivo, a solidariedade e a formação política dos assentados.

De acordo com Salvaro (2004), por diversas questões, entre elas, a econômica, os próprios assentados resolveram construir suas casas. Fizeram um curso de construção civil concedido pelo SINE e receberam o auxílio de um pedreiro chefe de obras, que comandou todo o processo de edificação.

A distribuição das casas não aconteceu por sorteio, conforme a orientação feita pelo INCRA, que financiou a obra. Os assentados decidiram escolher suas casas a partir de um desenho feito em uma maquete, onde gostariam de morar e que vizinhos mais próximos gostariam de ter e, assim aconteceu. O grupo esperou todas as casas ficarem prontas para realizar a mudança em conjunto, a qual levou dois dias. O motivo da espera, para mudarem em conjunto, ocorreu devido à *solidariedade* entre os companheiros do processo de luta. A solidariedade é um dos valores considerados importantes entre o grupo que se propõe viver

coletivamente. Solidariedade se contrapõe aos valores considerados *individualistas*, conforme proposta dos assentados (MST) que busca a instauração de uma sociedade *igualitária*.

Homens e mulheres realizaram um mutirão para construção da agrovila. Conforme a pesquisadora, apareceu no processo de construção das casas, a noção do trabalho de mulher como ajuda, mesmo quando homens e mulheres estavam na condição de aprendizes (auxiliar do pedreiro chefe do SINE). Mesmo quando trabalhavam juntos, houve uma distinção nos significados atribuídos às tarefas. A coordenação e o ensino do trabalho foram realizados pelos homens.

No último capítulo, Salvaro (2004) discute as relações de trabalho e de gênero no Sepé Tiaraju. As experiências de coletivização não se limitam à esfera do trabalho, mas dizem respeito à vida cotidiana como um todo. A organização do trabalho de maneira coletiva foi uma marca que aproximou a população. A pesquisadora reitera que também pesou na escolha dos integrantes que viriam a compor o Sepé Tiaraju, a condição de ser *famílias grandes* e pessoas mais *velhas* com dificuldade para o trabalho, para serem *mantidas* pelo grupo.

Salvaro (2004) acrescenta que a vida no assentamento gira em torno do trabalho e que a organização coletiva demanda constantes reuniões. Na época da pesquisa, o setor de subsistência e o social possuíam maior número de mulheres e na administração e integração elas não estavam tão presentes. Na lavoura, não havia mulheres, na direção trabalhavam três mulheres e dois homens, o que indica que as escolhas para integrar um setor, núcleo ou direção também são orientadas por questões de gênero, remetendo à existência de uma divisão sexual do trabalho.

Salvaro (2004) acrescenta que o MST possui a visão de que a transformação *igualitária* e *solidária* de uma sociedade inclui as relações de gênero. Por isso, os Cadernos de Formação são utilizados pelo movimento para organizar os acampamentos e os assentamentos.

Salvaro (2004) fala que uma mulher que integra a direção do Sepé é referência sobre questões de gênero. O tema é conhecido no assentamento. Também é perceptível a existência de diferentes modos de vida que (co)existem em uma mesma realidade e, mesmo que os assentados tenham sido submetidos aos mesmos discursos sobre gênero, diferentes sentidos foram produzidos por conta da apropriação singular dos significados.

A pesquisadora ouviu os assentados comentarem sobre a *necessidade* de homens e mulheres *participarem de todos os setores de trabalho*. Quanto a esta questão, o Sepé sente a necessidade de “avançar”. A constatação soava como um fracasso que precisava ser justificado por ainda não ter sido alcançado. Depoimentos de assentados revelam que eles tentaram envolver homens e mulheres em todos os trabalhos, mas o *processo é lento* e também depende da *compreensão* das pessoas e da *vontade* de mudar as relações de gênero.

Homens e mulheres cumprem jornadas diárias diferenciadas nos setores de produção. Os homens trabalham 8 horas e as mulheres 4 horas diárias de segunda a sexta. A realidade sugere que os homens são os maiores responsáveis pela manutenção da família. São eles que dedicam o maior número de horas de trabalho, que são transformados em alimentos e dinheiro, sendo que a figura do *provedor* assume destaque. Por isso, a pesquisadora comenta que padrões socialmente produzidos são facilmente apropriados sem questionamentos e naturalizados pelos sujeitos. Além dos homens aparecerem como *provedores*, há também o *cuidado dos filhos* como sendo responsabilidade das mulheres.

Salvaro (2004) observou que o motivo que contribui para definir as jornadas de trabalho diferenciadas para os homens e para as mulheres foi a possibilidade delas conciliarem os trabalhos domésticos. Percebeu a *dupla jornada de trabalho* por conta do *cuidado das crianças* e do *trabalho doméstico*. Entretanto, há mulheres que questionam o padrão rígido de divisão do trabalho adotado entre homens e mulheres, em relação ao *papel feminino de cuidadora*.

A pesquisadora constatou que há uma rotina de trabalho organizada por setores, constituindo-se em uma divisão formal, mas também muitas vezes, a quantidade de trabalho e a necessidade do assentamento é que definem tal organização. Esta é a complexidade e a mobilidade de uma organização coletiva em função da estrutura feita por setores. Salvaro (2004) acompanhou uma situação em que foi necessário mobilizar grande número de assentados para realizar um trabalho no setor de subsistência, no caso, tratava-se do escoamento de um açude para capturar e limpar os peixes. O trabalho durou dois dias. Os homens iniciaram o processo e no segundo dia, as mulheres foram solicitadas. Conforme a pesquisadora, mesmo em trabalhos em conjunto, a divisão por gênero existe, cabendo às mulheres a tarefa de limpeza e aos homens a captura.

Salvaro (2004) observou que o trabalho produtivo é atribuído aos homens, especialmente aos mais jovens. As mulheres são maioria no setor social e de subsistência, onde não há vínculo direto com a produção para a venda, trabalhos que são realizados para conciliar com a lida da casa.

A pesquisadora constatou que a organização/divisão sexual do trabalho de 8 horas para os homens e 4 horas para as mulheres é assim determinada para que elas realizem o trabalho doméstico. Reitera que o trabalho doméstico, na interface com o trabalho nos setores (no Sepé Tiaraju), só podem ser entendidos no contexto de uma determinada cultura (lógica capitalista). A divisão sexual do trabalho orienta o trabalho dos homens e das mulheres, atribuindo a eles o trabalho *produtivo extradoméstico* e a elas o trabalho considerado *improdutivo intradoméstico*.

O trabalho doméstico segue uma rotina que inicia ao amanhecer e só encerra à noite. A rotina apenas é quebrada com o trabalho das mulheres nos setores, constituindo em uma *dupla jornada de trabalho*. As mulheres trabalham nos setores a partir dos limites impostos pelo trabalho na unidade doméstica, os homens trabalham na unidade doméstica em função dos limites impostos pelo trabalho nos setores. Algumas mulheres legitimam a divisão do trabalho, outras denunciam. O trabalho doméstico atribuído às mulheres permanece *inalterado* na organização do assentamento, sendo elas as responsáveis pela sua realização e isto define sua participação no trabalho coletivo do Sepé Tiaraju.

3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INTERFACE DOS PROCESSOS DE TRABALHO NO SEPÉ TIARAJU

3. 1. Caracterização dos assentados

A Associação Sepé Tiaraju é formada por uma população de 48 associados. Os adultos correspondem a vinte e três pessoas, entre os quais há nove casais⁷⁵, duas mulheres e três homens solteiros, e as crianças e adolescentes correspondem a vinte e cinco, dentre os quais, quatorze são meninas e onze são meninos.

As quatorze famílias pesquisadas estão distribuídas na escala de idade, conforme mostra o gráfico a seguir. Os adultos da Associação Sepé Tiaraju estão inseridos dentro das seguintes faixas etárias: há três com idade entre os 15 e 20 anos; três com idade entre os 26 e 30; seis com idade entre os 31 e 35; três com idade entre 36 e 40; dois com idade entre 41 e 45; três com idade entre 46 a 50 e quatro assentados/as com idade igual ou superior a 50 anos.

⁷⁵ Conforme informação dos representantes do setor Social, em Abril de 2005, cinco famílias chegaram ao assentamento e estão realizando o estágio probatório no Sepé Tiaraju a fim de fazerem parte da Associação coletiva. Atualmente, todas as vinte e três residências estão ocupadas não havendo mais lugar vacante para incorporar mais sem-terra.

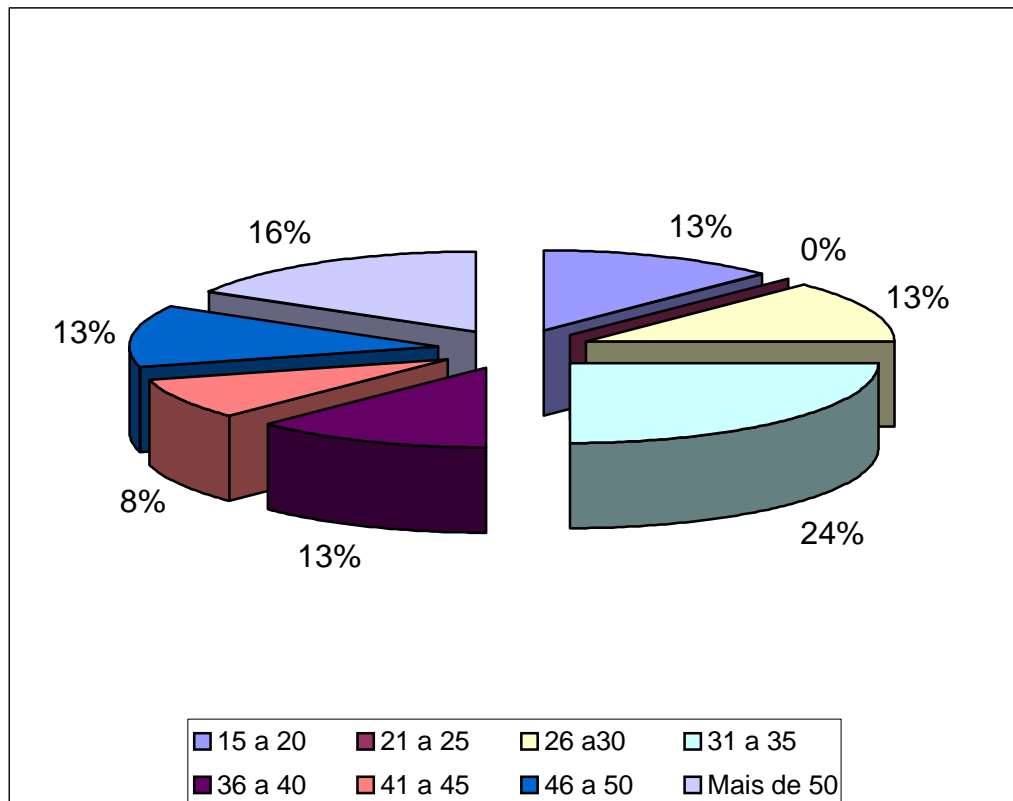


Gráfico 1- Idade dos assentados no Sepé Tiaraju

Fonte: O autor da pesquisa

Entre a população adulta do Sepé Tiaraju há uma assentada com curso superior; um assentado que estudou até o segundo ano do Ensino Médio no ITERRA; nove assentados/as cursaram o Ensino Fundamental; oito estudaram até a 4^a série do Ensino Fundamental; e quatro participam da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no próprio assentamento.

As crianças e adolescentes estudam durante um período do dia. Há seis crianças que participam da Ciranda Infantil (pré-escola) no período vespertino, acompanhadas por uma educadora do próprio assentamento. As demais crianças e adolescentes (nove) que estão estudando no Ensino Fundamental (até a 4^a série) frequentam a escola no próprio assentamento. A educadora integrante da Associação Sepé Tiaraju possui curso superior e prestou concurso público se efetivando como professora municipal na escola do assentamento. As demais crianças e adolescentes que estudam no Ensino Fundamental (oito crianças estudam da 5^a até a 8^a série) e no Ensino Médio (dois adolescentes) participam das aulas na sede do município de Campos Novos em escolas públicas.

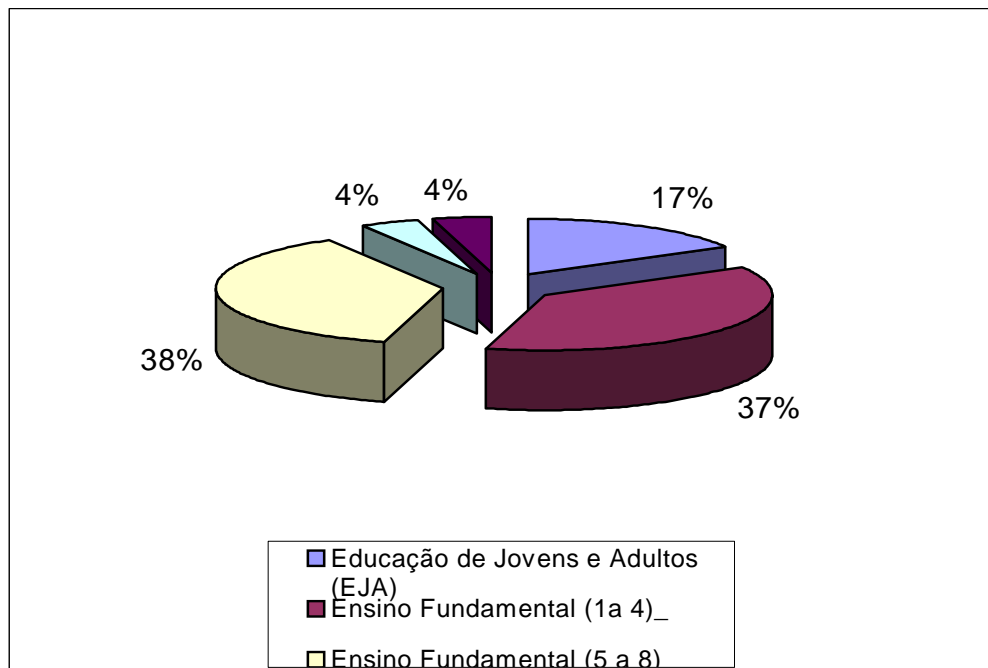


Gráfico 2- Escolaridade dos assentados

Fonte: O autor da pesquisa

No que se refere à escolarização, há significativo desenvolvimento educacional obtido pelo conjunto dos/as assentados/as da Associação Sepé Tiaraju. A grande maioria está na fase do Ensino Fundamental. Outro dado positivo é a busca por parte de diversos adultos/as (ao todo são 17%) pela participação no EJA, isso demonstra o interesse destes/as assentados/as em continuar seus estudos e ampliar seu processo de formação⁷⁶.

No assentamento há quatro adultos/as casados/as, quatorze vivem em união consensual, cinco são solteiros/as, dos quais uma é separada/divorciada.

⁷⁶ Conforme Vendramini (2000, p. 194), “a alta taxa de analfabetismo em nosso país acentua-se no meio rural, refletindo-se nos acampamentos e assentamentos, que agregam pessoas que foram excluídas não só do processo produtivo, mas também da escola. A superação do analfabetismo constitui um grande desafio ao Movimento dos Sem Terra”

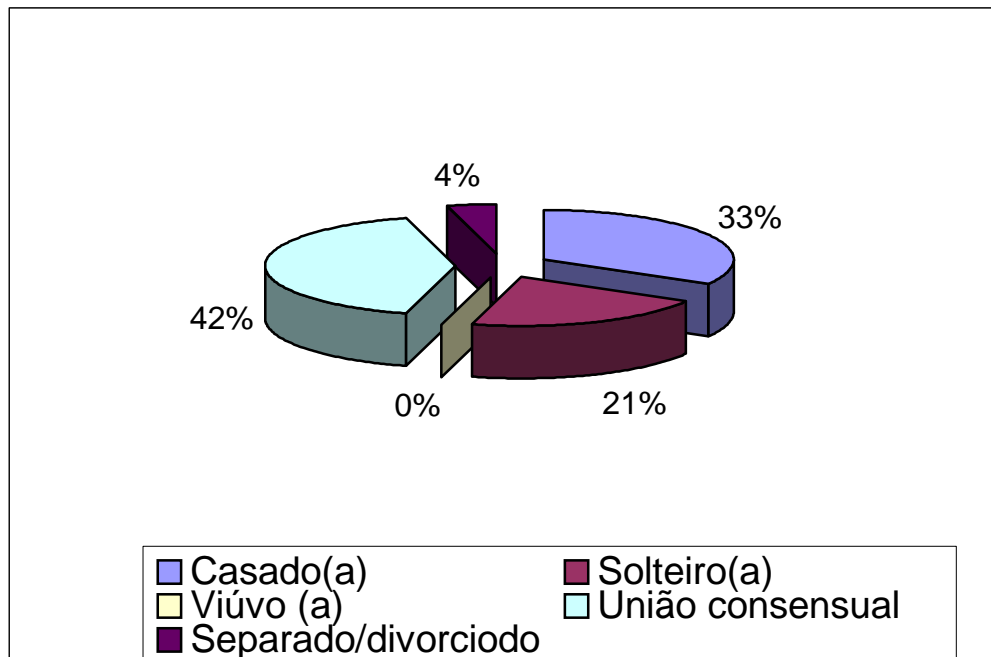


Gráfico 3- Estado civil dos assentados

Fonte: O autor da pesquisa

3. 2. Trabalho e lazer no assentamento

A Associação Sepé Tiaraju está estruturada em cinco Setores de trabalho (Animais, Lavoura, Reflorestamento, Social e Subsistência) e três Núcleos de formação e discussão política (Núcleo Liberdade, Núcleo Oziel Alves e Núcleo Roseli Nunes).

A Associação possui dez associados/as trabalhando no setor de Subsistência (2 Homens e 8 Mulheres); seis trabalham no setor Lavoura (5 Homens e 1 Mulher); três trabalham no setor Social⁷⁷ (3 Mulheres); três trabalham no setor dos Animais (3 Homens) e dois trabalham no setor de Reflorestamento (2 Homens).

⁷⁷ Os dados podem não corresponder à realidade devido ao fato de alguns associados pertencerem a mais de um setor e na hora de responder ao questionamento da pesquisa indicam apenas um deles. É o caso do setor social que efetivamente possui cinco integrantes, embora apenas três mulheres assinalem pertencer a tal setor.

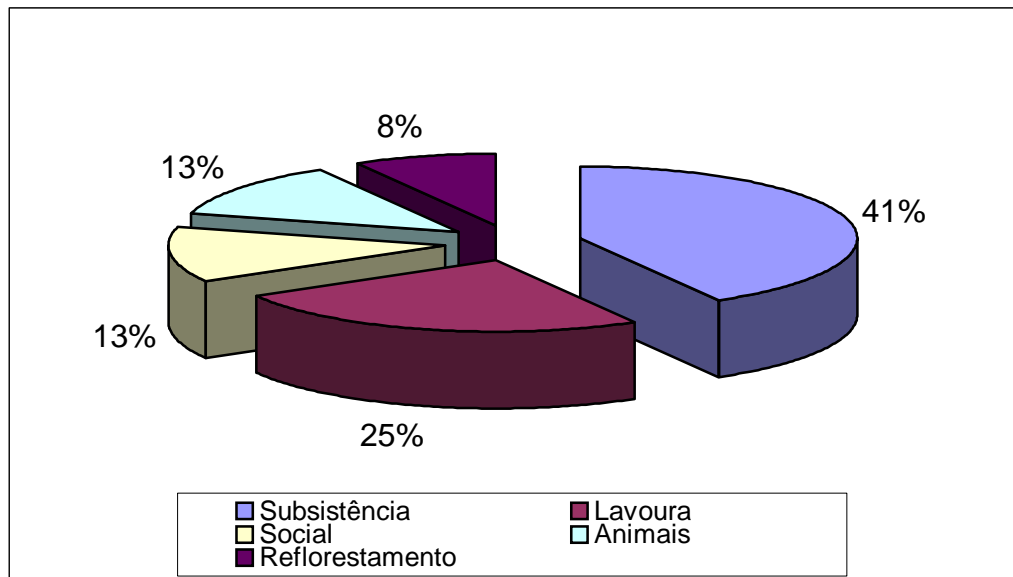


Gráfico 4- Setores de trabalho no assentamento

Fonte: O autor da pesquisa

As crianças e adolescentes estudam e/ou participam da Ciranda Infantil no próprio Assentamento. No período subsequente ao estudo, dedicam-se ao lazer e também ao trabalho, auxiliando aos adultos/as nos afazeres domésticos e também na resolução de suas atividades escolares.

Na Associação Sepé Tiaraju seis assentados/as trabalham oito horas diárias; um/a assentado/a faz entre seis e oito horas, três assentados/as trabalham seis horas, dois/duas assentados/as realizam cinco horas, um/a assentado/a trabalha entre três a cinco horas, um/a assentado/a trabalha 4.5 horas diárias, dois/duas assentados/as trabalham quatro horas, um/a assentado/a trabalha entre três a quatro horas, quatro associados/as trabalham três horas e um/a associado/a trabalha diariamente entre duas a três horas.

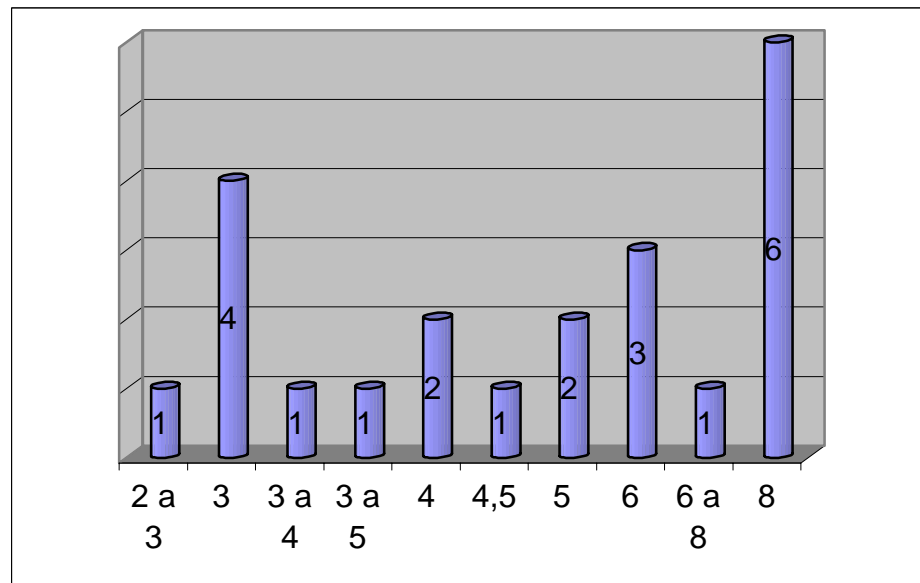


Gráfico 5- Horas dedicadas ao trabalho no assentamento

Fonte: O autor da pesquisa

Na Associação Sepé Tiaraju, os 12 homens e as 11 mulheres trabalham diariamente no âmbito coletivo, perfazendo um total de 118,5 horas trabalhadas. Em cada semana, dependendo das condições do tempo, os assentados podem atingir cerca de 592,5 horas trabalhadas.

Embora, aqueles/as que trabalham na agricultura têm sua jornada relacionada com a natureza, sendo que as possibilidades de trabalho estão submetidas às condições do tempo, tais como chuva ou frio. Se o período for excessivamente quente ou frio, os/as trabalhadores/as terão que adaptar sua jornada ao clima, inclusive, o Regimento Interno (Normas, 11) prevê que: “A carga horária pode ser flexível: homens - no verão 8 horas e no inverno 7 horas, mulheres - 3 horas”.

Diversos fatores podem alterar o ritmo de trabalho nos referidos setores. Numa ocasião que estive no assentamento (abril de 2004) era época da colheita da soja e do feijão. Como havia bastante trabalho, todos os setores se mobilizaram para liberar os trabalhadores para realizar a colheita. Em virtude dos assentados não possuírem máquinas para colher a soja que haviam plantado, propuseram uma dupla troca: fizeram um acordo com um vizinho e foram colher o feijão para o fazendeiro, o qual realizaria a colheita da soja com a colheitadeira. Ambos saíram com vantagem, pois assim, o fazendeiro não teria perda de

sementes, como ocorreria caso o feijão fosse colhido pela máquina, bem como evitou que os assentados tivessem que realizar a colheita da soja manualmente, devido às dificuldades de lidar com este cereal que tem raízes profundas, caules resistentes, dificultando, assim, a colheita. Por isso, durante uma semana completa, os sem-terra se mobilizaram em um só serviço, porque as circunstâncias exigiam que a colheita fosse realizada no período adequado, mobilizando homens e mulheres de todos os setores em um só trabalho. Fato semelhante foi constatado por Salvaro (2004), a qual assistiu a secagem de um açude para a captura dos peixes. Naquela ocasião tanto os homens como as mulheres deixaram de lado suas atividades regulares nos definidos setores e se juntaram na realização de uma única tarefa.

Mesmo que o Sepé Tiaraju tenha cinco setores de trabalhos distintos, cada homem e cada mulher está vinculado ao mesmo assentamento coletivo, fato que possibilita que homens e mulheres participem de todos os trabalhos. Por isso, será apresentado a seguir, separadamente, o montante de horas realizadas por ambos.

Oito homens realizam regimentalmente oito horas diariamente. Apenas um deles excede a este valor ao indicar que realiza 8,5 horas diárias. Este homem é integrante do setor de Animais, aquele que efetivamente exige maior dedicação dos trabalhadores, pois a demanda de trabalho é grande, sendo necessário fazer as atividades todos os dias da semana, independente de ser feriado, domingo ou período de férias.

Entretanto, nem todos os homens da Associação realizam jornadas de trabalho integral conforme estabelece o Regimento. Há quatro homens que realizam uma jornada de trabalho reduzida em relação aos demais. Entre estes se encontram três aposentados⁷⁸ e um liberado⁷⁹ (para as funções políticas e de formação no estado catarinense). Todos os aposentados têm liberdade de realizar uma jornada reduzida. O(s) assentado(s) liberado(s) para a militância percorre(m) os assentamentos e acampamentos no preparo dos quadros políticos do MST. Aquele liberado que atua no estado catarinense realiza uma jornada de trabalho diferenciada pelo fato de estar freqüentemente fora do Sepé Tiaraju.

⁷⁸ Salvaro (2004) comenta em sua pesquisa que entre os motivos que permearam o processo de escolha dos assentados para compor o Sepé Tiaraju são: propor a construção de um assentamento coletivo e dar preferência para famílias mais numerosas e pessoas mais velhas com dificuldades para o trabalho a fim de serem cuidadas pelo grupo. Estes valores denominados humanistas e socialistas fazem parte do processo de construção do novo, conforme se propõe o MST.

⁷⁹ O Sepé Tiaraju possui dois assentados liberados, um atua na esfera estadual e o outro na nacional. Apenas um participou da pesquisa, pois o militante que trabalha na instância nacional não se fazia presente na ocasião.

As horas de trabalho realizadas pelos homens estão representadas no gráfico que segue:

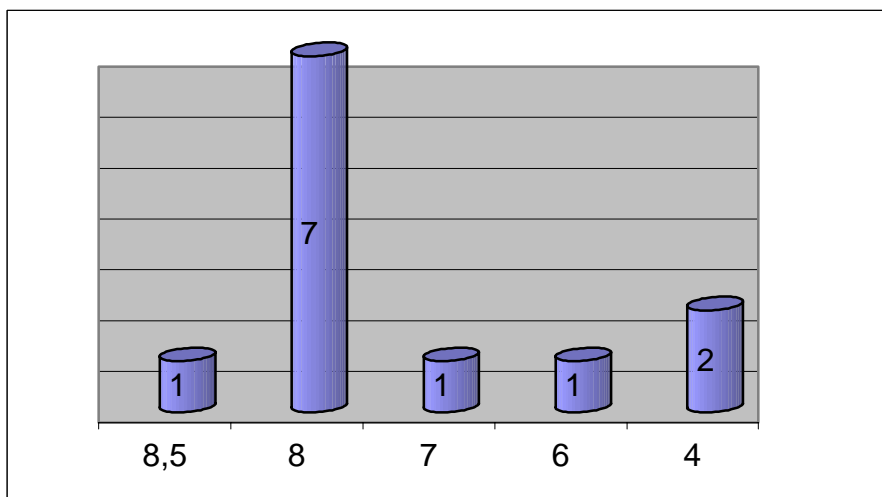


Gráfico 6- Horas semanais trabalhadas pelos homens no setor de produção

Fonte: O autor da pesquisa

Para facilitar a visualização do montante de horas trabalhadas⁸⁰ pelas onze mulheres na Associação serão apresentados estes dados no gráfico:

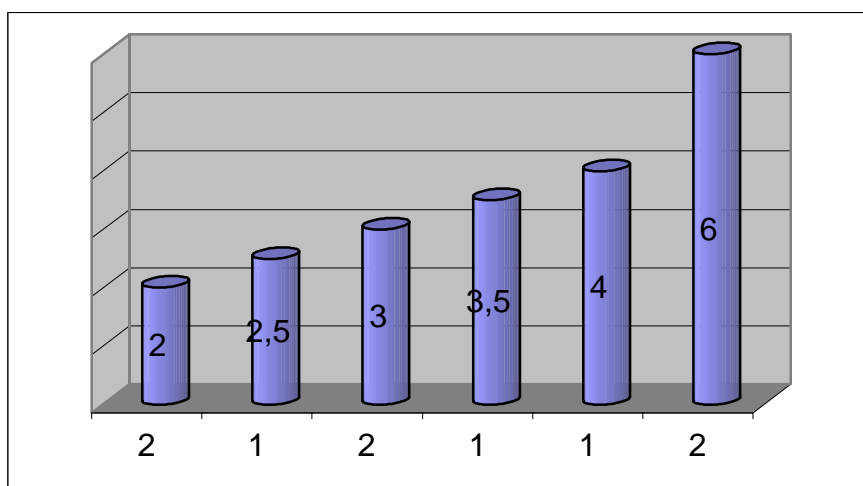


Gráfico 7- Jornada diária trabalhada pelas mulheres no setor de produção

Fonte: O autor da pesquisa

⁸⁰ Entre as mulheres do Sepé Tiaraju, uma não respondeu quantas horas dedicava ao trabalho no setor de produção. É necessário destacar que além de realizarem o trabalho nos setores de produção a maioria das mulheres do assentamento faz 4 horas diárias na realização do trabalho doméstico.

A jornada de trabalho das mulheres nos setores de produção ocorre na parte da tarde, pois no decorrer da manhã elas permanecem em casa na lida do trabalho doméstico. Efetivamente duas mulheres trabalham 2 horas diárias, uma mulher realiza 2.5 horas cada dia, duas mulheres fazem 3 horas diariamente, uma mulher trabalha 3.5 horas por dia, uma mulher faz 4 horas todos os dias, duas mulheres trabalham 6 horas diárias, uma mulher não respondeu e outra mulher está em licença maternidade.

São sete as mulheres que realizam de 3 a 6 horas diárias nos setores de produção e, quatro trabalham até 2 horas diariamente. Comparada à jornada de trabalho masculina nos setores de produção, a carga horária das mulheres é pequena. Entre as mulheres que realizam até duas horas encontram-se: uma aposentada, a qual da mesma maneira que os homens possui a liberdade de realizar jornada diferenciada; outra mulher que tem um bebê de cinco meses de idade, também tem a liberdade de permanecer em casa no período de amamentação; uma gestante realiza apenas o trabalho doméstico e outra mulher possui seis filhos pequenos, o que demanda bastante trabalho no atendimento de suas necessidades, sendo prestados por ela.

Há duas mulheres que fazem seis horas nos setores. Para poder trabalhar mais na produção, uma destas mulheres partilha com suas filhas (3 adolescentes) o trabalho doméstico e a outra realiza os afazeres domésticos após o trabalho nos setores (partilhando com seu filho pré-adolescente). As demais mulheres permanecem no período matutino no interior da residência no desempenho das atividades domésticas. O período da manhã é totalmente dedicado ao trabalho em casa, o que significa, na prática, mais 4 horas diárias, pois o dia de trabalho inicia antes das 8 horas e não termina às 12 horas, vai, porém, até as 13 horas quando os assentados vão para os setores de produção.

Em um assentamento coletivo, as horas trabalhadas pelos/as assentados/as poderiam ser equivalentes. Entretanto, no caso do Sepé Tiaraju existem algumas peculiaridades no que concerne à organização. Conforme o Regimento (Normas, 11), os homens possuem carga horária de 7 a 8 horas diárias e as mulheres possuem carga horária de 3 horas diárias. A aparente reduzida jornada de trabalho feminina não significa menos trabalho para elas, pois conforme foi visto elas permanecem no período matutino dedicando-se ao trabalho doméstico, enquanto os homens passam todo o dia envolvidos com o trabalho nos setores.

Neste aspecto parece não existir diferença entre um assentamento coletivo do restante da sociedade capitalista, entretanto as mulheres do MST, no caso do Sepé Tiaraju, independente do tamanho de sua jornada de trabalho⁸¹ ou independente de realizarem apenas o trabalho doméstico, todas elas têm assegurado seu sustento no âmbito coletivo do assentamento, o que não ocorre na sociedade capitalista, onde a mulher (homem ou criança) que não realiza trabalho produtivo, por motivo de estar desempregada ou no caso de fazer apenas o trabalho doméstico, não tem como garantir seu sustento. No Sepé Tiaraju, as crianças, os aposentados, as gestantes, as que amamentam e todos os que realizam o trabalho doméstico têm seu sustento garantido, conforme a organização coletiva propõe e efetiva.

Os/as assentados/as da Associação Sepé Tiaraju possuem significativo tempo dedicado ao lazer. Onze praticam atividades esportivas, tais como jogar futebol⁸² e partidas de bocha. Sete assentados/as afirmaram se dedicar à leitura e estudos; quatorze ouvem músicas; dezoito gostam de assistir televisão; dez participam de encontros com familiares; doze participam de encontro com amigos; quatro realizam passeios/viagens como lazer e seis se dedicam a outras atividades de lazer, tais como cuidar do jardim, desenhar, fazer artesanato, costurar e passear pela cidade.

Treze assentados/as da Associação Sepé Tiaraju responderam não possuir período definido para o lazer. Três o realizam em uma frequência mensal; dezesseis vivenciam-no em uma frequência semanal e nove responderam que o realizam diariamente.

⁸¹ Falando da dupla jornada de trabalho, a pesquisadora Cardoso (2002) aponta que 70% dos trabalhadores em educação no município de Blumenau, possuem jornada entre 40 a 60 horas semanais e 55% deles ainda precisam dedicar de 6 a 20 horas no preparo das aulas. Além dessa longa jornada de trabalho na escola, as mulheres professoras realizam o trabalho doméstico, trabalho invisível não remunerado, que ainda é acrescido à extensa jornada remunerada.

⁸² No dia 17/12/04 ao chegar com meus familiares no assentamento para pernoitar, em período de férias, presenciei uma partida de futebol entre homens e mulheres. Em sua maioria, os atletas eram adolescentes e o jogo foi vencido pelas mulheres.

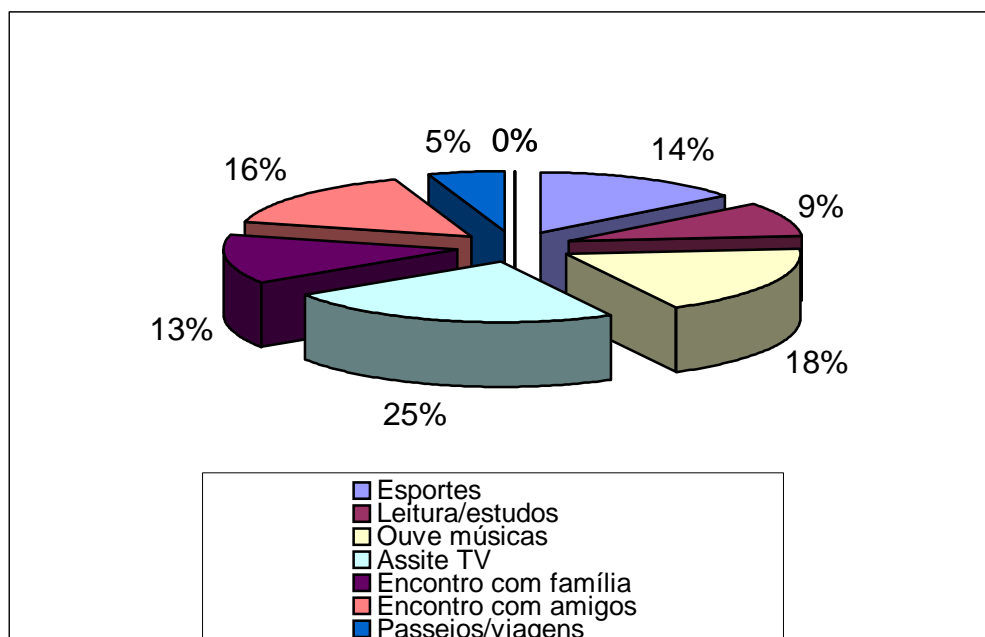


Gráfico 8- Prática de lazer dos trabalhadores do Sepé Tiaraju

Fonte: O autor da pesquisa

Atividades de lazer como encontros com familiares ocorrem conforme a distância permite. Dentro do assentamento ocorrem diariamente encontros na casa de familiares e amigos, onde tomam chimarrão e conversam. Visitas a parentes e amigos distantes ocorrem com frequência menor, pois implica gastos financeiros e tempo, por isso, geralmente acontece no período de férias coletivas, no final do ano. Outrossim, lazer como cuidar do jardim, confeccionar artesanato, ouvir música e assistir televisão pode ocorrer em uma frequência diária.

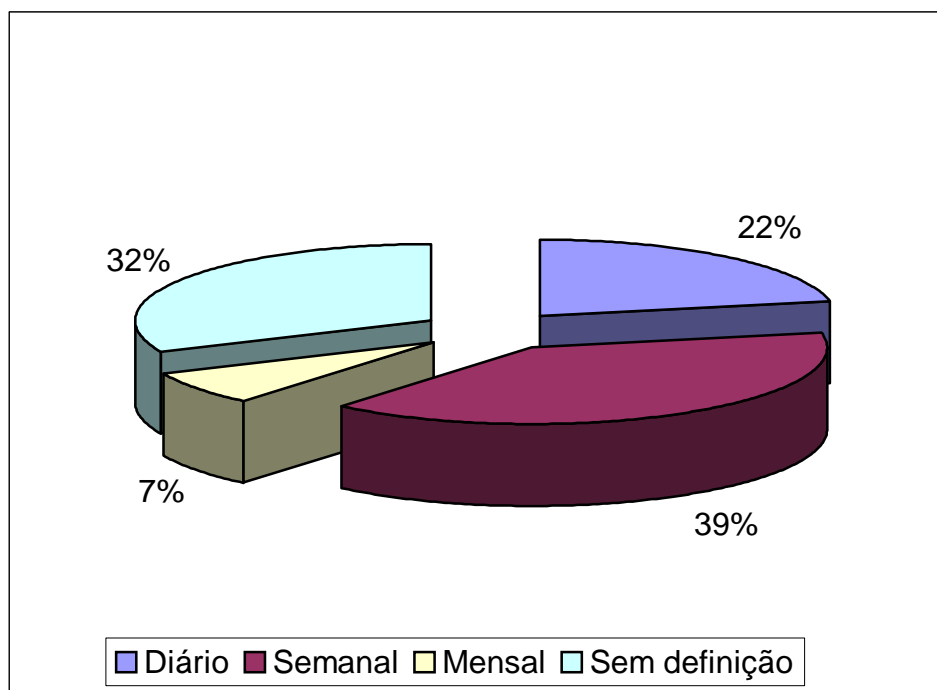


Gráfico 9- Frequência de lazer dos trabalhadores do Sepé Tiaraju

Fonte: O autor da pesquisa

Ao se referirem ao trabalho que gostariam de desenvolver no assentamento, dois/duas disseram preferir o setor de leite (setor de Animais); dois/duas disseram preferir o setor de Subsistência; três indicaram o setor de Animais e nove assentados/as preferem o setor de Lavoura.

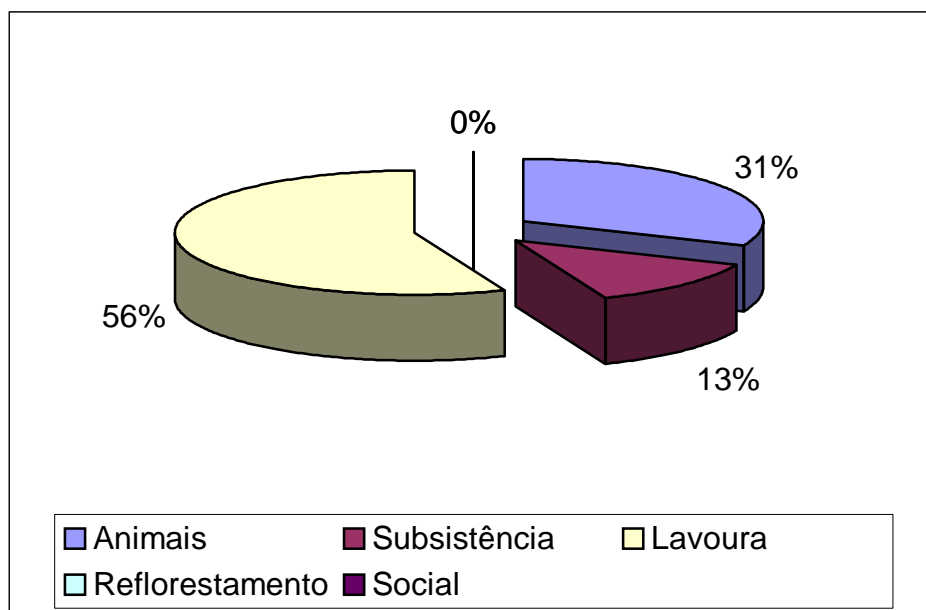


Gráfico 10- Setores de trabalho preferidos pelos assentados/as do Sepé Tiaraju

Fonte: O autor da pesquisa

Sobressai o fato de não terem sido citados os setores Social e de Reflorestamento. Embora a omissão destes setores possa estar contemplada pelas respostas dos/as assentados/as que disseram estar satisfeitos/as onde atuam. Entretanto, ficou explicitado pelas respostas dos/as oito assentados/as de um total de vinte e três, alto índice de disponibilidade para trabalhar em qualquer setor.

Certamente a grande flexibilidade destes sem-terra de trabalhar em qualquer setor tem viabilizado a constituição do assentamento coletivo, pois esta disposição facilita o processo de adaptação e rodízio/remanejamento de trabalhadores de um setor a outro. Inclusive, em resposta à questão: que trabalhos não gostariam de fazer? Houve respostas que demonstraram um espírito de coletividade, como a seguinte: *“Qualquer trabalho designado eu faria. Iria executar em benefício da comunidade”*.

A mesma disponibilidade não aparece entre os sem-terra estudados por Navarro (1995) no estado gaúcho. Conforme o autor, havia desconfiança entre grupos divergentes no assentamento Nova Ramada desde à época do acampamento. As divergências e os *conflitos* se acirraram progressivamente na experimentação do trabalho coletivo, a ponto de inviabilizar a continuidade da experiência. Conforme o autor, as *diferenças sociais e culturais* apareceram

como um dos motivos principais no processo de obstrução e desintegração da experiência coletiva.

Dados semelhantes aos encontrados por Navarro (1995) foram percebidos por Poker (1999) em seu estudo realizado em assentamentos no estado paulista. Conforme este autor, o projeto de cooperação proposto pelo MST encontra *resistências* por parte de alguns assentados que percebem o trabalho coletivo como uma ameaça ao projeto de vida representado pela autonomia administrativa do modelo *familiar-individual*.

O autor aponta para a necessidade de estabelecer *mudanças culturais* na vida dos assentados, os quais precisam se apropriar de um *sistema de valores* sustentado pelas relações de coletivização do trabalho e uso da terra. Entretanto, o processo de cooperação nem sempre se consuma com êxito, aparecendo *resistências* e até dissoluções de algumas experiências. Outrossim, Poker (1999) destaca que no contexto dos acampamentos a *re-socialização* ocorre com maior facilidade por causa da *ruptura* com a vida anterior, mas as novas práticas produzidas e experimentadas no acampamento raramente permanecem no âmbito do assentamento. Conforme o autor, no assentamento quando a conquista da terra se efetiva, na concepção da maioria dos sem-terra, a mobilização chega ao fim. Então, ocorre um retorno à condição anterior, marcada pelo ideal de autonomia proporcionada pela *administração familiar-individual* da terra.

As *mudanças culturais* necessárias para o estabelecimento de uma nova sociabilidade ao que o autor se refere encontram clima favorável para sua instauração nas interações do(s) acampamento(s). Porém, os assentados estudados por Navarro (1995), ao contrário, demonstram desconfiança entre si desde à época do acampamento. Portanto, não era de se estranhar que as *contradições e os conflitos* se ampliassem quando ignoraram as *diferenças culturais* entre os grupos diferentes e impusessem o “modelo laboratorial” comandado por uma das partes.

No caso do Sepé Tiaraju, algumas famílias passaram longos anos migrando por vários locais em diversos acampamentos na busca por melhores condições de vida, a ponto de haver famílias que chegaram a realizar até 19 mudanças para se estabelecerem definitivamente. Porém, estes sem-terra sempre tiveram presente que a vida no assentamento conquistado seria empreendida através de relações coletivizadas.

A grande disponibilidade dos assentados da Associação Sepé Tiaraju (mais de 1/3) em trabalhar em qualquer setor, além de demonstrar a flexibilidade destes sem-terra de continuar produzindo a existência coletivamente, explicita que a experiência de coletivização vivida por eles nos acampamentos possui consistência, pois o Sepé Tiaraju se organizou desde os primeiros debates em torno da construção da vida coletiva.

Ao se pronunciarem a respeito dos trabalhos que não gostariam de fazer, seis assentados/as do Sepé Tiaraju se referem ao setor de Animais; dois assentados/as responderam não gostar do setor de Reflorestamento; cinco assentados/as disseram não gostar de trabalhar no setor de Lavoura; três assentados/as disseram que não gostam de trabalhar no setor Social e sete não fazem referência à tarefa que não gostam de realizar.

Entre as atividades que alguns assentados não gostam de fazer, aparecem as questões financeiras que pertencem ao setor Social. Evidentemente que a complexa questão financeira da Associação exige dos/as assentados/as conhecimento, dedicação e disponibilidade para dispensar tempo excedente, o qual poderia ser dedicado ao lazer, por exemplo, ao invés de ser canalizado para esta atividade, haja visto que tais atribuições são realizadas em horário extra e gratuitamente. As respostas daqueles/as que não gostariam de lidar com questões administrativas podem estar mais relacionadas às dificuldades técnicas que tal tarefa exige do que à falta de disponibilidade por parte dos/as assentados/as.

No Reflorestamento diversos sem-terra não gostam de trabalhar. Tal trabalho exige o preparo do solo, das mudas e/ou sementes, além de reservar aos trabalhadores, geralmente um local de difícil acesso. Neste setor não há garantia de que as plantas cresçam devido às pragas e o fruto do trabalho demora ser visto.

Apenas uma assentada aponta o trabalho doméstico entre aqueles que não gostaria de realizar. Entretanto, as atividades domésticas, neste caso, recaem exatamente sob sua responsabilidade, principalmente, em virtude de suas condições de saúde que a impossibilita para o trabalho produtivo. Além da realização do trabalho doméstico, esta assentada dispensa cuidados à sua mãe, idosa, a qual está acometida por dificuldades visuais.

Entretanto, mesmo que diversos assentados tenham apontado algum trabalho que não preferem realizar, a explicitação de sua preferência não inviabilizou a produção da existência neste assentamento coletivo. Diversos assentados responderam que não gostam de realizar

trabalhos fora do Sepé Tiaraju. Entre estes, encontra-se uma mulher que não gostaria de trabalhar de empregada⁸³.

Além disso, sobressaem as falas de diversos sem-terra que não querem trabalhar com agrotóxicos no setor de Lavoura. O discurso em defesa da agricultura orgânica que os assentados praticam é marcante. Segundo depoimento dos assentados, eles desejam iniciar o processo de produção agrícola de maneira orgânica e posteriormente instaurar um assentamento organizado em moldes agroecológicos (Estatuto, Art. 1 e 2).

Na sociedade capitalista, a agricultura que deseja ser rentável tem recorrido ao processo de modernização para produzir excedentes. Por isso, tornou-se comum expandir a produção através do uso intenso de tecnologia tais como máquinas agrícolas, aplicação de insumos e defensivos agrícolas. Procedendo assim, os agricultores podem diminuir a força de trabalho dedicada na limpeza da plantação e simultaneamente ampliar a produção com maiores chances de obter lucro. O agricultor que adota alta tecnologia constata que seus custos de produção ficam reduzidos, faz aumentar a produção e assim, obtém lucro. Além disso, a utilização de tecnologia de maneira intensa, geralmente faz diminuir o esforço físico na realização do trabalho, gerando alta produtividade, a qual incide sobre o preço dos alimentos⁸⁴ no mercado.

Conforme depoimento dos assentados, a Associação Sepé Tiaraju pretende iniciar a produção com a agricultura orgânica para instaurar a agroecologia. Porém, não basta inscrever tal prerrogativa em seus Estatutos, pois é preciso que os assentados vejam o resultado do seu trabalho traduzido em alta produtividade e renda para que seja convincente, pois muitos sem-terra durante sua vida passada trabalharam para patrões nos moldes da grande lavoura, estando, portanto, acostumados a produzir com tecnologia à base de adubação química e agrotóxicos.

Em sua pesquisa, Salvaro (2004, p.165) ressalta que:

Durante a pesquisa de campo, os sujeitos investigados permaneceram morando e trabalhando no assentamento, quando retornei para a devolução do estudo aos assentados, quatro casais haviam mudado para outros assentamentos. A continuidade da presente pesquisa poderia apontar entre outras coisas, para a

⁸³ Salvaro (2004) fala que muitos assentados na Associação Sepé Tiaraju em sua vida pregressa precisaram trabalhar como empregados, diaristas e/ou bóias fria para produzir sua existência, especialmente no período de acampamento.

⁸⁴ O leitor poderá realizar aprofundamentos sobre o assunto que não é objeto focal desta pesquisa com Ricardo Abramovay (2002) e José Eli da Veiga (2002).

investigação dos motivos que levaram estes a mudarem para outros locais de moradia e de trabalho.

No período em que realizava esta pesquisa de campo, indaguei aos assentados o motivo da desistência das famílias do Sepé Tiaraju. Segundo depoimentos dos assentados, o motivo que provocou a desistência das famílias da Associação foi a determinação do Sepé Tiaraju de trabalhar de maneira agroecológica. As 4 famílias desistiram devido à opção pela agroecologia (sem adubação química, nem agrotóxico).

Dificuldades de convivência que a coletivização implica somadas à opção pela agroecologia em não se usar defensivos agrícolas nem adubação química fez com que muitos assentados preferissem buscar outros assentamentos, especialmente aqueles que optaram pela utilização de defensivos agrícolas, prática que contribui na diminuição do trabalho.

Salvaro (2004) constatou que no Sepé Tiaraju houve a permuta das 4 famílias que saíram do coletivo para assentamentos individuais, por não se adaptarem à proposta de implementação da produção. Alguns voltaram a acampar na espera de lotes individuais. Conforme a pesquisadora, estas famílias fizeram uma experiência, mas não se adaptaram ao projeto do Sepé Tiaraju.

Estes dados evocam a constatação feita por Poker (1999). Conforme o autor, o projeto de coletivização encontra *resistências* entre os assentados que percebem a cooperação como uma ameaça ao *projeto de vida* assentada na autonomia representada pela *administração familiar-individual* da terra.

Porém, no caso do Sepé Tiaraju houve desistência das 4 famílias devido à opção agroecológica do assentamento, mas não devido à questões de coletivização, tanto que estas famílias se propuseram e enfrentaram o desafio de construir a vida na cooperação, desistindo somente depois de terem vivido nos moldes coletivos, entretanto, por discordarem da opção agroecológica.

Outrossim, cabe destacar que questões de *natureza cultural* referidas por Navarro (1995) e Poker (1999) a respeito do trabalho e uso da terra (com ou sem defensivos agrícolas e adubação química) tiveram parte no processo de abandono destas famílias. Dá para pensar que, além de questões relativas ao *individualismo*, questões pertinentes à trajetória destes sujeitos construídas por singularidades produzidas em contextos *sociais e culturais* distintos atuaram neste processo.

Ao falar sobre suas condições de trabalho, os assentados do Sepé Tiaraju revelam detalhes a respeito da maneira que sentem e percebem a sua realidade de trabalho. As percepções de sua realidade expressam como a produção da existência é sentida na Associação. Os depoimentos concernentes às condições de trabalho são expressos a partir de uma realidade objetiva, a qual é sentida, percebida e manifestada de maneira diversificada, tendo em vista a diversidade cultural dos sujeitos sem-terra. Conseqüentemente, referente à mesma realidade aparecem depoimentos diversos:

Acho tudo legal. Não é difícil, não é longe. Vamos de trator ou jericó. Estamos colhendo bem, bastante para o gasto. Têm tudo os preparos já para produzir (Mulher, 28 anos, Setor Lavoura)

Dois aspectos desta fala merecem destaque por serem significativos ao sujeito sem terra. Quando diz que *tudo é legal, que não é difícil e nem longe* dá a entender que a sua história anterior foi marcada por condições diferentes das que vivencia na atualidade. Fica latente na fala da assentada que ela achava difícil trabalhar quando provavelmente precisava se deslocar para longa distância até ao local de trabalho. Agora, não é difícil. É perto. Além disso, os assentados dispõem de trator para ir até o trabalho, ou também, podem ir de *jerico*⁸⁵.

Acho que hoje a situação é boa. Nunca tive estas condições. Também nunca havia dedicado tantas horas ao trabalho como agora é preciso. Trabalhamos no setor até nos sábados e domingos, pois a demanda é grande. Temos de tudo no setor de animais, temos equipamentos em todos os setores para trabalhar. As condições são boas (Homem, 31 anos, Setor de Animais).

As atuais condições de trabalho são boas. Entretanto, há muito trabalhado a fim de responder à demanda do Sepé Tiaraju, especialmente no setor Animais, o qual implica muitas atividades no cuidado de alimentação, pois é preciso fazer rotação dos animais⁸⁶ pelos diversos piquetes de pastagens; consertar as cercas ao redor das pastagens e recolher as vacas leiteiras duas vezes ao dia. Após a ordenha é preciso retornar ao piquete de pastagem para que

⁸⁵ O jericó é muito conhecido e utilizado na agricultura. Trata-se de uma carroça agrícola motorizada. É uma condução adaptada em oficinas mecânicas onde se juntam partes distintas para formar o jericó: o chassi geralmente é de um automóvel acidentado/sucateado que recebe um motor (estacionário) diesel e carroceria de madeira. O jericó possui pneus de automóvel e anda numa velocidade próxima de 40 km/h.

⁸⁶ Os assentados possuem 40 vacas leiteiras. Na época da pesquisa, 26 estavam produzindo leite (cerca de 280 litros diários), que é vendido para o laticínio Santa Helena. Entretanto, o total de gado chega ao número de 70 que precisam ser alimentados e cuidados cotidianamente.

as vacas voltem a se alimentar. Depois deste trabalho, os responsáveis por este setor passam a dar atenção ao destino final do leite depositado nos resfriadores. Diferente dos outros setores, o de Animais não permite folga, não dispensa os trabalhadores nem nos feriados ou domingos. Com chuva e/ou frio, o trabalho não pára.

O processo de trabalho no setor dos Animais é permanente, por isso, há um rodízio em todos os finais de semana, substituindo 1/3 dos componentes deste setor por meio de uma escala que utiliza trabalhadores oriundos de outros setores, os quais passam a auxiliar a equipe que lida com os Animais durante os sábados e domingos. Muitos/as assentados/as se referem ao setor dos Animais e consideram-no ruim de trabalhar, sendo o mais rejeitado no assentamento.

Pra trabalhar tem condições boas. Já trabalhei em forno, na roça por dia. Trabalhei de dia e até de noite no forno, mas aqui é bem organizado. Gosto muito daqui (Mulher, 31 anos, Setor de Subsistência)

A assentada compara seu trabalho atual, o qual é considerado bem organizado e onde as condições são boas, àquilo que já precisou enfrentar no passado. No passado, sua jornada de trabalho era intensa, trabalhava de dia e de noite em forno de produção de carvão e trabalhou na roça como diarista. Mas agora, na condição de assentada, tem boas condições de trabalho, por isso gosta de viver no Sepé Tiaraju.

Quando a assentada descreve seu trabalho realizado há alguns anos atrás (*Já trabalhei em forno, na roça por dia. Trabalhei de dia e até de noite no forno*), antes do assentamento, nos remete ao período da instauração da *maquinaria* e constituição do sistema capitalista de produção. Período caracterizado por longas jornadas de trabalho e com poucos cuidados em relação à saúde do trabalhador.

Sinto orgulho de ser capaz de fazer este trabalho, faço com prazer. Um pouco que possuímos como casa, conforto, sinto vitorioso de possuir estes bens. Gosto das condições que vivo aqui. Julgo que está bem, tenho boas condições de realizar meu trabalho. Quando era individual havia mais coisas para fazer, era mais atropelado pra fazer tudo sozinho (Homem, 65 anos, Setor de Subsistência).

Na primeira parte, o assentado diz que tem prazer no seu trabalho. Agora, possui casa, conforto e outros bens. Portanto, as condições de vida são satisfatórias. Na segunda parte da

fala, o assentado faz uma comparação entre produzir a vida de modo individual e coletivamente. Conforme sua percepção, antes de viver no Sepé Tiaraju a vida era mais *atropelada*, pois havia muito mais atividades para realizar sozinho. No assentamento coletivo, o trabalho é realizado pelos assentados distribuídos nos cinco setores, por isso, a vida é mais sossegada, cada setor dá conta de suas tarefas pertinentes e assim todas as atividades são atendidas coletivamente sem sobrecarga.

Vendramini (2004) ajuda a entender o significado que possui o trabalho coletivo aos assentados, especialmente para pequenos agricultores que outrora precisavam realizar todo o trabalho de maneira individual. Segundo a autora, há um avanço do movimento em organizar os sem-terra em um contexto de *precarização*, de desemprego e *transformação no mundo do trabalho*.

Conforme a autora, os assentamentos são construídos como experiências de cooperação na criação de espaço econômico firmado sob princípios da *igualdade* e *solidariedade* ante a idéia de que *não há alternativa ao capitalismo*. Os sem-terra se organizam e se sustentam coletivamente, viabilizando a liberação de trabalhadores para atuação na militância, investindo na formação dos assentados, contribuindo com alimentos aos acampados, entre outras ações políticas. A autora reitera que “A vida e o trabalho compartilhados de forma coletiva e a superação do trabalho individual familiar constituem o aspecto mais educativo dos assentamentos e grupos coletivos” (VENDRAMINI, 2004: 12).

Se comparar desde quando começamos o planejamento, investimento, acho que algumas coisas erramos. Algumas coisas ainda não estamos tendo rendimento. Mas poderia estar dando renda. A longo e médio prazo acho que estamos ganhando no leite. Não pensamos na grande lavoura, investimos no trabalho coletivo e para manter o que conquistou. O anseio do pessoal que veio de outra cultura fez com que comprássemos maquinário e, aos poucos, isso não vai servir no que estamos pensando (agroecologia) Se produzir com menos custo, aí sobraria (Homem, 39 anos, Setor de Lavoura e Liberado).

Uma das lutas do MST é pela prática da agricultura orgânica, a qual aparece como uma etapa inicial na implantação da produção agroecológica, além disso, o movimento também prefere utilizar sementes não modificadas geneticamente. Conforme depoimentos, a Associação Sepé Tiaraju pretende iniciar um processo de produção orgânica a fim de implementar gradativamente a agroecologia.

No último depoimento, o assentado contrapõe a grande lavoura à opção agroecológica. Mas, a grande lavoura não precisa ser necessariamente contrária à agroecologia⁸⁷. Embora se reconheça que uma das características da grande lavoura seja utilizar equipamentos modernos na produção, defensivos agrícolas e também adubação química, não significa necessariamente que a grande lavoura seja contraditória à agroecologia.

O depoimento deste assentado evoca o período da *manufatura*, caracterizado pela combinação de muitos trabalhadores individuais que se especializavam em determinadas tarefas parciais e as realizavam com refinamento. Uma enorme vantagem proporcionada pela especialização dos trabalhadores, ao efetuar apenas uma atividade é a diminuição do tempo de trabalho necessário, na confecção do produto. Foi esta condição, que viabilizou a emergência do trabalhador coletivo, especializado, fornecendo a base técnica para a emergência da maquinaria, a qual torna relativizada e em alguns casos, até supérflua, a força muscular, viabilizando o emprego de mulheres e crianças na produção de mercadorias. A maquinaria, por sua vez possibilita o aumento da produção ao mesmo tempo em que faz diminuir o tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria.

Entretanto, apesar dos benefícios proporcionados pela maquinaria, segundo o depoimento do assentado, o *maquinário* (sic) adquirido pelos sem-terra *não vai servir*, pois a Associação Sepé Tiaraju pretende instaurar a agroecologia e concomitantemente redimensionar a utilização de máquinas pesadas, a exemplo do trator, para realizar apenas plantio direto. Conforme o assentado, eles pretendem produzir com *menos custo* e também diminuir o uso de equipamentos e *maquinário* (sic) com maior tecnologia mecânica (trator, colheitadeira), o que vai exigir, por conseguinte, o aumento da força de trabalho para produzir com *menos custo para sobrar*. Será que a agroecologia, opção feita pelo Sepé Tiaraju, se opõe à utilização da maquinaria?

São diversos os autores que abordam a temática concernente à utilização da maquinaria/tecnologia de forma intensiva na produção agrícola, fazendo aumentar a produção, diminuir os preços dos produtos, tornando ao mesmo tempo relativizada e às vezes até desnecessária a utilização de força física, inclusive, a própria força de trabalho tem sua

⁸⁷ O leitor poderá realizar aprofundamentos sobre a temática que não é objeto focal desta pesquisa com os autores: Ricardo Abramovay (2002), José Eli da Veiga (2002), Jacob Gorender (2002) e Arioaldo Umbelino de Oliveira (2002).

utilização diminuída. Entre eles destaco Abramovay (2002), o qual afirma que a agricultura familiar nos países centrais revolucionou/ampliou a produtividade ao fazer uso *intensivo* de máquinas e insumos. Por causa da base técnica aplicada no processo produtivo, a *mão-de-obra* na agricultura torna-se cada vez menos importante no processo produtivo.

Outro autor que destaca a importância do uso da maquinaria para aumentar a produtividade agrícola e diminuir a aplicação da força de trabalho na produção é Veiga (2002). Conforme o autor, no pós-guerra em 1945, a necessidade dos países centrais de obter *comida farta e barata* levou-os a expandir a produção agrícola com tecnologia. O autor reitera que o agricultor que utiliza alta tecnologia constata que seus custos de produção são reduzidos e, assim, obtém lucro. A utilização de tecnologia de forma generalizada faz aumentar a produção e isso provoca a queda dos preços. Por isso, nos dias atuais, o agricultor que prossegue adotando alta tecnologia tem seus custos de produção reduzidos e assim, possui maiores chances de obter lucro. Pois, a utilização *intensa* de tecnologia faz diminuir a força de trabalho, aumentar a produção e isso também provoca a queda do preço, resultando em alimentos mais baratos.

Porém, a Associação está determinada em prosseguir a produção da existência nos moldes da agroecologia e sem a utilização de defensivos agrícolas nem de adubação química. Além desta opção, o Sepé Tiaraju se propõe a redimensionar a utilização da maquinaria com maior tecnologia mecânica, a exemplo do trator, o qual será progressivamente substituído pela tração animal. Entretanto, tal opção vai incidir sobre a demanda de trabalho dos sem-terra, aumentando a necessidade de ampliação da força humana no trabalho, fato que vai aumentar o custo da produção e também influenciar diretamente sobre o lucro.

A opção do Sepé Tiaraju evoca a época da manufatura, período precursor da maquinaria. Fazendo o percurso em direção contrária, ao passado, os sem-terra ensaiam abandonar a maquinaria, uma conquista que concentra maior tecnologia, trocando por equipamentos rudimentares que exigirão mais força muscular, fato que dificultará significativamente o trabalho de homens, mulheres e adolescentes na produção da existência. É temeroso apostar uma saída para produzir a existência resgatando o saudosismo passado através de instrumentos de trabalho ultrapassados e até anterior ao período da manufatura. Pode ser um equívoco percorrer na direção oposta ao desenvolvimento da tecnologia.

Acho que posso contribuir mais aqui dentro. Dou conta do trabalho em casa e na roça. Vejo dificuldade de ficar só em casa. Penso que é melhor sair de dentro de casa, (penso) que posso contribuir mais e favorecer para mim. Vou me sentir melhor por não ficar só dentro de casa. Contribuir com o grupo também (Mulher, 28 anos, Setor Social).

A assentada está dividida entre diferentes trabalhos que precisa combinar: dentro de casa e na roça. Na sua percepção, é melhor não fazer o trabalho doméstico para poder trabalhar na roça. É necessário destacar que na Associação Sepé Tiaraju existe a combinação do trabalho doméstico e o coletivo. Esta organização dos sem-terra se configura de acordo com a característica dupla jornada de trabalho, tão comum na sociedade capitalista, na qual principalmente as mulheres que trabalham fora de casa, remuneradamente, necessitam ampliar/duplicar suas atividades, realizando o trabalho doméstico a fim de dar conta das necessidades de manutenção da família.

A mulher no Sepé Tiaraju faz 4 horas de manhã no trabalho doméstico e à tarde vai para os setores de produção, onde realiza cerca de três horas, à noite ao voltar para casa, se tiver crianças pequenas, passa a atendê-las juntamente com o trabalho de lavagem de louça, confecção de janta e demais cuidados da casa. Entretanto, o trabalho doméstico no período noturno é realizado com a participação de toda a família, porém, mesmo assim, recai fundamentalmente sobre a mulher.

O desejo da entrevistada é contribuir mais. Mas como poderá ampliar sua participação, se ela já desempenha uma jornada de trabalho, ao menos de oito horas diárias, na qual combina o trabalho doméstico, sob sua responsabilidade, com o trabalho coletivo? Isso implica que não há outro turno que possibilite a assentada trabalhar no coletivo. O que estaria indicando sua preferência pelo trabalho coletivo? Ela demonstra claramente sua vontade de sair de dentro de casa para se sentir melhor, assim, estaria mais favorecida, realizando o trabalho coletivo.

Os doze homens do Sepé Tiaraju responderam unanimemente que o trabalho doméstico é de ambos. Disseram também que concordam com a divisão do trabalho doméstico entre o homem e a mulher. Apenas um homem respondeu esta questão dizendo que efetivamente sua mulher fica mais com este trabalho.

As onze mulheres da Associação disseram que o trabalho doméstico é de ambos, embora uma resposta destaca: *eu assumo, mas é de ambos!* Neste caso, a mulher esclarece,

que em função da opção feita coletivamente pelos sem-terra, que deliberaram que elas têm o direito de permanecer em casa na realização do trabalho doméstico durante a manhã, então, o trabalho é assumido por ela. Todas responderam que concordam com a divisão do trabalho doméstico entre o homem e a mulher, inclusive uma mulher que realiza as tarefas domésticas sozinha sem a participação do homem, afirma: *luto por isso!*

Uma das questões que tem impedido os homens e as mulheres do Sepé Tiaraju de realizar uma jornada de trabalho equivalente é a opção de combinar as formas individuais de trabalho (trabalho doméstico) com as formas coletivas (trabalho nos cinco setores). Esta opção os tem impedido de implementar uma modalidade totalmente coletivizada.

A opção do Sepé Tiaraju evoca as reflexões realizadas por Poker (1999), o qual afirma que a experiência do MST para estabelecer a cooperação depende de *mudanças culturais* na vida dos assentados para que ocorra a incorporação de *outro sistema de valores*, sustentado pelas relações de coletivização do trabalho e uso da terra. Entretanto, conforme o autor, o processo de cooperação nem sempre se consuma com êxito, aparecendo *resistências* e até *dissolução* de algumas experiências instauradas.

As afirmações do autor são válidas ao Sepé Tiaraju quando se referem às questões de ordem *cultural*, embora não digam respeito ao processo de coletivização, pois a Associação desde à época de acampamento em 1995 se propôs e efetivou a produção da existência coletivamente. Mesmo que tenha estabelecido um assentamento coletivizado e, por isso mesmo, são perceptíveis os conflitos e as contradições no que concerne à divisão do trabalho doméstico, portanto ainda se faz necessário, conforme indica Poker (1999) e também Navarro (1995), estabelecer *mudanças culturais* na vida dos assentados a fim de que possam instaurar *outro sistema de valores*.

Outrossim, cabe destacar que questões de natureza cultural referidas por Navarro (1995) e Poker (1999), a respeito do trabalho tiveram participação na emergência das contradições e dos conflitos acerca da divisão do trabalho doméstico, conforme foi estruturado pelo Sepé Tiaraju que combina antigas formas de trabalho individual com novas formas coletivas.

Dá para pensar na existência de questões *culturais* pertinentes à trajetória destes sujeitos, que foram construídas em contextos sociais e culturais distintos, as quais atuaram na instauração da sociabilidade que combina formas coletivas com formas individuais de

existência. Esta diversidade *cultural* acaba gerando conflitos e contradições no cotidiano dos homens e das mulheres sem-terra. A realidade vivida pelo Sepé Tiaraju evoca a advertência feita por Navarro (1995), autor que alude sobre o aparecimento de *conflitos* que emergem devido à *diferenças sócio-culturais*. O autor previne, dizendo que o assentamento Nova Ramada (MST) ignorou as diferenças culturais e as *orientações culturais* na fundação da cooperativa, as quais influenciaram significativamente à emergência dos *conflitos* e a ruptura entre os grupos.

Bruschini (1982) também ajuda a pensar acerca da preferência da assentada do Sepé Tiaraju que deseja participar mais na esfera coletiva ao invés de se restringir ao trabalho doméstico, dizendo que as mulheres sempre realizaram atividades relacionadas à instância doméstica. Conforme a autora, as mulheres se especializaram nas atividades de preparação de alimentos, limpeza da casa e demais tarefas necessárias à reprodução da família. Apesar da importância desta atividade para a manutenção e renovação da força de trabalho, o trabalho doméstico não desfruta do mesmo *status* que o trabalho que produz mercadorias para a troca e, conseqüentemente, a viabilização e a realização do sistema capitalista, motivo pelo qual as mulheres preferem se afastar dele.

Sarti (1997) é outra autora que contribui para entender o sentido que o trabalho extraluar pode significar para a mulher, fornecendo-lhe remuneração, além de proporcionar a satisfação de sair de casa, sair do *confinamento* doméstico e sentir *gratificação* de saber que, através do seu trabalho seus filhos, são *vestidos e alimentados*.

Entretanto, os homens e as mulheres do Sepé Tiaraju se organizaram combinando o trabalho coletivo com o trabalho doméstico para produzir sua existência.

3. 3. Trabalho doméstico

A jornada de trabalho para os homens do Sepé Tiaraju, no inverno é de 7 horas e no verão corresponde a 8 horas, diariamente. As mulheres realizam uma jornada correspondente a 3 horas diárias tanto no inverno quanto no verão (Regimento, Normas, 10).

As três horas de trabalho realizado pelas mulheres correspondem ao montante de trabalho dedicado em prol do coletivo, o qual é remunerado. Esta jornada de trabalho

desenvolvida pelas mulheres ocorre no período vespertino, pois durante toda a manhã elas permanecem no interior de suas residências, com dedicação exclusiva na realização do trabalho doméstico, embora esta atividade não seja remunerada.

A aparente “reduzida” jornada de trabalho das mulheres não significa que elas possuam mais tempo do que os homens para desfrutar dos benefícios do *reino da liberdade*. Juntamente com os homens do Sepé Tiaraju, as mulheres permanecem no âmbito do *reino das necessidades*. Os/as assentados/as ainda não conseguiram “aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz ... de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar” (MARX, 1996: 47). Pois, a Associação Sepé Tiaraju está submetida a uma extensa jornada de trabalho para responder às necessidades de sua existência.

No período matutino, as mulheres estão desempenhando uma jornada complementar, pois estão envolvidas com as atividades domésticas, caracterizadas pelo fato de ser trabalho individual. Na Associação, o trabalho doméstico se aproxima de 2 a 6 horas diariamente.

Oito mulheres trabalham de 3 a 5 horas nas atividades domésticas e duas passam mais de 6 horas no atendimento aos afazeres domésticos.

Para caracterizar explicitamente as horas diárias trabalhadas pelas mulheres na esfera doméstica serão expressos seus valores, a seguir, em um gráfico.

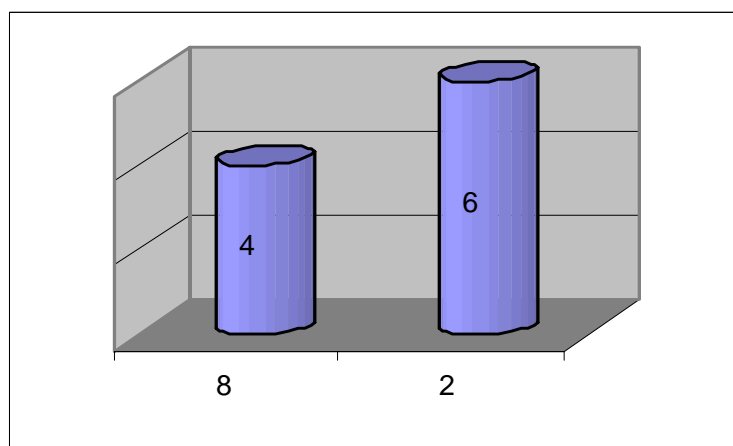


Gráfico 11- Horas de trabalho doméstico realizado pelas mulheres
Fonte: O autor da pesquisa

São diversas as atividades que compõem o trabalho doméstico. Dentre elas se destacam a limpeza da roupa, o preparo de alimentos, a limpeza da casa, o cuidado dos filhos e o auxílio na realização de suas atividades escolares, por exemplo.

No Sepé Tiaraju, o cuidado dos filhos, o auxílio na resolução de tarefas escolares, enfim, a educação se constitui em uma complexa atividade que recai sobre as mulheres. São sete os casais que têm ou tiveram filhos em idade escolar, também há uma assentada solteira que possui um filho na escola e, três casais ajudam ou ajudaram seus filhos nas atividades escolares.

O auxílio dos pais nas atividades escolares dos filhos se inscreve como uma extensão às atividades domésticas. Conforme as respostas dos sem-terra, tanto os homens como as mulheres auxiliam seus filhos na resolução das atividades escolares. A exceção fica por conta da mãe solteira, que necessariamente auxilia sozinha seu filho. Há dois casos em que ocorre somente a participação do homem e apenas a participação da mulher na ajuda aos filhos.

Diversos autores que discutem gênero, entre eles, Sarti (1997), afirmam que o trabalho doméstico tem sido compreendido na sociedade capitalista como uma expressão “natural” que caracteriza o feminino. Ou seja, pelo fato de ser mulher fica entendido, sob o capitalismo, que as atividades domésticas são de sua responsabilidade. Conforme a autora, entre as atividades “naturais” atribuídas às mulheres se destacam: cuidar das necessidades materiais e psicológicas da família, cuidar das crianças e dos doentes.

Segundo a autora, diversos trabalhos são *direcionados às mulheres*, tais como *enfermagem, secretária, faxineira*, entre outros, como se elas tivessem a competência requerida para efetivar tais atividades como *dádiva natural*, ou seja, como sendo um prolongamento das características femininas.

Sarti (1997) reitera que a responsabilidade acerca dos cuidados da casa e dos filhos não é assunto resolvido entre os casais, fato que fica explícito no número de conflitos existentes a respeito desta questão. As discussões acerca de *quem cuida* e como se exerce as *funções paterna e materna* nos arranjos domésticos tornam-se cada vez mais complexas, especialmente na geração em que o *papel de provedor* vem se dissolvendo entre ambos, após a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Os exemplos citados por Sarti (1997) precisam ser contextualizados, pois ela referencia profissões supostamente adequadas às mulheres como a enfermagem, secretária e

faxineira, que são típicas de uma realidade urbana. Feitas estas ressalvas, fica válido o destaque da autora de que trabalhos que requerem menor qualificação, como no caso, de faxineira e aquelas atividades que possuem uma conotação de cuidadora, como o caso da enfermagem, são tarefas supostamente adequadas às mulheres em nossa sociedade. O que precisa ser questionado aqui é o pressuposto de que a mulher (tanto quanto o homem) nasce(m) com uma tendência para realizarem um determinado trabalho. O que se questiona é a naturalização de que um determinado trabalho seja adequado para homem ou para a mulher pelo simples fato de ser homem ou mulher. Ora, a compreensão que admite a tendência “natural” do homem ou mulher realizar faxina, cuidar ou realizar qualquer outro trabalho, está negando o sujeito que deseja, escolhe e constitui seu projeto de vida em determinadas condições históricas e também está negando a constituição social de homens e mulheres.

Segundo Sarti (1997), o aumento da participação feminina no mercado de trabalho trouxe mudanças significativas no modo de vida das mulheres com qualificação profissional, entretanto pouco alterou a realidade das mulheres *pobres* que sempre trabalharam e sua inserção em trabalho remunerado não configurou situação nova que permitisse abalar os laços do *fundamento patriarcal das famílias*, pois elas continuam se inscrevendo pela lógica que lhes atribui *obrigações* quanto aos trabalhos domésticos, realizando, portanto, dupla jornada de trabalho.

A autora ressalta a contradição existente entre as *mulheres urbanas* da classe média e as *mulheres pobres*. As primeiras enfrentam uma realidade diferente das segundas que precisam realizar dupla jornada de trabalho. Tal contradição também ocorre entre os trabalhadores rurais no Sepé Tiaraju, pois independente de gênero, tanto os homens como as mulheres partilham de uma dupla jornada de trabalho: eles realizam 8 horas de trabalho nos setores, elas dividem a jornada de 8 horas no trabalho doméstico e nos setores e à noite ambos participam do trabalho doméstico.

Conforme Sarti (1997), o trabalho adquire um sentido diferenciado para homens e mulheres. Um aspecto que diferencia é a participação e a responsabilidade de pai e de mãe em relação aos cuidados dos filhos. Conforme a autora, haverá maior ou menor participação do homem nos cuidados dependendo do *padrão cultural* da família. Se for família “pobre”, haverá uma *tendência* à participação coletiva no cuidado das crianças. A participação no cuidado não se restringe à unidade doméstica circunscrita a casa, mas amplia-se a ponto de

envolver uma ampla rede de sociabilidade que pode incluir os avós, parentes e instituições públicas.

A autora fala de uma *tendência* das famílias “pobres” de participar coletivamente do cuidado das crianças. O zelo coletivo pelas crianças foi um fato que pude observar nas diversas vezes que estive no Sepé Tiaraju. Experimentei a mesma realidade quando desfrutei da hospitalidade e receptividade. Observei, também, que no convívio entre si, os sem-terra experimentam relações permeadas pela solidariedade. Pois, as crianças circulam pelo pátio da agrovila envolvidas em jogos e brincadeiras. Umam passeiam nas casas das outras e tomam acesso pelo interior dos diversos cômodos, fazem refeições em conjunto, independente da casa que estão freqüentando.

As crianças do Sepé Tiaraju permanecem com suas mães no período matutino e à tarde participam da Ciranda Infantil, sob a responsabilidade de uma educadora integrante do assentamento. Na Ciranda, as crianças participam de atividades educativas e lúdicas de maneira coletiva enquanto suas mães, no mesmo período, trocam o trabalho doméstico pelo trabalho nos setores de produção.

As mulheres do Sepé Tiaraju combinam o trabalho coletivo, que é remunerado, com o trabalho doméstico individual não remunerado, realizando, desta maneira, uma jornada de trabalho que equivale à jornada efetivada pelos homens. Em famílias de solteiros e/ou separados (2 homens sem filhos e 2 mulheres com um/a filho/a cada uma), todas as atividades domésticas tem sido realizadas por eles próprios, no período do meio-dia e noturno, restando para estes, menos tempo para o lazer e para o descanso.

À noite e nos finais de semana, os sem-terra não desfrutam de tempo livre para fazerem o que quiserem. Acontece com eles o mesmo que ocorre na sociedade capitalista, na qual as mulheres trabalhadoras que realizam trabalho remunerado fora de casa, ainda assim, precisam desempenhar todas as atividades domésticas em horário suplementar, caracterizado como dupla jornada de trabalho. Ora, se homens e mulheres trabalham o dia inteiro e à noite continuam trabalhando, tal organização da vida caracteriza-se como dupla jornada de trabalho, sem distinção significativa da realidade do trabalho na sociedade capitalista.

Nos dias que estive no assentamento, observei a articulação de uma família (ele com 39 e ela com 36 anos, possuindo 4 filhos: com idades entre 9 e 19 anos) em que o homem permaneceu em casa pela manhã a fim de realizar o almoço e demais atividades domésticas.

Na metade daquela manhã o acompanhei até à lavoura para vermos o plantio de girassol que estava sendo feito pela sua companheira e por um técnico agrícola domiciliado no Sepé Tiaraju. Após observarmos o plantio, passamos em outra lavoura ver a plantação de centeio e trigo e depois retornamos à residência da família onde o homem prosseguiria os trabalhos domésticos.

O processo que acompanhei transcorreu sem nenhum estranhamento do referido homem, nem percebi surpresa nos demais sem-terra devido à referida combinação-divisão sexual do trabalho. A “naturalidade” desta configuração de gênero pode estar relacionada ao fato de o assentamento possuir diversos solteiros, os quais realizam sozinhos todo o trabalho doméstico, entre estes se encontram três homens e duas mulheres, que estão acostumados a desempenhar tais atividades. Uma questão que tem favorecido o convívio no assentamento é o debate e discussão entre os sem-terra concernente às relações de gênero que ocorrem nos núcleos de formação política, utilizando o conhecimento apropriado e também materiais didáticos produzidos pelo Setor de Gênero do MST, fatos que têm auxiliado o Sepé Tiaraju na superação das contradições e conflitos. Além disto, o Sepé Tiaraju é um assentamento pequeno onde as relações dos sem-terra não apresentam maior complexidade para emergir contradições. Embora, foi possível verificar conflitos no que concerne à divisão sexual do trabalho, especialmente entre um casal devido à não cooperação no trabalho doméstico.

Mesmo que a participação de homens e mulheres no trabalho doméstico não venha ocorrendo plenamente, os assentados responderam que concordam com a cooperação para que as mulheres tenham condições de ampliar sua participação e trabalhar em todos os setores.

Concordo, para que tenhamos condições para contribuir nos trabalhos coletivos (Mulher, 31 anos, setor de Subsistência).

Exatamente, concordo com a divisão deste trabalho (doméstico). Acho que já foi a época da mulher trabalhar sozinha. A cozinha não foi feita só para as mulheres. Os direitos precisam ser iguais. Ela trabalha também na lavoura como eu (Homem, 35 anos, setor de Lavoura)

(...) Em casa o trabalho não só pode como deve. Devemos trabalhar na igualdade. Buscar nossa carga nos setores e aumentar a delas para elas contribuírem mais nos setores e nós também aqui dentro (doméstico). Penso assim, mas é preciso que o coletivo pense assim para fazer assim (Homem, 31 anos, setor dos Animais).

Precisamos fazer junto. Se fosse fazer (o trabalho doméstico) sozinha ficaria só em casa e não participaria da vida da comunidade, por isso dividimos o serviço da casa, mas nem sempre foi assim. Mudamos depois de entrar no movimento. Antes pensava que era coisa de mulher. Na verdade não concordo que ninguém explore ninguém (Mulher, 36 anos, setor de Subsistência).

É significativo para as mulheres poderem participar igualmente do trabalho na produção e receber remuneração. Aliás, elas têm demonstrado, em seus depoimentos, o desejo de participar mais ativamente nos setores produtivos, local onde estariam mais realizadas. Mas o Sepé Tiaraju está organizado de forma que as mulheres combinam o trabalho doméstico, não remunerado com o trabalho coletivo, remunerado. Ou seja, recebem remuneração parcial, pois a estrutura adotada desconsidera a longa jornada que elas efetivamente realizam. Trabalhar 8 horas (ou mais) e receber por apenas 4 faz grande diferença para quem recebe, implicando em desvalorização.

Dentre os casais, três afirmam unanimemente que partilham os serviços domésticos; três casais não são unânimes quanto às suas afirmações, pois duas mulheres dizem que são os dois que realizam o trabalho doméstico e contraditoriamente seus cônjuges dizem que são elas, e um homem afirma que ambos realizam o trabalho, mas sua esposa diz que é ela. Os solteiros e/ou separados fazem sozinhos todo o trabalho doméstico.

Nas respostas dos sem-terra sobressai a contradição entre três casais acerca de quem realmente se encarrega do trabalho doméstico. Nestes casos, efetivamente, o trabalho doméstico é realizado predominantemente pelas mulheres, pois elas permanecem em casa no período matutino na realização destas atividades.

Apesar do Sepé Tiaraju ter inovado na maneira de produzir a vida coletivamente, ainda assim, permanece reproduzindo a divisão sexual do trabalho, perpetuando atividades diferenciadas para homens e mulheres, conforme a práxis da sociedade capitalista. Porém, é preciso destacar que o modelo escolhido pela Associação passou por discussões coletivas e representou naquele momento uma opção satisfatória para os homens e para as mulheres sem-terra. Além disso, não podemos concluir antecipadamente que a opção que delega as atividades domésticas às mulheres seja necessariamente hierárquica. Esta escolha atendia as necessidades deles, muito embora, os sem-terra estejam demonstrando o desejo de modificar as relações de trabalho para aperfeiçoar continuamente o processo de produção da existência.

A experimentação dos sem terra demonstra o quanto é difícil alterar uma tradição que foi historicamente constituída mesmo que os atores envolvidos tenham a consciência de que é necessário alterar a divisão sexual do trabalho conforme estabelecida a partir do modo de produção capitalista. Os assentados do Sepé Tiaraju estudam gênero e discutem alternativas para superar a divisão sexual do trabalho porque compreendem que é preciso mudar as bases históricas que perpetuam estas relações de poder entre homens e mulheres.

Os dados encontrados no Sepé Tiaraju relembram os estudos de Bruschini (1993), a qual destaca que o trabalho feminino tem sido articulado e combinado entre a instância doméstica e de produção. A autora confirma que, historicamente, as mulheres sempre desempenharam as atividades relacionadas ao trabalho doméstico em prol do cuidado da família. Entre as tarefas que as mulheres historicamente realizaram sobressai a preparação de alimentos, limpeza da casa e roupas, entre outras atividades indispensáveis à manutenção de toda a família.

Segundo a autora, pesquisas que se referem ao trabalho na Europa no século XIX mostram que nem sempre houve a divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo (doméstico), pois a unidade doméstica aparecia como local privilegiado onde ocorria toda a produção necessária ao sustento da família. Na mesma unidade, eram feitas as atividades domésticas, as quais eram compartilhadas pela família na produção de manufaturas⁸⁸.

Com a emergência da revolução industrial, a qual passa a concentrar a produção na fábrica, inicia-se a distinção entre as duas esferas: a unidade de produção se concentra na fábrica, ficando no âmbito da residência todas as demais atividades pertinentes à sobrevivência da família. Após a instauração da divisão da produção da existência em locais distintos, ao homem compete o trabalho na produção de mercadorias e a mulher passa a se encarregar com as tarefas de reprodução da família. Mesmo que inicialmente homens e mulheres tenham sido separados em locais distintos na produção da existência, aos poucos, os capitalistas inserem as mulheres e as crianças na produção industrial, fazendo baixar o valor da força de trabalho.

⁸⁸ Conforme Marx (2002), a manufatura cria o trabalhador coletivo, o qual constrói todas as condições necessárias para a instauração da maquinaria, que, por sua vez, passa a revolucionar todas as esferas da produção, alterando as condições materiais e objetivas sobre as quais estava assentada a família, trazendo como desdobramento, alterações significativas na organização da própria família.

Entre as transformações provocadas pela maquinaria aparece como destaque a entrada da mulher no sistema de produção de mercadorias, constituindo-se como uma das principais alterações propiciadas pelo capitalismo. Entretanto, a jornada remunerada de trabalho da mulher não a dispensou de suas “obrigações” em relação ao trabalho doméstico. Então, a mesma passou a enfrentar dupla jornada de trabalho: uma fora de casa e outra na realização do trabalho doméstico. A perpetuação desta realidade pode ser percebida na atualidade entre os assentados. Apesar de conquistarem inúmeros avanços, os sem-terra continuam reproduzindo a divisão sexual do trabalho que delega tarefas diferenciadas para os homens e para as mulheres. Além disso, eles precisam fazer em família o trabalho doméstico no período noturno.

Os assentados do Sepé Tiaraju ainda não conseguiram se libertar da dupla jornada de trabalho, pois à noite toda a família se envolve com maior ou menor participação na realização do trabalho doméstico.

A dupla jornada de trabalho tem sido discutida por diversos autores. Desde a gênese do capitalismo, foram feitas algumas tentativas para livrar as mulheres da excessiva jornada de trabalho. Entretanto, nos dias atuais, a dupla jornada de trabalho tem se revelado como uma realidade complexa de ser modificada.

No interior do MST tem havido discussões acerca da interface e articulação entre classe social e gênero. O próprio movimento tem publicado discussões a este respeito. Conforme antecipado no capítulo dois deste trabalho, há um setor de discussão política que produz material e o disponibiliza para servir de referencial educativo nas bases de formação. Mediante estas publicações, o movimento tem incentivado a criação de assentamentos coletivos para incrementar a produção da existência, facilitar o aproveitamento da força de trabalho e melhorar a qualidade de vida. A partir de 1990 são diversos os assentamentos que se organizam coletivamente e instauram cozinhas coletivas e Ciranda Infantil (creches/pré-escola) a fim de diminuir a jornada de trabalho, geralmente sob a responsabilidade das mulheres.

O Sepé Tiaraju, inclusive, optou por uma organização coletiva para produzir a sua existência. Nesta estrutura coletiva, os sem-terra estão distribuídos pelos cinco setores de produção e nos três núcleos de formação e discussão política. Entretanto, não eliminaram a dupla jornada de trabalho em função de sua organização que não escolheu uma cozinha ou

refeitório coletivo, modelo já implantado em diversos assentamentos com a intenção de especializar os trabalhadores, reduzir as perdas de alimentação e facilitar a coletivização/confraternização, alterando a histórica divisão sexual do trabalho vigente na sociedade capitalista.

A adoção de uma cozinha coletiva no assentamento (como um setor a mais) ampliaria as possibilidades de as mulheres participarem dos trabalhos remunerados nos demais setores, inclusive, trabalhando na própria cozinha coletiva remuneradamente. Entretanto, isto não ocorreu e a divisão sexual do trabalho doméstico demonstrou ser uma das dificuldades geradoras dos maiores conflitos de gênero no Sepé Tiaraju.

Já que alguns assentamentos optaram por uma cozinha coletiva para superar a fase do trabalho individual e inaugurar relações de trabalho totalmente coletivizadas, as futuras pesquisas poderiam verificar a configuração que o assentamento poderá escolher para coletivizar plenamente a produção da existência. Aliás, a plena coletivização com uma cozinha coletiva representaria, de fato, a superação dos conflitos de gênero entre os assentados? Como ficaria, por exemplo, o cardápio em uma cozinha coletiva? Se cada assentado tivesse que montar um cardápio como seria a composição do café da manhã, do almoço e da janta? A diversidade alimentar e cultural faria emergir conflitos? Haveria enfrentamentos, gerando contradições?

A divisão sexual do trabalho sob o capitalismo continua outorgando às mulheres uma dupla jornada de trabalho e se apresenta permanentemente como uma questão ainda não resolvida. A jornada de trabalho no Sepé Tiaraju também está imbricada em uma complexa trama que envolve aspectos relativos à classe social e gênero, aspectos culturais, entre outros.

Mészáros (2002) tem destacado algumas dificuldades encontradas ao longo da história na tentativa de luta pela igualdade. O autor afirma que as mulheres tiveram de compartilhar a *subordinação* em todas as classes sociais, o que torna explícita que a questão da emancipação não se restringe à classe. Reitera que sob o capitalismo não há nenhum “espaço especial” para a *emancipação* das mulheres, pois, a estrutura de comando do capital sempre será incompatível com a possibilidade de *igualdade*. Por isso, segundo o autor, a luta precisa iniciar/confrontar pela/a divisão sexual do trabalho, conforme está constituída. A partir do modo como o trabalho está estruturado sob o capitalismo, os sujeitos só podem ser configurados em *relações hierárquicas de poder*.

Os atravessamentos e articulações existentes entre classe social e gênero no mundo do trabalho dão demonstrações de que é preciso rever tais relações se a proposição é engendrar outra *sociabilidade*, na qual homens e mulheres não se sintam sobrecarregados nem explorados na produção de sua existência, mas possam empreender relações humanas *satisfatórias*. No âmbito do Sepé Tiaraju, ainda permanecem algumas dificuldades que a organização coletiva não conseguiu solucionar. Os quatro depoimentos relatados a seguir são expressões vivas das dificuldades que eles enfrentam:

(O trabalho doméstico) seria só da mulher, pois o homem trabalha fora. Se não puder fazer é da mulher que fica em casa (Mulher, 28 anos, Setor de Lavoura).

Esta assentada responde que em função da organização do Sepé Tiaraju, a qual leva as mulheres a combinar a jornada do trabalho doméstico com o coletivo, o trabalho doméstico, neste caso, é da mulher. A assentada se limita a explicitar a organização que os sem-terra escolheram, não questiona nem sugere qualquer reestruturação, independente do trabalho doméstico ser realizado por homem ou mulher. A aceitação incontestada da divisão sexual do trabalho sugere o quanto um modelo cultural e historicamente estabelecido é reproduzido, sem questionamento, como algo natural. Já que o homem realiza sua jornada completa na esfera coletiva, então, o trabalho doméstico *é da mulher que fica em casa*.

O serviço (doméstico) deve ser feito. Ela se dedica mais. Não é dela, mas ela se dedica a isso (Homem, 61 anos, Setor de Subsistência).

O assentado responde que o trabalho doméstico precisa ser feito. Ele reconhece que ela se dedica mais. Não é dela, mas ela se dedica a isso. Na sua fala transparece o quanto está cômodo para quem não está contribuindo. Enquanto a divisão do trabalho não for questionada, enquanto a mulher estiver fazendo, se dedicando mais, a divisão do trabalho não será transformada.

Na realidade, eu assumo (o trabalho doméstico) pela nossa realidade, mas penso que é de ambos (Mulher, 28 anos, Setor de Social).

Outra assentada fala que faz o trabalho doméstico devido à maneira que a Associação se organizou, ou seja, o Sepé Tiaraju optou em combinar o trabalho coletivo com o trabalho doméstico. Devido ao acordo estabelecido, a mulher faz o trabalho doméstico, embora demonstra ter consciência de que não é uma atribuição *natural* das mulheres, mas uma escolha livre dos sem-terra. Mesmo que a Associação tenha escolhido tal estrutura, esta mulher continua entendendo que o trabalho doméstico é de ambos.

(O trabalho doméstico) *Seria dos dois. Luto por isso, mas o sistema leva a gente a isso. Me revolto (sic) com isso, o serviço não é de um só, é dos dois. Não é só a mulher. Fico braba, destrato, não é só a mulher que deve fazer, mas vou levando a vida assim. A filha ajudava mais. A gente não tinha essa visão. Agora, a gente sabe que tem que ajudar. Naquela época, não tinha essa visão. No meu tempo, eles não faziam, não ajudavam* (Mulher, 52 anos, Setor de Subsistência).

Este depoimento explicita a contradição estabelecida pela organização que combina o trabalho coletivo com o doméstico. O Sepé Tiaraju coletivizou todos os setores da vida, com exceção do trabalho doméstico que fica sob a responsabilidade das mulheres. A combinação entre o *novo* modo de produzir a existência com as *velhas* formas históricas e culturalmente estabelecidas estão gerando conflitos de gênero.

Esta assentada demonstra descontentamento pela situação que enfrenta. Desde quando os filhos (um filho e uma filha, ambos casados) eram pequenos, esta mulher desempenhou os afazeres domésticos sozinha ou recebeu ajuda de sua filha, portanto, o trabalho doméstico recaiu sobre sua inteira responsabilidade ao longo de toda a sua vida.

A realidade expressa no último depoimento nos remete à reflexão de Sarti (1997). Conforme a autora, os *arranjos* familiares denominados *igualitários* também enfrentam dificuldades quando se trata de envolver a família nas atividades domésticas. A responsabilidade do homem e da mulher não é assunto resolvido de forma concorde, ao contrário, implica conflitos especialmente quando a mulher trabalha fora. As responsabilidades tornam-se cada vez mais complexas na atualidade especialmente quando o *papel de provedor* vem se dissolvendo entre o homem e a mulher após sua inserção no mercado de trabalho.

A configuração escolhida pelo Sepé Tiaraju que combina o trabalho coletivo com o doméstico sob a responsabilidade das mulheres tem gerado conflitos. A última entrevistada

demonstra a contradição dos sem-terra e explicita a necessidade do assentamento rever a responsabilidade de homens e mulheres no trabalho, pois eles demonstram a pretensão de construir uma sociedade igualitária.

Porém, com exceção de um homem que não participa do trabalho doméstico, dois auxiliam e os demais compartilham plenamente as atividades que são realizadas (pela família) no período noturno. Não somente as mulheres, mas também, as crianças e adolescentes, que vivem no Sepé Tiaraju auxiliam a família nas atividades domésticas. Apenas não colaboram aqueles que ainda não possuem condições fisiológicas motoras para realizar estes trabalhos. Entretanto, todos compartilham dos trabalhos, independente de ser menino ou menina.

O último depoimento da mulher deixa transparecer que ela não sabia sobre as questões que discutem igualdade para homens e mulheres. Agora, após a entrada no assentamento, ela adquiriu a concepção de que as atividades domésticas não são *naturalmente* trabalho de mulher, sendo que, o conhecimento que possui foi construído no interior do movimento, o qual possui o Setor de Gênero para discutir com os assentados estas questões de gênero. Salvaro (2004) em sua pesquisa ressaltou acerca da existência de uma mulher no Sepé Tiaraju que é referência no assunto de gênero. O destaque da assentada sobre o assunto explicita que o tema é debatido e produz significados esclarecedores na vida dos sem-terra.

Principalmente, a última resposta explicita a existência de conflitos a respeito da divisão sexual do trabalho doméstico, demonstrando como é difícil, na prática, organizar uma sociedade em relações humanas que sejam *satisfatórias* (com emancipação/igualdade) sob a lógica do sistema capitalista. As dificuldades sentidas também são estruturais, pois o Sepé Tiaraju adota a divisão sexual do trabalho vigente na sociedade capitalista, implicando que enquanto o assentamento não alterar a organização do trabalho (coletivo e doméstico) não ocorrerão as mudanças reivindicadas, especialmente pelas mulheres. As dificuldades experimentadas extrapolam os limites das famílias e dizem respeito ao interesse de todo o assentamento, que escolheu sua organização em forma de cooperação coletiva, porém até este momento alterou parcialmente a divisão do trabalho doméstico.

Os/as assentados/as do Sepé Tiaraju compartilham discussões acerca de gênero e têm se esforçado para imprimir nas relações de trabalho uma cooperação que implique a participação de homens e mulheres independente do tipo de atividade a ser realizada⁸⁹.

De acordo com Sarti (1996) existe um determinado *lugar* para o homem e para a mulher não apenas no imaginário popular, mas também nas relações sociais. Nesta configuração, o homem (pai) aparece no posto de *chefe da família* e a mulher (mãe) é a *dona de casa*. A ele compete o *papel de prover* teto e alimento, e fazendo assim, ele terá autoridade. O fato de o homem ser identificado como figura investida de autoridade, não implica que a mulher não a possua, pois há uma divisão complementar de autoridade entre eles na família. A *casa é identificada* com a mulher e a *família* com o homem. Ele é o *chefe da família* e ela é a *chefe da casa*. Ele personifica a idéia de autoridade e realiza a mediação da família com o *mundo externo* e ela garante a dimensão da autoridade na manutenção interna do grupo. Ela cuida de todos e zela para que tudo esteja no seu devido lugar, afinal, ela é a *patroa*. Conforme a autora, outro papel importante que sustenta a autoridade da mulher é o *controle do dinheiro*, o que não significa sua capacidade de ganhar dinheiro, mas o seu *papel de dona-de-casa*.

Ao se referirem sobre quem se responsabiliza pelo dinheiro, quatro casais assentados disseram que administram em conjunto o orçamento familiar; um casal decide em conjunto o que comprar, entretanto, quem efetiva as compras é sempre a esposa; outro casal, programa em conjunto o que comprar e quem geralmente efetiva as compras é o marido; um casal se contradiz acerca da decisão do orçamento familiar: ele diz que “*Se precisar ela pega e eu pego*”. Entretanto, ela afirma que “*é sempre ele*”. Outro casal dá respostas contraditórias: ele diz que “*O meu, sou eu e o que ela pega é dela*” e ela afirma que “*Para dizer bem a verdade, sou eu*”.

A administração do dinheiro nos remete às relações de poder entre o homem e mulher. O assunto se torna significativo quando constatamos que as mulheres no Sepé,

⁸⁹ O fenômeno de cooperação familiar na realização do trabalho doméstico não acontece na categoria de educadores do município de Blumenau, conforme Cardoso (2002). Os educadores pesquisados não repassam aos filhos atividades, tais como lavar e passar entre outras, o que significa que as mulheres professoras se sobrecarregam com o trabalho doméstico (dupla jornada de trabalho), além de já possuírem longa jornada de trabalho de 40 a 60 horas semanais.

diferente dos homens, possuem meia jornada de trabalho remunerada, por conta da organização/divisão sexual do trabalho adotada pelo assentamento.

Os *lugares* ocupados por homens e mulheres na família são construções sociais históricas da mesma forma que o é a divisão sexual do trabalho. Neste sentido, o trabalho masculino, freqüentemente, na sociedade capitalista, tem realizado predominantemente produtos com *valor de troca* e a mulher tem realizado trabalho principalmente com *valor de uso*, para o consumo e manutenção da família.

A relação dominação-exploração que envolve homens e mulheres não significa total submissão ou esmagamento, pois a subalternidade não significa ausência de poder. Conforme Saffioti (1994), existe poder com dois, em medidas desiguais. Para a autora, a desigualdade não deve levar a se pensar na existência de hierarquia, mas trata-se de uma relação contraditória. Homem e mulher jogam dialeticamente cada um com seus poderes, um para preservar sua supremacia e o outro, a fim de tornar menos incompleta a sua cidadania. Portanto, as relações dos homens e das mulheres (de gênero) no Sepé Tiaraju estão permeadas pelo poder.

Em se tratando da esfera doméstica, local privilegiado histórica e culturalmente onde ocorre a experimentação do poder da mulher, as atividades transcorrem conforme sua preferência/determinação. Nesta esfera, as coisas acontecem segundo suas escolhas, pois é o local privilegiado do exercício do seu poder em nossa sociedade. Por isso, é de se esperar que ela identificada com o espaço da casa realize as tarefas, zelando para que tudo esteja no seu devido lugar. Logo, nesta configuração, as atividades domésticas são de domínio feminino.

Como no Sepé Tiaraju, o trabalho doméstico possui a participação da família, especialmente no período noturno, os filhos são envolvidos nestas atividades. Dois casais combinam entre si as tarefas domésticas que estes precisam fazer; cinco casais não combinam, por isso, recai sobre a mulher a responsabilidade de dividir o trabalho, solicitando aos filhos auxílio na realização do referido trabalho; um casal relatou que os filhos já conhecem suas tarefas, por isso fazem-nas espontaneamente e, uma mãe solteira faz combinação com seu filho na divisão do trabalho doméstico.

Conforme Souza Lobo (1991), a força de trabalho é sexuada. Ou seja, o trabalho é realizado por homem ou por mulher, aparecendo, assim, relacionado com gênero. Gênero e trabalho possuem interfaces e articulações que se torna difícil abordar um sem relacionar e

implicar o outro. O trabalho é valorizado de acordo com os significados históricos e culturais que são atribuídos às atividades masculinas e femininas⁹⁰.

Autoras como Schirmer (1997) e Sarti (1996, 1997) ampliam a discussão concernente ao entrelaçamento entre trabalho e gênero, dizendo que o trabalho doméstico faz parte da vida cotidiana das mulheres. Ele sempre foi *identificado* como sendo um atributo essencial do *papel feminino* e com suas implicações de lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar participa da construção da *identidade feminina* em um mundo social recortado pela diferenciação de gênero. A área da casa, que envolve os trabalhos de *manutenção* da família, é espaço privilegiado da ação e do *domínio feminino*. Já o trabalho remunerado da mulher pode adquirir o sentido de lhe proporcionar gratificação por saber que, através do seu esforço, a mulher veja seus filhos vestidos e alimentados, o qual lhe proporciona algum dinheiro que será investido no bem-estar da família, e, além do mais, o trabalho remunerado pode proporcionar à mulher a “gratificação” de *sair de casa* para trabalhar, retirando-se do *confinamento* doméstico.

Este estudo não pactua com a idéia que identifica homens ou mulheres a um rígido padrão de desempenho de atividades. A concepção que identifica a mulher ao trabalho doméstico apresenta-se como uma visão essencialista por encobrir a construção social de homens e mulheres mediada por relações de poder empreendidas como produto de relações sociais historicamente determinadas. Neste trabalho, homens e mulheres aparecem como sujeitos que se constituem livremente através da experimentação de projetos determinados e tecidos nas tramas históricas.

O campo empírico demonstrou que todos os assentados concordam que o trabalho doméstico deve ser compartilhado por todos, independente de ser homem, mulher ou adolescente. Entretanto, a organização do Sepé Tiaraju optou por outra configuração, por isso existe esta atual realidade e seus desdobramentos que explicitam os conflitos e contradições.

⁹⁰ Conforme Paulilo (Apud PELLEGRINI, 2003), o trabalho recebe significados quanto à sua importância conforme quem o realiza. Em pesquisa com agricultores, a autora constatou a desvalorização do trabalho feminino quando comparado ao masculino. Entre tais agricultores há uma distinção concernente ao que significa “trabalho leve e trabalho pesado”, os quais são definidos em função de quem os realiza e não conforme sua natureza real de dificuldade, ou seja, os *trabalhos leves* são desempenhados por mulheres e crianças e os *trabalhos pesados* são feitos por homens. Se o trabalho for desempenhado por homem, é reconhecido como sendo pesado e quando realizado por mulher, é considerado leve, independente do tipo de trabalho e do fato de ser efetivamente pesado ou leve.

A configuração do Sepé Tiaraju pouco inova com respeito às relações de gênero, pois continua a perpetuar a divisão sexual do trabalho conforme ocorre no interior da sociedade capitalista, onde a força de trabalho é sexuada e por isso recebe conotação de maior ou menor importância. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas do Sepé Tiaraju lembra o período da manufatura, o qual concentrava em uma *oficina* trabalhadores de diversos ofícios, homens, mulheres e crianças sob o comando de um único capitalista a fim de fazerem um produto desde o início até o seu acabamento.

A inovação empreendida pela manufatura foi a superação do trabalho individual realizado por um único trabalhador, passando a ser executado pela cooperação de muitos trabalhadores. A manufatura significa a superação da produção capitalista realizada de maneira individual, ao decompor o processo produtivo, que passa a ser desenvolvido em diversas operações de maneira cooperativa, tornando os trabalhadores especializados e permitindo que o produto seja feito com menos custo e em um menor tempo. A manufatura significa a superação do trabalhador (e do trabalho) individual e a afirmação do trabalhador (trabalho) coletivo, formado por inúmeros trabalhadores, dispersos ao longo de todo o sistema capitalista.

No caso do Sepé Tiaraju, homens e mulheres trabalham em cooperação nos cinco setores, conquistando, por isso, a produção de sua existência com um menor custo e em um menor tempo de trabalho, entretanto deixou de coletivizar plenamente o trabalho doméstico. Apesar das semelhanças com o sistema capitalista há diferenças entre a realidade do Sepé Tiaraju em relação ao período da *manufatura*, pois os assentados não trabalham diretamente para um capitalista, ainda que se relacionem com este sistema, ao trocar (compra e vender) mercadorias.

O assentamento possui outras permanências, quando procede como no sistema capitalista, remunerando os sem-terra pelas horas trabalhadas, além disso, vende seus produtos no mercado, o qual determina a lógica de produção no assentamento. Os sem-terra, também precisam investir na compra de sementes com dinheiro proveniente dos seus produtos, ficando só com o necessário para a sobrevivência e, o lucro continua sendo apropriado pelo capital, na compra de sementes, de rações e também na cobrança de juros.

Toda agricultura, inclusive, o Sepé Tiaraju tem produzido excedente de cereais para alimentar as indústrias no Brasil e no exterior. A alta produtividade está a serviço da

acumulação do capital, ao mesmo tempo em que implica a exploração dos trabalhadores do setor agropecuário. A contradição intrínseca ao modelo capitalista se objetiva em excedente produção de riqueza feita pelos trabalhadores, os quais recebem só o alimento para a sua sobrevivência, embora no contexto do subemprego e desemprego, a realidade tem mostrado que nem todos têm sequer o direito de produzir riquezas e serem explorados pelo capital. É contraditória, a realidade de alguém produzir excedentes de riquezas, mas permanecer na pobreza.

Mesmo que o Sepé Tiaraju viva contradições (internas e externas) é perceptível o desejo de mudança. Este fato pode ser observado nas respostas que demonstraram unânime concordância em mudar a atual divisão sexual do trabalho. Veja alguns depoimentos:

Eu acho que (o trabalho doméstico) é tarefa dos dois. Acho interessante. Nem sempre ela pode estar fazendo. Se você não aprender e tiver que fazer, vai ter dificuldade. Eu faço, pois fiquei em acampamento sozinho, fazendo tudo sozinho. Quando era jovem ajudava na lavoura e também em casa (Homem, 48 anos, Setor de Animais).

Por ser coletivo, ajuda a companheira fazer dentro de casa e fora. Pelo Regimento, elas fazem quatro horas diárias e nós fazemos oito. Quem vai para a roça, tem trabalho que exige força física e quando elas vão, também fazem. Em casa, o trabalho (doméstico) não só pode, como deve. Devemos trabalhar na igualdade. Buscar nossa carga nos setores e aumentar a delas para elas contribuïrem mais nos setores e nós também aqui dentro. Penso assim, mas é preciso que o coletivo pense assim também para fazer assim (Homem, 31 anos, Setor de Animais).

A partir dos depoimentos é possível perceber que estes assentados são a favor da divisão do trabalho doméstico. Ora, se todos os assentados unanimemente concordam que o trabalho doméstico seja compartilhado por que ele não vem ocorrendo? Por que o Sepé Tiaraju propôs a combinação do trabalho coletivo na produção da existência, mas deixou inalterado o trabalho doméstico, que permanece sendo feito individualmente, por exemplo, sem a criação de um refeitório ou uma cozinha coletiva, conforme diversos assentamentos já adotaram?

A última resposta do assentado pode ilustrar um dos motivos que está protelando a instauração de um assentamento essencialmente coletivizado:

(...) *Em casa o trabalho não só pode como deve. Devemos trabalhar na igualdade. Buscar nossa carga nos setores e aumentar a delas para elas contribuïrem mais nos setores e nós também aqui dentro* (doméstico). **Penso assim, mas é preciso que o coletivo pense assim para fazer assim** (Homem, 31 anos, setor dos Animais. Grifo do autor).

Conforme indicação do assentado “**é preciso que o coletivo pense assim para fazer assim**”. Não basta que alguns pensem a mudança. É necessário que a maioria pense a mudança e também estabeleça a coletivização plena no assentamento.

A morosidade do Sepé Tiaraju em implementar mudanças na divisão sexual do trabalho de maneira que homens e mulheres possam partilhar todas as atividades nos 5 setores e também o trabalho doméstico pode estar evocando condições/questões necessárias que estão além do unânime desejo de mudar. A simples vontade de partilhar todos os trabalhos mostra não ser suficiente para que o assentamento inaugure uma nova configuração.

A realidade do assentamento nos remete às reflexões de Navarro (1995), autor que estudou a formação e o desenvolvimento do assentamento *Nova Ramada* no RS e constatou que a instauração de um assentamento coletivo encontra inúmeras dificuldades. Entre elas, se destacam os problemas de *ordem econômica*, as *diferenças sociais* e as *orientações culturais*, as quais são decisivas na emergência de *conflitos* e *contradições* entre os sem-terra, chegando até a dissolver experiências coletivas. Ao lado das *dificuldades* econômicas, o autor demarca as *razões de ordem sócio-cultural*, enumerando diferenças como idade, tamanho da família, local de nascimento, escolaridade, tipo de habitação, diferenças étnicas e relações de parentesco, fatores que também influenciam no estabelecimento e funcionamento eficaz do coletivo.

Há diversas semelhanças entre os assentados da Associação Sepé Tiaraju e os assentados da Nova Ramada estudados por Navarro (1995). Entre as semelhanças destaca-se o percurso migratório empreendido pelos grupos. Nos dois casos, os sem-terra não tinham condições de existência no seu local de origem. Foi preciso empreender um processo de luta pela terra realizado por ambos os grupos de forma coletiva.

Além das semelhanças entre os grupos, é possível também perceber diferenças entre os sem-terra da Nova Ramada e os da Associação Sepé Tiaraju. O grupo estudado por Navarro (1995) não tinha unânime concordância a respeito da construção de um assentamento coletivo, porém o grupo do Sepé Tiaraju já havia fechado a questão bem antes de ocuparem a

área onde localiza-se a Associação. Neste caso, as 14 famílias concordaram em formar um assentamento coletivo em 1995, mas demoraram até 1998 para ocupar uma área depois que todos os sem-terra concordaram com a experiência de coletivização, embora mesmo tendo concordado, 4 famílias deixaram posteriormente a Associação por não se adaptarem à proposta de cooperação, pois o Sepé Tiaraju estava configurado em prol da coletivização da vida. Por isso, houve permuta entre estas famílias com outras que estavam acampadas. Então, as famílias que experimentaram a coletivização do Sepé Tiaraju retornaram a acampamentos ou foram assentadas em locais de posse e uso familiar da terra.

Há uma peculiaridade no processo de coletivização empreendido pelos assentados da Nova Ramada. Eles foram um dos grupos pioneiros na busca pela organização da vida coletivamente. Naquela época (1989), o MST ainda não havia desenvolvido experiências de coletivização que pudessem servir como alternativa para instauração de outros assentamentos. Ou seja, ainda não havia se acumulado um montante de experiências que servisse de referência seja pelo aspecto de êxito ou de limitações. Certamente, este foi um dos fatores influentes na emergência de dificuldades experimentadas pelo grupo. Além disso, constitui-se um equívoco do MST, conforme Navarro (1995), a imposição do modelo coletivo (Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA), desconsiderando as bases materiais para seu funcionamento, especialmente por ter ignorado as *diferenças culturais* entre os sem-terra envolvidos naquele processo de coletivização.

No caso da Associação Sepé Tiaraju, a mesma foi instaurada uma década após as primeiras experiências de coletivização. Estas experiências serviram como referencial por terem sido partilhadas com os sem-terra através dos documentos do MST, especialmente através dos Cadernos de Formação e de Educação. Além disso, outro aspecto que favoreceu o processo de coletivização no Sepé Tiaraju foi sua unânime concordância a respeito da construção de um assentamento coletivizado. No caso da Associação Sepé Tiaraju, todos os sem-terra se dirigiram à área de ocupação com o propósito de estabelecer a produção da vida coletivamente, inclusive, também partilharam deste propósito, as famílias que experimentaram a iniciativa inédita de coletivização em suas vidas, entretanto não se adaptaram, retornando para o processo de produção da vida nos moldes do trabalho familiar.

A organização do Sepé Tiaraju também nos remete às reflexões de Poker (1999). O autor comenta que o projeto de cooperação proposto pelo MST encontra *resistências* entre os

assentados estudados por ele, os quais percebem a coletivização como uma ameaça ao projeto de vida proporcionado pela *administração familiar-individual da terra*. Conforme o autor, a cooperação depende de mudanças culturais na vida dos assentados a fim de que ocorra a apropriação de *outro sistema de valores*, sustentado pelas relações de coletivização. O autor acrescenta, ainda, que as experiências de organização da vida em forma de cooperação provocam uma redefinição nos *papéis de gênero*, através dos quais se configura uma *nova subjetividade* que altera a participação do homem e da mulher, tanto no espaço doméstico quanto fora dele.

Entretanto, no caso do Sepé Tiaraju não encontrei sinais de resistência ao projeto de coletivização obstruída pela preferência de posse e uso *familiar da terra*. Ao contrário, no que concerne ao propósito de estabelecer um assentamento coletivo, os referidos sem-terra demonstraram há anos esta determinação. Desde à época (1995) do acampamento Zumbi dos Palmares, no município de Passos Maia, SC um grupo de 14 famílias foi se organizando em função da construção de um assentamento coletivo. A partir desta data algumas áreas foram desapropriadas, mas não houve consenso por parte de todos os interessados sobre a construção de um coletivo, por isso as 14 famílias continuaram acampadas provisoriamente até que em outubro de 1998 a área do Sepé Tiaraju foi ocupada pela organização coletiva. Juntamente com 14 famílias nucleadas em torno da coletivização da vida, outras 4 famílias experimentaram esta organização, porém, não se adaptaram ao projeto coletivo. Por isso, houve permuta com outras famílias, as quais passaram a integrar o assentamento⁹¹. Atualmente não há mais vagas no Sepé Tiaraju, pois todas as 23 casas do assentamento estão ocupadas por sem-terra que optaram por esta modalidade de produzir a vida.

A partilha de um projeto de vida comunitária nos remete à reflexão de Jantsch (2001). Para o autor, há que se apreender a realidade na experimentação de projetos que permitam que os atores envolvidos sejam respeitados. As ações empreendidas precisam levar em consideração o respeito ao outro que é diferente. Citando como exemplo uma comunidade agrícola, o autor reitera a necessidade de se considerar a alteridade, a qual é formada por seres diferentes que estão tecidos entre si. A alteridade supõe a possibilidade de convivência em

⁹¹ As famílias que se propõem a participar do projeto da Associação Sepé Tiaraju realizam um ano de experiência trabalhando coletivamente. Findo o período, há a necessidade de concordância de ambos os interessados para que se integrem definitivamente ao coletivo.

comunidade, onde diversos interesses antagônicos sejam superados através do processo de negociação para o estabelecimento das demandas coletivas. Porém, o autor reconhece que o interesse da coletividade, por sua vez, não apaga a existência do sujeito nem da família.

O autor acrescenta que no caso de uma comunidade agrícola, a alteridade tem real significado. Como ilustração, cita o planejamento de uma Microbacia, local onde circulam as iniciativas e interesses particulares concomitante aos inúmeros interesses coletivos. Neste sentido, a utilização da água de um rio por parte de um morador implica o cuidado para sua não poluição, pois dele se beneficia toda a comunidade. Esta ação política empreendida pelo processo de interesse coletivo é capaz de transformar a realidade. Transformação que se opera no âmbito coletivo, envolvendo a participação da comunidade, pois não se efetiva enquanto apenas uma parcela for contemplada. Na fala do autor: “ninguém se salva sozinho e sem partir da matéria já construída pela humanidade” (JANTSCH, 2001:106).

No caso do Sepé Tiaraju é possível perceber a existência de configurações na subjetividade de homens e mulheres, os quais explicitam a necessidade e também seu propósito de instaurar relações plenamente coletivizadas entre pessoas com interesses particulares, entretanto, o depoimento de um assentado ressalta que *é preciso que o coletivo pense assim*. Conforme as falas explicitaram todos os sem-terra querem a coletivização plena do Sepé Tiaraju. Portanto, agora, a definição depende do embate empreendido no âmbito coletivo.

O problema demonstra ser a falta de implementação desta vontade que é coletiva. A realidade demonstra falta de ousadia na Associação para enfrentar uma cultura historicamente estabelecida e perpetuada pelo comodismo, já que a configuração atual explicitou conflitos e contradições devido à combinação entre modos coletivos com velhas formas individuais de existência.

Os depoimentos a seguir expressam conflitos causados pela não cooperação no trabalho doméstico. Apesar de todos concordarem que o trabalho doméstico pode ser compartilhado, entretanto, isto não vem ocorrendo conforme explicitam algumas respostas:

Seria uma boa, mas acontece que por preguiça, ou por outros trabalhos, ela é que fica mais nesse (o trabalho doméstico). Na verdade, deveria ser. Eu faço o trabalho (no setor que é coletivo) e não noto dentro de casa o que deveria ser melhor arrumado, então ela é que nota, que faça (Homem, 61 anos, Setor de Subsistência).

Seria mais o serviço diário. Quando faço o serviço lá fora (no setor coletivo), dá raiva quando tem que sair de lá (do coletivo) e fazer o almoço e (o marido) esperar que (eu) faça tudo. Ele sai caminhar por ali, por fora, e eu faço o serviço (doméstico). Faz parte dos dois, tanto eu, quanto ele suja, se eu posso limpar, porque ele não? Faz parte do serviço para os dois (Mulher, 52 anos, Setor de Subsistência).

Estes depoimentos testemunham a existência de contradições envolvendo alguns casais. O motivo é a sobrecarga representada pelo trabalho doméstico que continua sendo realizado fundamentalmente pela(s) mulher (es) e cujos conflitos questionam a configuração empreendida pela Associação Sepé Tiaraju em se organizar coletivamente quanto à produção cooperativa nos setores, entretanto, permanecendo individualmente na esfera do trabalho doméstico.

Entretanto, por não efetivarem a cooperação quanto ao trabalho doméstico, o qual fica sob a responsabilidade da(s) mulher (es), os assentados deixam de superar uma práxis característica que está muito identificada com o modo de produção capitalista, que explora mulheres (e homens) através da dupla jornada de trabalho, havendo, desta maneira, um entrelaçamento de classe social e gênero. Porém, é preciso ressaltar que no âmbito do assentamento não são apenas as mulheres que fazem dupla jornada de trabalho, os homens também estão submetidos à mesma realidade, configurando, portanto, uma interface entre gênero e classe.

Em sua pesquisa no Sepé Tiaraju, Salvaro (2004) reitera que o trabalho doméstico e sua imbricação com o trabalho nos setores só pode ser entendido dentro da lógica capitalista. A divisão sexual do trabalho atribui aos homens o *trabalho produtivo* extraluar e às mulheres o considerado *improdutivo* intradoméstico. O trabalho doméstico permanece inalterado, sendo elas as responsáveis pela sua realização e isto define sua participação no trabalho coletivo.

Mesmo que a coletivização ainda não tenha atingido todas as instâncias na Associação é perceptível o desejo de mudança, ao menos em seus depoimentos.

Serão apresentadas, a seguir, algumas respostas antológicas entre vinte e três, as quais indicam haver, entre os homens e as mulheres do Sepé tiaraju, o propósito de superar o trabalho individual, a fim de que possam empreender uma única jornada de trabalho na modalidade coletiva:

Se a gente fosse discutir gênero (sorriu). Acho que as minhas coisas pessoais preciso fazer. Ele não precisa lavar, por exemplo, minha roupa. A louça todos ocupamos para comer e a casa também é comunitária, banheiro, etc. Agora, as coisas pessoais, roupa, não quero que o marido faça. Os filhos precisam também aprender a fazer tudo isso. Precisamos fazer junto. Se fosse fazer só, ficaria só em casa e não participaria da vida da comunidade, por isso dividimos o serviço em casa, mas nem sempre foi assim. Mudamos depois de entrar no Movimento. Antes, pensava que era coisa de mulher. Na verdade, não concordo que ninguém explore ninguém (Mulher, 36 anos, Setor de Subsistência).

A assentada entende que o trabalho (doméstico) precisa ser feito em conjunto, pois caso contrário, ela e as outras mulheres não pode(m) participar da vida da comunidade, não pode(m) contribuir no trabalho coletivo. Ela relembra que nem sempre foi assim, isto é, o trabalho doméstico não era compartilhado pelos homens e pelas mulheres e, que antes de entrar no movimento, ela pensava que o trabalho doméstico era *coisa de mulher*.

A fala desta assentada nos remete aos dados relatados por diversos pesquisadores que estudam relações de gênero. Conforme Silva (2003), há nos discursos do MST forte ênfase em se afirmar a *igualdade* e não a *hierarquia*. Desde a chegada dos sem-terra ao assentamento, há uma preocupação em se atingir um determinado comportamento social, ao menos nos depoimentos. A pesquisadora reitera que as falas sobre mudanças aparecem como resultado de uma realidade construída nos diversos assentamentos, as quais estão em consonância com outros que também afirmam que a situação das mulheres apresenta mudanças em relação à vida anterior à entrada no MST, sendo estas falas recorrentes na afirmação de um antes e um depois do MST.

As possíveis mudanças nas relações de gênero dependem de um contexto criado a partir de discussões, debates e estudos promovidos pelo movimento que passam a alterar relações entre homens e mulheres. Por isso, o MST, mediante cadernos de formação política (comissão de discussão de gênero) tem fornecido elementos para questionar não apenas as questões de classe, mas também aquelas relacionadas às relações de gênero, e elaborar a partir disso, outra configuração nos assentamentos. Estes fatos são perceptíveis no Sepé Tiaraju:

Acredito que aqui tem que ser todo o trabalho dividido. Hoje ainda não acontece, na hora de ser feito temos tentado dividir, mas não como deve ser. Às vezes fica só para as meninas ou a (cita o nome da mulher). Às vezes fazemos escala, mas quando

um sai e fica fora não deu certo. Nenhum é empregado do outro. A casa é de todos. Sujo como eles, preciso me alimentar, se fossem só elas, fariam só para elas. É dever de cada ser repartir (Homem, 39 anos, Setor de Lavoura e Liberado).

O assentado pretende que um dia todo o trabalho seja compartilhado. Admite que mesmo que a casa seja de todos, ainda não acontece o fato de todos trabalharem em plena cooperação. Esta fala implica que, ao menos na sua casa, o trabalho doméstico passe a ser equivalentemente partilhado e/ou todo o assentamento instaure novo modelo, no qual supere o fato de o trabalho doméstico continuar sendo feito de maneira individual e apenas pelas mulheres.

Concordo, para que tenhamos condições para contribuir nos trabalhos coletivos (Mulher, 31 anos, Setor de Subsistência).

Esta assentada expressa a vontade de contribuir nos trabalhos coletivos, mas o trabalho doméstico ainda não está permitindo sua maior participação, por isso, ela demonstra vontade de superar a fase de trabalho individual para inaugurar um assentamento em caráter essencialmente coletivo.

Salvaro (2004) fala que o assentamento tentou envolver homens e mulheres em todos os trabalhos, mas o processo é lento e depende da compreensão das famílias e do desejo de mudar as relações de gênero.

A realidade do Sepé Tiaraju nos remete às reflexões de Poker (1999). O autor constata que a cooperação entre os assentados estudados em sua pesquisa encontra resistências e a superação das resistências depende de mudanças culturais. No Sepé Tiaraju não constatei resistências à cooperação, outrossim, a realidade do assentamento tem explicitado que o processo de mudança cultural não acontece segundo o desejo, pois eles comentaram que querem transformações que incluam a divisão do trabalho doméstico, porém, tal processo ainda não se estabeleceu plenamente, pois é complexo e se instaura efetivamente pelas ações e experimentações.

Sim, porque (partilhar o trabalho doméstico e nos setores) é a única maneira de começar um novo mundo onde todos têm direitos iguais (Homem, 19 anos, Setor de Animais).

Este assentado pretende a instauração de um novo mundo onde os direitos sejam iguais, por isso, ele entende que é possível iniciar a transformação a partir do assentamento superando-se a generificação do trabalho a fim de que homem (ens) e mulher (es) participem cooperativamente na produção da existência.

A instauração de um assentamento totalmente coletivizado, incluindo o trabalho doméstico, coloca-se como um desafio a ser solucionado pela associação Sepé Tiaraju. Só pelo Sepé Tiaraju?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o começo deste trabalho com a elaboração do projeto, passando pela incursão no campo e também no decorrer da análise dos dados fui acometido por muitas incertezas. A escolha definitiva da questão de pesquisa e os objetivos somente foram decididos após a qualificação do projeto.

De fato, a própria escolha do tema no momento histórico demonstrava ser categoria relevante a ponto de haver interesse em inúmeras áreas do conhecimento. Mas as categorias históricas são construções sociais e podem ter maior ou menor relevância conforme o interesse da academia e a inserção do pesquisador. No período da pesquisa de campo indagava por que um assentamento realiza todo o processo de produção da existência coletivamente, mas permanece realizando o trabalho doméstico de maneira individual, concedendo às mulheres a responsabilidade por esta atividade durante quatro horas diárias? Por que um assentamento opta em organizar a vida de forma coletiva, mas também não instala uma cozinha coletiva? Estes fatos estariam evocando a existência de resistências de ordem sócio-culturais ao modelo de vida coletivizado?

Foi possível perceber que o Sepé Tiaraju organiza toda a existência dos assentados em função do trabalho produtivo. Homens e mulheres trabalham nos cinco setores (Animais = 3 homens; Lavoura = 5 homens e 1 mulher; Reflorestamento = 2 homens; Social = 3 mulheres e Subsistência = 2 homens e 8 mulheres) e se articulam politicamente na organização do assentamento nos três núcleos de formação e discussão política (Núcleo Liberdade, Núcleo Oziel Alves e Núcleo Roseli Nunes).

Os homens trabalham oito horas diárias nos setores de produção e as mulheres realizam cerca de quatro horas diárias nos setores, combinando mais quatro horas com o trabalho doméstico. À noite, a família se articula coletivamente na efetivação do trabalho doméstico, embora as mulheres continuem aparecendo como protagonistas na realização destas tarefas. Portanto, o Sepé Tiaraju não revoluciona a respeito das relações de gênero, pois continua a perpetuar a clássica divisão sexual do trabalho vigente na sociedade capitalista.

Toda a Associação Sepé Tiaraju está organizada em função do trabalho produtivo, o qual foi estruturado sob a clássica lógica do capitalismo que rege o trabalho doméstico e o

atendimento dos filhos destinados aos cuidados das mulheres, que em virtude disso combinam sua jornada, articulando o trabalho doméstico com o trabalho produtivo.

O Sepé Tiaraju está fundado no trabalho, na produção de excedentes para a troca. Isso obriga todos, homens e mulheres sair para o trabalho produtivo, exigindo dos assentados dupla jornada de trabalho. Há grande necessidade de força de trabalho, seja masculina ou feminina, a fim de produzir excedentes na Associação Sepé Tiaraju, pois estão inseridos em um sistema no qual é imprescindível aumentar a produção como única maneira de assegurar a existência.

Foi possível observar que a Associação Sepé Tiaraju combina o trabalho coletivo com o doméstico, configurando uma cooperação entre estes segmentos relativamente flexível. As mulheres realizam o trabalho doméstico durante o período matutino e, em alguns momentos, alguns homens permanecem em casa a fim de realizar o trabalho doméstico. As atividades domésticas que são realizadas pelas mulheres no período matutino, são compartilhadas por todos os membros da família, incluindo-se nas atividades os adolescentes e os homens durante o período noturno. Os homens se dedicam predominantemente ao trabalho produtivo, realizando uma jornada em torno de oito horas diárias.

Foi esta organização que definiu jornadas de trabalho diferenciadas para homens e mulheres a fim de que elas possam combinar outras atividades com o trabalho doméstico. Por isso, *o trabalho das mulheres no espaço coletivo é definido a partir do trabalho doméstico. As mulheres participam do trabalho coletivo conforme os limites que a unidade doméstica permite e os homens cooperam no trabalho doméstico segundo os limites impostos pelo trabalho nos setores.*

As mulheres têm demonstrado insatisfações (pelo aprisionamento às antigas formas de organização/divisão sexual do trabalho vigentes no capitalismo) em permanecer realizando o trabalho doméstico sem poder participar de uma sociabilidade que lhes permita *substantiva igualdade* com os homens.

De manhã, as mulheres cuidam das crianças e fazem o trabalho doméstico e a noite toda a família se articula no desempenho destas atividades, configurando em dupla jornada de trabalho para os sem-terra. Três casais compartilham totalmente o trabalho doméstico no período noturno, três casais não são unânimes, pois: duas mulheres falam que são os dois que realizam, mas eles afirmam que são elas; um homem diz que são os dois, mas a mulher

comenta que é ela e os solteiros/ou separados (três homens e duas mulheres) realizam sozinhos. No Sepé Tiaraju, portanto, dentre todos os assentados apenas um homem não participa do trabalho doméstico, dois auxiliam e os demais compartilham plenamente.

Não são somente as mulheres que evidenciam insatisfações a respeito da configuração do trabalho coletivo e doméstico na Associação. Depoimentos de homens têm demonstrado a existência de conflitos que envolvem os casais e questionam a organização/divisão sexual do trabalho adotada pelos sem-terra que escolheu a coletivização, mas deixou o trabalho doméstico sob a responsabilidade predominante das mulheres.

As contradições explicitam que a organização/divisão sexual do trabalho não está satisfatória para os sem-terra, gerando conflitos de gênero. Por isso, as mulheres têm sido propositivas em demonstrar seu desejo de sair de dentro de casa, do âmbito doméstico, para participar ativamente nos setores de produção. Não são apenas as mulheres a se manifestarem, pois diversos homens também têm se pronunciado a favor de tornar o Sepé Tiaraju um assentamento totalmente coletivizado.

No projeto empreendido pelo Sepé Tiaraju rumo à instauração de uma nova sociabilidade com características socialistas constata-se méritos e também permanências.

As pesquisas de Navarro (1995) no estado gaúcho e Poker (1999) no estado paulista constatarem respectivamente *conflitos* e *resistências* entre os sem-terra para instauração e continuidade de assentamentos coletivos. Conforme os autores, os *conflitos* (NAVARRO, 1995) e as *resistências* (POKER, 1999) à coletivização evocam motivos de natureza sócio-culturais que obstruíram tais projetos.

Entretanto, na Associação Sepé Tiaraju não verifiquei sinais de resistência ao projeto de coletivização, obstruído pela cultura de posse e uso familiar da terra. Ao contrário, o grupo estudado demonstrou desde 1995 a proposição de estabelecer um assentamento totalmente coletivizado. Conforme relato dos sem terra, desde o período em que estavam acampados, já haviam optado em participar de um assentamento que viabilizasse a produção da existência de maneira coletiva.

O que tem gerado conflitos no Sepé Tiaraju é a divisão sexual do trabalho conforme está organizada, na qual combinam o trabalho nos setores com o trabalho doméstico. Nesta população sem-terra há uma marca de parentesco envolvendo várias famílias, fator que tem favorecido uma convivência harmônica, além de ser uma população pequena, não

configurando uma sociedade muito complexa para que possa esgotar a categoria da contradição.

Constituiu-se um empreendimento *substantivo*, o fato de o movimento organizar, assentar e estruturar no âmbito do Sepé Tiaraju uma sociabilidade coletiva de trabalho e vida permeada por relações sustentadas na *igualdade* e *solidariedade*. É mérito, especialmente porque esta sociabilidade vigente na Associação foi empreendida por pessoas *desenraizadas* e esquecidas pelo sistema capitalista, contrariando a *lógica individualista* e também a propaganda de que *não existe alternativa* de vida sustentada em outra sociabilidade além do capitalismo.

A Associação Sepé Tiaraju em apenas quatro anos conseguiu se organizar *satisfatoriamente* em setores de produção e núcleos de formação e discussão política, produzindo o suficiente para sua existência, embora tenham entregado muito excedente para a acumulação do capital, afinal está relacionada à lógica hierárquica do sistema.

A organização dos assentados empreendida com o auxílio estratégico e político do MST libera dois assentados que auxiliam no processo de luta política na esfera estadual e nacional. Além disso, a organização *orgânica* dos assentados conseguiu conquistar e assegurar educação para todos os sem-terra em idade escolar e também garantir vagas na creche (pré-escola para todas as crianças até aos seis anos de idade) durante o período vespertino.

A Associação Sepé Tiaraju também se constitui palco de embate entre formas coletivas de produção da existência que eles escolheram, com as antigas formas de vida que teimam em se perpetuar, adiando por tempo indeterminado neste assentamento, a instauração “definitiva” das formas coletivas que pretendem construir (socialista). Eles criaram formas coletivas de organização política e produtiva que explicitam conflitos e contradições, abrindo espaço para a reflexão e debate sobre a própria estrutura vigente, especialmente as que dizem respeito à divisão sexual do trabalho e às relações de gênero.

Esta configuração possibilitou uma sociabilidade satisfatória em muitos aspectos, entretanto, abre espaço para que o Sepé Tiaraju reflita sobre as contradições vividas, especialmente pelas mulheres, devido à combinação de formas coletivas com antigas estruturas individuais de existência. Porém, é preciso ressaltar que a hierárquica divisão sexual do trabalho não foi criada no âmbito do MST (é anterior ao Sepé Tiaraju). Não se trata

de um problema que se limite a ser resolvido pelo movimento, ainda que eles tenham demonstrado organicidade e protagonismo na luta pela instauração de uma nova sociabilidade. Diante desta realidade é possível pensar que a Associação organizou uma configuração *satisfatória* dentro dos limites e possibilidades de suas relações com a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agrária hoje**. 3. ed., Porto alegre: Editora UNIVERSIDADE/ UFRGS, 2002, p. 94/104.

AGUIAR, N. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. (org) **Gênero e ciências humanas. Desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 161-191.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo: São Paulo. 1999.

_____. **Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed, Cortez: São Paulo; Editora UNICAMP: Campinas, SP, 2003.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – ANMTR. Mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais. Passo Fundo, RS. Gráfica e Editora Berthier, 2000.

AUED, B. W. & FIOD, E. G. M. Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In: VENDRAMINI, C. R (Org) **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED (UFSC). 2002.

BOTTOMORÉ, TOM. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1988.

BRUMER, A; PAULILO, M.I. **As agricultoras do Sul do Brasil**. Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. V. 7, n. 1-2, (1999) – Florianópolis: UFSC, 1999.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG. 1993.

BRUSCHINI, C. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, C; ROSEMBERG, F (Orgs) **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. Vozes: Petrópolis, 2000.

CADERNOS DO ITERRA – ANO II – MARÇO DE 2002. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Levantamento Bibliográfico.

CENTENO, A. M. **O trabalho doméstico: direitos e deveres**. 4^a. ed. Goiânia: AB, 1996.

CARDOSO, T. **Contradições do ser professor e o trabalho doméstico**. Dissertação Mestrado em Sociologia Política. CFH. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 2002.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES MST. **Compreender e construir novas relações de gênero** – coletânea de textos. São Paulo: Editora Peres, 1998.

COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST. **Mulher sem terra**. São Paulo: GH Gráfica e Editora, 2000.

CONDE, S. F. Linha do tempo. *In*: AUED, B. W. e PAULILO. M. I. S. (Orgs). **Agricultura familiar**. INSULAR: Florianópolis, 2004, p. 259/325.

DALMAGRO, S,L, **Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: a formação humana no assentamento Conquista na Fronteira**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOHN, M, G. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STÉDILE, J. P.(Org). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Editora UNIVERSIDADE/ UFRGS: Porto Alegre, 2002, p. 15/44.

GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

HEILBORN, M. L. “Gênero: um olhar estruturalista”. *In*: PEDRO, J. M. *et alli*. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998, p. 43-55.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

JANTSCH, A. P. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis: NUP/CED (UFSC), 2001.

LAGO, M. S.C. **Conceituando gênero**. Aula ministrada no curso de atualização política das mulheres em 1999. Policopiado.

LECHAT, N. M. P. **A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

LISBOA, T. K. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

LOBO, E. S. “O trabalho como linguagem: o gênero como trabalho”. *In*: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p.15-23.

LOURO, G. L. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Revista Educação e realidade, v. 20, n.2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

_____.Gênero, sexualidade e poder. *In*: **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 37/56.

MARX, K ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 10^a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.**O manifesto comunista**. 9^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. **O capital – Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Vol. I. 20. ed. 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: ed UNICAMP: Campinas/BOITEMPO, 2002.

MELO, D. M. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Ciências da Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. 4^o Congresso Nacional – MST. Brasília (DF), 7 a 11 de Agosto de 2000.

_____. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 7** - Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. (MST, 1998).

_____.**Caderno de Cooperação Agrícola nº5** – “Sistema Cooperativista dos Assentados” (SCA). (MST, 1998).

_____.**Caderno de Formação nº 10, A Luta Continua** – Como se organizam os assentamentos. (MST, 1986)

NAVARRO, Z. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento ‘Nova Ramada’** (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. 56P. (Mimeogr.). Artigo conseqüente de pesquisa apoiada pela Fundação Inter_ Americana – Estados Unidos. Texto apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, NG, 17 a 21 de outubro de 1995. GT 17: ‘Processos sociais agrários’.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. *In*: STÉDILE, J. P.(Org). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Editora UNIVERSIDADE/ UFRGS, 2002, p. 45/67.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, E. M; SCAVONE, L. **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. Mesa-redonda: Trabalho Familiar Feminino e Multifuncionalidade Agrícola no Workshop Agricultura Familiar: Reestruturação Social e Capacitação Humana, UFSC, 12/06/2003. Policopiado.

PAVAN, D. **As Marias Sem-Terra – Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão – SP**. 1998. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

PELLEGRINI, Edenilse. **Trabalho feminino na maricultura do Sul da Ilha de Florianópolis**. Mesa-redonda: Trabalho Familiar Feminino e Multifuncionalidade Agrícola no Workshop Agricultura Familiar: Reestruturação Social e Capacitação Humana, UFSC, 12/06/2003. Policopiado.

POKER, G. **Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária**. Tese de Doutorado em Sociologia da Universidade de São Paulo, Setembro de 1999.

SAFFIOTI, H I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, NIPAS/Brasília, UNICEF, 1994, p. 183-215.

_____. Posfácio: Conceituando o gênero. *In*: SAFFIOTI, H I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Org.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 271-283.

SALVARO, G. I. J. **“Ainda precisamos avançar”**. Os sentidos produzidos por trabalhadores rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- CFH. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** São Paulo: Autores Associados, 1996.23.

_____.Os filhos dos trabalhadores: quem cuida das crianças? *In:* OLIVEIRA, E. M; SCAVONE, L. (Orgs.) **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização.** Goiânia: AB. 1997 p. 51/60.

SCHIRMER, J. Trabalho e maternidade: qual o custo para as mulheres? *In:* OLIVEIRA, E. M; SCAVONE, L. (Orgs.).**Trabalho, saúde e gênero na era da globalização.** Goiânia: AB, 1997, p. 101/113.

SCOTT, Joan. “**Gênero, uma categoria útil de análise histórica**”. Revista Educação e Sociedade, v.16,n.2,p.5-22, jul./dez.1990.

SILVA, C.B. **As fissuras na construção do ‘novo homem’ e da ‘nova mulher’ – Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000.** 2003. Tese (Doutorado em História) CFH. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEPHEN, LYNN. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. *In:* NAVARRO, ZANDER (Org). **Política, protesto e cidadania no campo – as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores no Rio Grande do Sul.** Editora da UFRGS, 1996, p. 29/61.

VEIGA, J. E. Fundamentos do agrorreformismo. *In:* STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agrária hoje.** 3 ed., Porto alegre: Editora UNIVERSIDADE/ UFRGS, 2002, p. 68/93.

VENDRAMINI, C. R. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST.** Ijuí, RS, 2000.

_____.Trabalho e educação nas cooperativas do MST. *In:* TIRIBA, L. & PICANÇO, I. **Trabalho e educação – Arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária.** Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004, p. 237/255.

_____.Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana. *In:* VENDRAMINI, C. R. (Org) **Educação em movimento na luta pela terra.** Florianópolis: NUP/CED, 2002.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO:

1 - Idade

| | |
|-----------------|--|
| 15 a 20 | |
| 21 a 25 | |
| 26 a 30 | |
| 31 a 35 | |
| 36 a 40 | |
| 41 a 45 | |
| 46 a 50 | |
| Mais de 50 anos | |

2 – Escolaridade

| | |
|---|--|
| Educação de Jovens e Adultos (EJA) | |
| Fundamental (1 ^a a 4 ^a série) | |
| Fundamental (5 ^a a 8 ^a série) | |
| Ensino Médio (1 ^a a 3 ^a) | |
| Ensino Superior | |
| Pós Graduação | |

3 – Em que setores trabalha?

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

4 – Quantas horas diárias?

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

5 – Qual a sua jornada de trabalho semanal?

| | |
|---------------|--|
| 4 a 8 Horas | |
| 9 a 16 Horas | |
| 17 a 24 Horas | |

| | |
|------------------|--|
| 25 a 32 Horas | |
| 33 a 40 Horas | |
| 41 a 48 Horas | |
| 49 a 56 Horas | |
| Mais de 60 Horas | |

6 – O que faz nos momentos de lazer?

| | |
|-------------------------|--|
| Esportes | |
| Leitura/estudos | |
| Ouve músicas | |
| Assiste TV | |
| Encontro com familiares | |
| Encontro com amigos | |
| Passeios/viagens | |
| Sem tempo de lazer | |
| Outros | |

7 – Qual a frequência deste lazer?

| | |
|----------------------|--|
| Diário | |
| Semanal | |
| Mensal | |
| Sem período definido | |

8 – Que trabalho gostaria de fazer?

| |
|--|
| |
| |

9 – Que trabalhos não gostaria de fazer?

| |
|--|
| |
|--|

10 – Como são suas condições de trabalho?

| |
|--|
| |
| |

11 – Já ficou doente por causa do trabalho? Que tipo de doença?

| | |
|-----|--|
| Sim | |
| Não | |

12 – Quantas horas diárias dedica às atividades domésticas?

| | |
|-----------------|--|
| Até 2 horas | |
| 3 a 5 horas | |
| Mais de 6 horas | |

13 – Estado civil:

| | |
|-----------------------------|--|
| Casada (o) | |
| Solteira (o) | |
| Viúva (o) | |
| União Consensual | |
| Separada (o)/Divorciada (o) | |

14 – Se casada/união consensual, há quanto tempo:

| | |
|-----------------|--|
| 0 – 5 anos | |
| 6 – 10 anos | |
| 11 – 15 anos | |
| 16 – 20 anos | |
| Mais de 20 anos | |

15 -- Se separada/divorciada, quantas vezes separou:

| | |
|---|--|
| 1 | |
| 2 | |

| | |
|-----------|--|
| 3 | |
| Mais de 3 | |

16 – Tem filhos? Quantos?

| | |
|---------|--|
| Meninos | |
| Meninas | |

17 -= Todos do mesmo casamento/união consensual?

| | |
|-----|--|
| Sim | |
| Não | |

18 – Quem ajuda ou ajudava os filhos nas tarefas escolares?

| | |
|-----------|--|
| Eu | |
| Avô | |
| Avó | |
| Tio | |
| Tia | |
| Empregado | |
| Outros | |

19 – Quem leva ou levava os filhos para escola?

| | |
|-----------|--|
| Eu | |
| Avô | |
| Avó | |
| Tio | |
| Tia | |
| Empregado | |
| Outros | |

20 – Quem participa ou participava das reuniões da escola dos filhos?

| | |
|-----------------|--|
| Eu | |
| Companheira (o) | |
| Avô | |
| Avó | |
| Tio | |
| Tia | |
| Outros | |

21 – Quem é encarregado dos serviços domésticos?

| | |
|-----------------|--|
| Eu | |
| Companheira (o) | |
| Avô | |
| Avó | |
| Tio | |
| Tia | |
| Outros | |

22 – As tarefas domésticas são serviço de:

| | |
|--------|--|
| Mulher | |
| Homem | |
| Ambos | |

23 – Quais tarefas seu filho (a) realiza em casa?

| | FILHO | FILHA |
|---------------|-------|-------|
| Lavar louça | | |
| Lavar roupa | | |
| Passar roupa | | |
| Lavar calçada | | |
| Fazer almoço | | |

| | | |
|-----------------------|--|--|
| Varrer a casa | | |
| Limpar o banheiro | | |
| Tirar o pó dos móveis | | |
| Nenhuma | | |
| Todas | | |

24 – Quem determina as tarefas domésticas aos filhos?

| | |
|--------|--|
| Eu | |
| Avô | |
| Avó | |
| Tio | |
| Tia | |
| Outros | |

25 – Quais tarefas que seu companheiro (a) realiza em casa?

| | |
|-----------------------|--|
| Lavar louça | |
| Lavar roupa | |
| Passar roupa | |
| Lavar calçada | |
| Fazer almoço | |
| Varrer a casa | |
| Limpar o banheiro | |
| Tirar o pó dos móveis | |
| Reformas na casa | |
| Nenhuma | |
| Todas | |

26 – Quem controla o orçamento familiar?

| | |
|-----------------|--|
| Eu | |
| Companheiro (a) | |

| | |
|--------|--|
| Ambos | |
| Outros | |

27 – Você concorda com divisão do trabalho doméstico? Por que?

| |
|--|
| |
| |

28 – Você acredita que existe desigualdade de responsabilidades dentro do casamento?

Quais? Por que?

| |
|--|
| |
| |

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Nascimento:

Naturalidade:

Escolaridade:

Setor de trabalho:

- 1) O que organiza a vida de vocês no assentamento?
- 2) O que fazem para viver/manter a existência?
- 3) Por que se organizam de forma coletiva?
- 4) Há alguma dificuldade por causa da organização coletiva?
- 5) O que iguala homens e mulheres no assentamento?
- 6) O que diferencia homens e mulheres no assentamento?
- 7) O que é ser homem/mulher no assentamento?